



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PRISCILA CARLA GONZAGA DA SILVA

GÊNERO, SEXUALIDADE E PRISÃO:

Modos de vida das pessoas LGBTs encarceradas em uma ala específica para essa população
dentro de um presídio Pernambucano

Recife

2020

PRISCILA CARLA GONZAGA DA SILVA

GÊNERO, SEXUALIDADE E PRISÃO

Modos de vida das pessoas LGBTs encarceradas em uma ala específica para essa população dentro de um presídio Pernambucano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de concentração: Gênero, Sexualidade e Prisão.

Orientador: Prof^o. Dr. Luís Felipe Rios do Nascimento.

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586g Silva, Priscila Carla Gonzaga da.
Gênero, sexualidade e prisão : modos de vida das pessoas LGBTs encarceradas em uma ala específica para essa população dentro de um presídio pernambucano / Priscila Carla Gonzaga da Silva. – 2020.
131 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Luís Felipe Rios do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2020.
Inclui referências e apêndices.

1. Psicologia. 2. Identidade de gênero. 3. Homossexualidade masculina. 4. Sexo. 5. Prisão. I. Nascimento, Luís Felipe Rios do (Orientador). II. Título.

150 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2020-217)

PRISCILA CARLA GONZAGA DA SILVA

GÊNERO, SEXUALIDADE E PRISÃO

Modos de vida das pessoas LGBTs encarceradas em uma ala específica para essa população dentro de um presídio Pernambucano

Dissertação ou Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Aprovada em: 30/07/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Luís Felipe Rios do Nascimento (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Marion Teodósio de Quadros (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Anna Paula Uziel (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Dedico esse trabalho às “Bichas” e aos “Homens” da Casa das Madrinhas e do Pavilhão, palco desta narrativa, que me permitiram adentrar à sua casa e aceitaram dividir e compartilhar comigo água e comida, afetos, conflitos, lágrimas e sorrisos, conversas, intimidades e muitas outras coisas.

AGRADECIMENTOS

Peço licença ao poeta Lenine para usar de seus versos parafrasear alguns de seus versos:

“O que eu sou, eu sou em par... Não cheguei sozinha, não, não!”.

Por essa razão, aqui externo todo meu afeto e minha gratidão àquelas e àqueles que percorreram o caminho desse mestrado comigo e me ajudaram direta ou indiretamente a construir esse texto.

Acima de tudo agradeço a Deus, por SER em minha vida!

À Sônia Maria, minha mãe, minha base e minha fortaleza. A você que sempre me incentivou a ser mais do que eu acreditava que poderia ser, que sempre abriu mão de muitas coisas para que eu pudesse priorizar meus estudos. Não existem palavras suficientes na língua portuguesa, nem em outra língua para te agradecer mãe. **Tudo isso aqui é pra te orgulhar mãe!**

Agradeço também ao professor Dr. Luis Felipe Rios que aceitou me orientar e embarcar nessa aventura, dividindo parte de sua vasta experiência comigo. Por todos os encontros que tivemos e foram extremamente significativos. Por você abrir a minha mente de uma forma inexplicável me fazendo viajar nas tuas palavras repletas de sabedoria. Porque quando eu me senti perdida, uma simples conversa contigo foi o farol que fez eu me encontrar. Obrigada mestre!

À todas as moradoras e moradores da ala LGBT na qual realizei esse estudo, por me receberem na sua casa com as portas e os corações abertos. Pelo chá de capim santo que tomamos todas as tardes, pelas conversas sobre “safadeza” que tínhamos dentro dos barracos. Pelos sorrisos e pelas lágrimas. Pelos abraços recebidos, pela comida e pela água compartilhadas. Pela disponibilidade. Da mesma forma, agradeço aos demais moradores do pavilhão na qual a ala está inserida, pela confiança, pelo respeito, pelas conversas que trocamos. Pelos momentos que dividi com os seus familiares. A ambos agradeço por tudo que compartilhamos juntas e juntos nesses dias. Sem vocês esse trabalho não teria existido!

À psicóloga Vânia Barreto, por ter me supervisionado no estágio, onde tudo começou e por ter ajudado a abrir os caminhos da prisão para mim.

Igualmente agradeço a assistente social Rosimeri Ribeiro, que foi minha principal informante facilitou os processos burocráticos da instituição prisional.

Ao diretor da unidade prisional que permitiu a minha entrada na prisão e na ala, me deixando extremamente confortável para desenvolver a pesquisa.

Aos agentes penitenciários com os quais esbarrei nas minhas entradas, que se mostraram bastante solícitos e receptivos.

À Marion Teodósio, por ter aceito o convite para avaliar e compartilhar todo seu vasto conhecimento, em meio ao cenário pandêmico que estamos vivenciando atualmente. A ti, sou grata por isso!

À Anna Uziel por ter contribuído com esse processo, trazendo sua experiência e me apresentando os trabalhos tão ricos das tuas alunas para inspirar a minha inscrita. É uma honra tê-la conhecido e ter contigo trocado conhecimento.

À todas e todos os meus companheiros da turma de Mestrado e aos professores do programa de pós-graduação que me ajudaram durante as aulas a ir encontrando os caminhos da minha pesquisa, nas conversas e atividades desenvolvidas em sala de aula, também quero agradecer.

Gostaria de agradecer especialmente à colega Elaine Carneiro que tantas vezes se mostrou acolhedora, atenciosa e disponível a ajudar quando gritei por socorro. Agradeço também a minha anja/amiga Thays Nascimento que além de contribuir de forma significativa para a construção da presente pesquisa dividindo um pouco da sua experiência, tornou-se meu refúgio nos momentos de solidão, confidente das minhas angústias e vivenciou comigo momentos especiais, fazendo com que esse processo se desse de forma leve e divertida.

Agradeço também ao meu amigo Laerte de Paula, que com muito carinho dividiu o orientador e as suas experiências acadêmicas comigo.

À Alana Carneiro, que é minha amiga, psicóloga, supervisora, ouvinte, arguidora e crítica, meus sinceros agradecimentos.

À professora Karla Galvão, por ter me dado a oportunidade de ser-com ela. Karla minha querida, você foi um dos melhores encontros que eu tive nesse mestrado (e na vida).

Às ex professoras e hoje amigas Raíssa Falcão que me inspirou e incentivou a me tornar pesquisadora e Rebeka Gomes por vislumbrar um potencial em mim que muitas vezes eu mesma duvidei que teria. Obrigada por acreditarem em mim e me ensinarem a acreditar!

Não poderia esquecer de agradecer aos meus amigos mais antigos, minha “Santa Felicidade” que sempre estiveram ao meu lado torcendo por mim: Andrezza Karoline, Yago França e João Barbosa.

À FACEPE pelo financiamento dessa pesquisa.

E a todos que não mencionei, mas que de alguma forma fizeram parte dessa conquista externo meus mais sinceros votos de gratidão!

RESUMO

Esse estudo investigou como o gênero e a sexualidade organizam os modos de vida das pessoas LGBTs em situação de privação de liberdade, em uma ala específica para essa população no cárcere Pernambucano, frente às tecnologias de poder (discursos, regras, práticas, saberes etc.). A etnografia foi a técnica utilizada para desbravar a ala LGBT, cenário dessa pesquisa. Realizamos nove entrevistas semiestruturadas que buscaram compreender como se desenrolava o cotidiano dessa população. A técnica de Observação Participante e o Diário de Campo foram instrumentos importantes para capturar e registrar os dados que não foram expressos verbalmente. O material coletado foi submetido à Análise Categorical dos Conteúdos e discutidos em dois eixos analíticos. O primeiro caracterizou os estilos corporais performados no espaço, apontando o sistema de hierarquias de gênero como regulador dos modos de vida dessa população. O gênero vai dizer quem pode ingressar na ala e como as relações entre seus habitantes e com os demais detentos vão se desdobrar. Os marcadores sociais (raça, classe, território etc.) foram apontados como fatores interseccionais nas relações de poder lá produzidas. O segundo eixo tratou das relações afetivo-sexuais-conjugais e eróticas das visitas dos familiares e da relação da população da ala com a equipe profissional da unidade. Identificamos que as práticas sexuais desses sujeitos são gerenciadas a partir de categorias simbólicas performadas e serão acionadas através dos dispositivos de sexualidade. Notamos diferenças impostas aos familiares das pessoas LGBTs que irão visitar e assimetrias nas relações da equipe profissional para com as pessoas da ala, em virtude do gênero e da sexualidade. Ainda que regulados pelos sistemas de hierarquias de gênero, esse espaço parece servir para que a população LGBT encarcerada sobre(viva) dentro da prisão, permitindo que esses sujeitos se inventem, estilizem suas corporeidades e desenvolvam seus afetos e suas sexualidades.

Palavras-chave: Homossexualidade masculina. Gênero. Sexualidade. Ala LGBT. Prisão.

ABSTRACT

This study investigated how gender and sexuality organize the ways of life of LGBT people in situations of deprivation of liberty, in a specific wing for this population in the Pernambucano prison, in front of the technologies of power (speeches, rules, practices, knowledge, etc). Ethnography was the technique used to explore the LGBT wing, the setting for this research. We conducted nine semi-structured interviews that sought to understand how the daily lives of this population unfolded. The Participant Observation technique and the Field Diary were important tools to capture and record data that was not expressed verbally. The collected material was submitted to Categorical Analysis of Contents and discussed in two analytical axes. The first characterized the body styles performed in space, pointing to the system of gender hierarchies as a regulator of the ways of life of this population. The gender will tell who can join the ward and how the relations between its inhabitants and other inmates will unfold. Social markers (race, class, territory, etc.) were identified as intersectional factors in the power relations produced there. The second axis dealt with the affective-sexual-conjugal and erotic relations of family visits and the relationship of the ward population with the unit's professional team. We identified that the sexual practices of these subjects are managed based on symbolic categories performed and will be triggered through sexuality devices. We noticed differences imposed on family members of LGBT people who are going to visit and asymmetries in the professional team's relations with people in the ward, due to gender and sexuality. Although regulated by the systems of gender hierarchies, this space seems to serve for the LGBT population incarcerated (living) inside the prison, allowing these subjects to invent themselves, stylize their corporealities and develop their affections and their sexualities.

Keywords: Male homosexuality. Gender. Sexuality. LGBT wing. Prison.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Produções Textuais selecionadas através do Levantamento Bibliográfico realizado.....	49
Figura 1 - Planta de Coberta Da área do Pavilhão X.....	68
Figura 2 - Planta de Baixa da Casa das Madrinhas.	72
Figura 3 - Organograma das categorias de gênero performadas na ala LGBT e no pavilhão...	80
Figura 4 - Pirâmide Hierárquica de poder dentro do Pavilhão X.	81

LISTA DE SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transsexuais
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
HSH	Homens que fazem sexo com homens
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
LEP	Lei de Execuções Penais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
MP	Medida Provisória
PSL	Partido Social Liberal
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO, APAGAMENTOS SOCIAIS E POPULAÇÃO LGBT NA PRISÃO	16
1.2	O SURGIMENTO DE UMA IDEIA DE PESQUISA.....	26
1.3	DA IDEIA À PRÁTICA- UM PLANO DE INTERVENÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE APROXIMAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	30
2	GÊNEROS ENCARCERADOS- AS RELAÇÕES DE PODER E O CONTROLE DOS CORPOS LGBTs DENTRO DO DISPOSITIVO DISCIPLINAR PRISÃO .	32
2.1	SOCIEDADE DISCIPLINAR, SISTEMAS PUNITIVOS E RELAÇÕES DE PODER	32
2.2	GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE- UMA AÇÃO PERFORMÁTICA	36
2.3	AS “DEFICIÊNCIAS” DO CÁRCERE BRASILEIRO E A INSERÇÃO DA PESSOA LGBT NA PRISÃO	40
2.4	MAPEANDO O CENÁRIO DE PRODUÇÕES NO PANORAMA NACIONAL.....	45
2.5	MERGULHANDO NAS PRODUÇÕES TEXTUAIS- SITUANDO OS DEBATES SOBRE AS ALAS LGBTs NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....	51
3	PAREDES COR-DE-ROSA EM MEIO AO ACRÔMICO DA PRISÃO: RETRATOS DA ALA LGBT DE UM PRESÍDIO PERNAMBUCANO	59
3.2	O PAVILHÃO X- APRESENTANDO “A CASA DOS HOMENS”	65
3.3	A CASA DAS MADRINHAS- DESENHANDO OS CENÁRIOS E COLORINDO AS PERSONAGENS DESSA CONSTRUÇÃO	69
4	ESTILOS CORPORAIS, PERFORMATIVIDADES E GERENCIAMENTO DAS IDENTIDADES LGBTs DENTRO DE UMA ALA ESPECÍFICA PARA ESSA POPULAÇÃO NO CÁRCERE.....	79
4.1	AFINAL, QUEM PODE MORAR NA CASA DAS MADRINHAS? - O INGRESSO NA ALA.....	82
4.2	SE NÃO OBEDECER, APANHA! – AS RELAÇÕES DENTRE MEMBROS DA ALA LGBT, AS REGRAS E O CASTIGO.....	87

4.3	CASA DAS MADRINHAS OU CASA DA MÃE JOANA? – A RELAÇÃO COM “OS DONOS DO PAVILHÃO”	92
5	DIREITOS IGUAIS PARA TODOS OU É MEU GÊNERO QUE VAI DIZER?..	97
5.1	TEM DIA MARCADO PRA SENTIR PRAZER? - VISITAS INTERNAS E RELAÇÕES AFETIVO- SEXUAIS- CONJUGAIS	100
5.2	A DINÂMICA DOS BARRACOS- VISITAS EXTERNAS E NOVOS ARRANJOS FAMILIARES.....	106
5.3	RESPEITO ATÉ A SEGUNDA PÁGINA- A RELAÇÃO COM OS AGENTES PENITENCIÁRIOS E PROFISSIONAIS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS DA PRISÃO....	109
6	PRÓXIMAS CENAS DESSA NOVELA- ALGUMAS PALAVRAS (SEM) FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	119
	APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .	126
	APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA	129

1 INTRODUÇÃO

Escrever esse texto não foi fácil. Para além dos mitos e assombrações que circundam as alunas e alunos de pós-graduação, quanto à pressão acadêmica para desenvolver um trabalho em dois anos, em meio ao escreve e apaga, retira e acrescenta, opina e referencia, próprios do processo de escrita, em alguns momentos, me vi envolvida com tantos outros sentimentos, inseguranças, dúvidas e anseios, pois como disse Anzaldua (2000, p.232): “o ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia”, é um processo denso, carregado de desejos, medos, incertezas e expectativas.

É um texto que coloca em evidência e problematiza as categorias de gênero e sexualidade que constituem os modos de ser, estar e agir das pessoas LGBTs¹ em situação de privação de liberdade, dentro de uma ala específica para essa população, instituída na prisão por determinação da Resolução Conjunta 01/2014 e criada para supostamente garantir os direitos desse grupo enquanto aguardam pelo seu julgamento e durante o cumprimento de suas penas. No discorrer dessa escrita destaco que as relações de poder² existentes nesse espaço podem variar de acordo com os contextos em que os discursos normativos, as formas de controle e as resistências se desenrolam nas dinâmicas cotidianas.

Com efeito, esse texto fala das *amarras sociais* que ditam padrões de gênero e normatizam as orientações sexuais, ancorados em uma cultura heteronormativa, segregadora e ultrapassada que dificulta o reconhecimento e por conseguinte, a afirmação das identidades LGBTs dentro do cárcere (MUNIZ, 2018), bem como as expressões das sexualidades. É **sobre a prisão social da cultura e a prisão biológica do corpo.**

É também uma crítica à reprodução de comportamentos discriminatórios que seguem o modelo de uma sociedade patriarcal opressora e subalterniza todos os indivíduos que fogem do padrão homem-branco-heterossexual, colocando-os no lugar de servidão, de modo a manter o *status quo* de dominação de uma hegemonia sexual e de gênero sobre as minorias consideradas dissidentes.

¹ Sigla de *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros*. Gostaria de salientar que a escolha pela utilização desta sigla deu-se única e exclusivamente pelo fato de se tratar da nomenclatura oficial, utilizada nas portarias e resoluções nacionais que deferem as políticas destinadas a essa população desde a I Conferência Nacional LGBT, realizada entre 05 e 08 de junho de 2008 em Brasília-DF. Ressalto ainda que esta definição não representa a minha opinião sócio-política e ao longo do texto pretendo problematizar essa nomenclatura, tensionando as definições de sexo-gênero-sexo construídas socialmente.

² Para Foucault (1975), as relações de poder atuam como uma força que se utiliza de mecanismos para coagir, disciplinar e controlar os indivíduos

É sobre as prisões que surgem dentro da própria prisão. A regulação que é feita através dos gêneros, limitando a autonomia dessa população gerenciando as práticas sexuais desse grupo dentro do “seu próprio espaço”. Um texto que aponta para as desigualdades e vulnerabilidades sociais experimentadas pelas pessoas LGBTs no âmbito social e que se intensificam em sua experiência prisional.

Sobre os processos de encarceramento no Brasil que são atravessados por uma série de marcadores sociais atrelados à exclusão histórica aos direitos fundamentais de uma parcela da população (negros e pobres), bem como a comunidade LGBT e outras minorias sociais (LOURO,2000; FERREIRA,2014). **É sobre as prisões que antecedem a própria prisão,** dos gêneros, das raças, das classes, dos territórios. Sobre a seletividade escancarada do sistema penal brasileiro, que ao adotar uma postura higienista, cria mecanismos de estigmatização e criminalidade afetando diretamente esta mesma parcela da população excluída.

*

Estamos algemadas e algemados pela conjuntura política que está posta e que afeta diretamente a **minha vida**, sendo eu mulher, negra, pobre e periférica e **a vida de cada uma das pessoas que fazem parte dessa construção textual**, LGBTs negras(os), pobres, analfabetas (os), periféricas(os) encarceradas (os). Presas por amarras sociais que estão sendo colocadas sobre as nossas vidas através do desmonte de várias políticas públicas que possam auxiliar-nos a gozar de igualdade de oportunidades. Por ataques aos nossos direitos já conquistados ao longo de muitos e exaustivos anos, através de muita luta e debaixo de muito sangue, suor e lágrimas nossas e dos nossos antecedentes. Estamos atravessando um momento político difícil para as minorias sociais do nosso país.

No início do atual governo (01/2019), o então presidente eleito Jair Messias Bolsonaro (PSL) anunciou, por meio da Medida Provisória (MP) de nº 870/19 ³, a retirada da sigla LGBT da lista de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos Direitos Humanos. No novo governo, a agenda das necessidades da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais do país passaram a serem tratadas pela Secretaria Nacional de Proteção Global, órgão subordinado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado pela deputada Damares Alves, pastora que em um país laico se autointitula “terrivelmente cristã”, e que ao assumir o cargo de suma importância no cenário político nacional “ameaçou” iniciar no Brasil uma “nova era onde meninos vestem azul e meninas vestem rosa”.

³ A MP 870/19 destrincha as mudanças na estrutura dos ministérios, incluindo o novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm acesso em 14 jan. às 15:50.

A retirada da sigla LGBT das diretrizes dos direitos humanos, em um país que está classificado em 1º lugar dentre os países que mais matam pessoas Transsexuais⁴ do mundo, evidencia o não reconhecimento do problema social que envolve essa população. Muito mais que dividir a sociedade em caixas, nomear a sigla LGBT na lista de diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos reconhece que essa comunidade possui demandas específicas que necessitam de uma atuação governamental que crie políticas voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos dessa população, necessitando serem tratadas com cuidado e seriedade, coisa que não acontece nesse governo.

Com um governo que valoriza um discurso de ódio no qual “bandido bom é bandido morto” e o próprio presidente apoia a tortura, num país em que “as minorias têm que se curvar às majorias” se não quiserem “desaparecer”, que legitima condutas LGBTfóbicas misóginas, racistas, xenofóbicas, dentre outras, tais quais as que gays precisam “levar um couro” para mudar de comportamento e mulher “merece ganhar menos porque engravida”, somos capturadas e capturados pelo medo de sairmos nas ruas vestindo o que quisermos, de amarmos quem, onde, quando e como quisermos, pois não podemos ser quem somos e viver como queremos. Somos ameaçados pela falta de emprego, de acesso à saúde e educação de qualidade, falta de perspectiva de um futuro mais justo e digno para cada um de nós, isso se existir futuro, porque **estão nos matando!!**

Assim, esse texto é sobre tantas outras prisões que se formam em nosso meio social, a partir da não aceitação das diferenças e das diversidades. **É sobre elas e eles, sobre mim, sobre nós.** Escrevi esse texto, acreditando ser urgentemente necessário informar, refletir, discutir e tratar de todas essas questões postuladas anteriormente. Escrevi ainda porque, embora não seja protagonista dessa narrativa, essa escrita:

(...) me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque **devo manter vivo o espírito de minha revolta** e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever **coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo.** Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar **o que os outros apagam quando falo**, para reescrever as histórias mal escritas **sobre mim, sobre você.** Para me tornar mais íntima comigo mesma e

⁴ Dados fornecidos pelo Projeto de Monitoramento de Assassinatos Trans que começou em abril de 2009 como uma cooperação entre a Transgender Europe (TGEU) e a revista acadêmica on-line Liminalis - Um Jornal de Emancipação e Resistência e Sexo / Gênero. Desde julho de 2009, a Transgender Europe publica as atualizações do Trans Murder Monitoring duas a três vezes por ano. As atualizações são publicadas na forma de relatórios, listas de nomes, tabelas e mapas. Disponível em: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/#> acesso em 14 de jan. às 16:15hs

consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, **escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.** (ANZALDUA, 2000, p. 232. grifo da autora)

Escrevo porque querem cercear nossa luta, calar as nossas vozes, controlar os nossos pensamentos, aniquilar as nossas existências, mas nós não iremos permitir! Assim buscaremos forças nos nossos pares, tiraremos as amarras, quebraremos as algemas, abriremos as grades, soltaremos as nossas vozes e continuaremos lutando por um mundo mais justo, digno, equânime e igualitário. **Resistiremos!!! #EleNao**

1.1 SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO, APAGAMENTOS SOCIAIS E POPULAÇÃO LGBT NA PRISÃO

Quando resolvemos falar sobre o sistema prisional brasileiro é impossível não pensar nas várias problemáticas que emergem nesse lugar e dizem respeito ao tratamento, muitas vezes desumano, que é dado à população prisional em situação de privação de liberdade. Historicamente as prisões surgem da necessidade de responder e dar um significado aquilo que socialmente é considerado como “fora da lei”.

A Lei de Execução Penal Brasileira (LEP), em seu artigo primeiro, dispõe que, “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.” (BRASIL,1984, p.01). Nesse contexto, entende-se que é um dever do Estado fornecer ao indivíduo apenado um sistema de garantia de direitos que visem a proteção física e psicológica para o indivíduo apenado durante o cumprimento de suas penas, além de propor estratégias de ressocialização para que possam ser reintegrados à comunidade. Entretanto, percebe-se que o atual sistema prisional brasileiro possui muitas falhas e pouca coisa tem sido feita para que a população carcerária brasileira, de forma geral, possa cumprir suas penas com dignidade.

Ao pensarmos sobre o sistema prisional brasileiro, a primeira palavra que vem à nossa mente é *superlotação*. É verdade que o problema da superlotação é uma variável

importantíssima a ser considerada no que tange as dificuldades enfrentadas para que este venha a cumprir o seu papel principal de “ressocializar os indivíduos” (FOUCAULT, 1975/2014). Os dados estatísticos nos alarmam ano após ano, sobre essa difícil realidade. No primeiro semestre de 2017, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN⁵) divulgou no mais recente Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN⁶) uma redução da taxa de crescimento da população prisional do Brasil em comparação com os levantamentos realizados nos anos anteriores. Na ocasião, o quantitativo de pessoas privadas de liberdade no Brasil era de 726.354, para 423.242 vagas disponíveis em todos os estabelecimentos prisionais da federação. O cenário apresenta um déficit de 303. 112 vagas, confirmando a problemática da superlotação carcerária do país. Atualmente, o Brasil é o 23º país com a maior população prisional do mundo⁷, com uma taxa de aprisionamento ⁸de 348 presos, para cada 100 mil habitantes.

Por trás e além da questão da superlotação prisional, uma outra problemática que chama a nossa atenção é o perfil das pessoas em situação de privação de liberdade que compõem a população prisional brasileira. De acordo com os dados do último relatório do INFOPEN (2017), o perfil da população de pessoas privadas de liberdade está retratado na figura do **jovem** (um total de 54% possui idade entre 18 a 29 anos), **negro** (63% estão classificadas por cor/etnia como pretas e pardas) e de **baixa escolaridade** (51,3% possuem o Ensino Fundamental

5 O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) é o órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Além disso, o Departamento é o gestor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994.

O DEPEN é responsável pelo Sistema Penitenciário Federal, cujos principais objetivos são isolamento das lideranças do crime organizado, cumprimento rigoroso da Lei de Execução Penal e custódia de: presos condenados e provisórios sujeitos ao regime disciplinar diferenciado; líderes de organizações criminosas; presos responsáveis pela prática reiterada de crimes violentos; presos responsáveis por ato de fuga ou grave indisciplina no sistema prisional de origem; presos de alta periculosidade e que possam comprometer a ordem e segurança pública; réus colaboradores presos ou delatores premiados. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/quem-somos-1> Acesso em 19/12/2019 às 00:34.

⁶ O INFOPEN é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro. O sistema, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional. Em 2014, o DEPEN reformulou a metodologia utilizada, com vistas a modernizar o instrumento de coleta e ampliar o leque de informações coletadas. Pela primeira vez, o levantamento recebeu o formato de um relatório detalhado. O tratamento dos dados permitiu amplo diagnóstico da realidade estudada, mas que não esgotam, de forma alguma, todas as possibilidades de análise. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen> Acesso em 19/12/19 às 00:29.

⁷ Fonte: World Prison Brief (WPB) é um banco de dados exclusivo que fornece acesso gratuito a informações sobre os sistemas prisionais em todo o mundo. As informações dos países são atualizadas mensalmente, usando dados em grande parte de fontes governamentais ou outras fontes oficiais. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/highestlowest/prison_population_rate?field_region_taxonomy_tid=All Acesso em 19/12/2019 às 01:00h.

⁸ A taxa de aprisionamento é calculada pela razão entre o número total de pessoas privadas de liberdade e a quantidade populacional do país, a razão obtida é multiplicada por 100 mil.

Incompleto). Essas informações não apresentam nenhuma novidade no cenário prisional brasileiro, pois trata-se de um perfil que se repete ano após ano no levantamento penitenciário.

É possível dizer que essa problemática é uma questão que antecede ao cárcere, na verdade, o cárcere é apenas a consequência de uma série de violências estruturais, uma vez que a população perfilada nos dados sociodemográficos do levantamento prisional é historicamente violada das mais diversas formas, material, simbólica, cultural, política, religiosa, física, psicológica etc. Monteiro e Cardoso (2013) compararam o sistema prisional brasileiro a um “aspirador social”, chamando atenção para o que eles chamam de “uma espécie de política de repressão e criminalização da pobreza”.

Sabemos que o Brasil sofreu um longo e difícil processo de colonização que perdura até os dias atuais e esses números nada mais são do que uma representação real e estatística dos reflexos do preconceito e da desigualdade social existentes no nosso país, herança desse processo colonizador e de uma tentativa de apagamento social de um povo, de uma cultura. Trata-se de um processo de higienização dessa mesma parcela da população, com o aval das leis, através dos processos de encarceramento, leis essas que foram criadas através do regime hierárquico do poder patriarcal de uma classe dominante composta de homens brancos e em prol deles.

Dessa forma, as prisões brasileiras nada mais são que uma atualização da prisão provocada pela escravidão, um depósito de gente preta, pobre e favelada. Para Wacquant (2001), as prisões brasileiras são “campos de concentração para pobres” que mais se assemelham a empresas públicas de “depósito industrial de dejetos sociais” do que instituições que visam possibilitar a reinserção do indivíduo apenado à sociedade. A criminalização desses sujeitos “cumpriria função de conservação e de reprodução social: a punição de determinados comportamentos e sujeitos contribuiria para manter a escala social vertical e serviria de cobertura ideológica a comportamentos e sujeitos socialmente imunizados” (BARATTA, 2002, p. 15).

A relação desses sujeitos, “dejetos sociais” também perpassa pelas questões geracionais, atingindo as juventudes, visto que, encontra-se ancorada nos marcos do sistema capitalista contemporâneo (COSTA II, 2016). Conforme apontado pelo autor os dados estatísticos oficiais “reafirmam que os jovens estão entre as principais vítimas e autores da violência e autores dos crimes letais intencionais no Brasil, inscrevendo a juventude enquanto uma população de risco” (COSTA II, 2016 p. 229) assim, sobram a esses jovens dois destinos: caixão ou cadeia.

Todos esses marcadores sociais mencionados anteriormente somam-se ainda aos marcadores de gênero e sexualidade e acabam tornando a *população LGBT em situação de*

*privação de liberdade*⁹, alvo do mesmo “sistema excludente, pois na maioria das vezes, os processos de exclusão dessas pessoas antecedem ao seu ingresso no cárcere através da família, da escola, do mercado de trabalho, da religião etc. (LIMA, 2019) pela não aceitação da sua identidade e/ou orientação sexual. De acordo com os dados da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA, 2017), as travestis e transsexuais negras que possuem menor grau de escolaridade, menor acesso ao mercado de trabalho formal e maior dificuldade em acessar políticas públicas são as principais vítimas de transfeminicídio do país e são maioria em situação de prostituição de rua. Se fizermos um paralelo e pensarmos o perfil de trans e travestis que estão na prisão, o mesmo são justamente as negras, prostitutas e de baixa escolaridade que são “aspiradas” para esse espaço.

Todavia, considerando que todas as identidades que se afastem ou divirjam do referencial de identidade “normal”, postuladas na figura do homem branco heterossexual e de classe média, construído socialmente são tidas como “diferentes” e conseqüentemente são invisibilizadas (LOURO, 2008), identificamos no cenário prisional brasileiro pouca representatividade de informações estatísticas em relação à população LGBT em situação de privação de liberdade nos levantamentos penitenciários.

Isso não significa que não existam LGBTs na prisão, pelo contrário, denunciam mais uma vez, a invisibilidade dessa população, tanto na esfera social quanto no bojo do poder público, além de evidenciar a dificuldade de autoreivindicação de suas identidades dentro do sistema penal, visto que a condição para se ter acesso aos direitos estabelecidos é de que a pessoa se autodeclare como pessoa LGBT, o que dentro do contexto prisional não é questão simples, uma vez que expõe essa população a uma série de violências. Ora pois, sem dados estatísticos que demonstrem a realidade dessa população, torna-se mais difícil a existência de políticas públicas para a mesma.

Além de não encontrar um lugar de direito na sociedade pela não aceitação da identidade de gênero e da orientação sexual, uma vez que a heterossexualidade cisgênera¹⁰ é instituída como a única possibilidade “legítima e natural” da expressão identitária e sexual (WARNER, 1993), a população LGBT em situação de privação de liberdade é considerada um grupo vulnerável dentro do sistema prisional, considerando que os processos discriminatórios próprios

9 A expressão “população LGBT em situação de privação de liberdade” que será constantemente utilizada nesse estudo, foi cunhada pelos movimentos sociais, afim de reivindicar a representação identitária desse grupo no ambiente prisional, em razão do aumento significativo da inserção de pessoas LGBTs no cárcere, fazendo emergir um “novo sujeito de direitos” (ZAMBONI, 2016).

10 O Termo cisgênera/o é utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero que lhe foi atribuído no seu nascimento, a partir do ponto de vista histórico-socio-cultural, responsável por ditar o padrão normativo do masculino e feminino.

das características culturais e ideológicas de cada sociedade tornam-se ainda mais comuns e se intensificam no ambiente prisional. Quando presas dentro de uma unidade prisional altamente masculinizada, padecem de uma série de danos e atos de violência física, sexual e psicológica, institucional, dentre outras.

As mulheres transexuais e travestis, nos presídios masculinos e os presos homossexuais sofrem humilhações, torturas, estupros, exposição de sua intimidade a uma população diferente de seu gênero e ainda são submetidas a “tarefas socialmente femininas” (ROSA, 2016), além de muitas vezes servirem como moeda de troca entre presos e ainda tem uma maior dificuldade em acessarem os serviços básicos oferecidos dentro da prisão, sendo limitadas por outros detentos. Isso nos leva a dizer que o sistema prisional carece de um preparo específico para atender a população LGBT em privação de liberdade, afim de que estes possam cumprir suas penas gozando minimamente de direitos básicos em relação à segurança, integridade física, saúde, liberdade de expressão e dignidade.

Pensando nisso, e seguindo o exemplo de outros estados brasileiros, o estado de Pernambuco, baseado na Resolução Conjunta ¹¹01/2014 (BRASIL, 2014), que estabelece parâmetros de acolhimento para a população LGBT em privação de liberdade, buscando combater as inúmeras violências sexuais, físicas e psicológicas sofridas por essa população, adotou medidas para a criação de alas e celas específicas para a população LGBT em privação de liberdade em algumas das unidades prisionais do estado. Os dados do último INFOPEN (2017) registraram na época do levantamento que dentre as unidades prisionais do estado de Pernambuco existem 05 estabelecimentos prisionais com alas e 06 estabelecimentos com celas para o público LGBT, com capacidade para abrigar 165 pessoas. Antes da resolução recomendações tais como raspar os cabelos dos detentos, por exemplo, serviriam como uma medida de segurança.

¹¹ Com intuito de amenizar os danos físicos e psíquicos provocados pelos demais detentos à população LGBT encarcerada, em 15 de abril de 2014, por meio de demandas dos movimentos sociais, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e o Conselho Nacional de Combate à discriminação (CNCD/LGBT), criaram a Resolução Conjunta 01/2014, que viera estabelecer normas de acolhimento para pessoas LGBTs em situação de privação de liberdade, que compõem o sistema penitenciário brasileiro.

Seu parágrafo único diz: “Para efeitos desta Resolução, entende-se por LGBT a população composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, considerando-se:

I - Lésbicas: denominação específica para mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres;

II - Gays: denominação específica para homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens;

III - Bissexuais: pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com ambos os sexos;

IV - Travestis: pessoas que pertencem ao sexo masculino na dimensão fisiológica, mas que socialmente se apresentam no gênero feminino, sem rejeitar o sexo biológico; e

V - Transexuais: pessoas que são psicologicamente de um sexo e anatomicamente de outro, rejeitando o próprio órgão sexual biológico”. (BRASIL, 2014, p.01).

O documento estabelece que tais espaços não devem ser utilizados para aplicação de medida disciplinar ou método coercitivo e a transferência da pessoa presa para a ala ou cela especial, está condicionada à expressa manifestação de sua vontade. Além disso, determina ainda que as pessoas LGBTs sejam tratadas pelo seu nome social e tenham direito a se vestir e se expressar de acordo com a sua identidade de gênero. Outros aspectos importantes tratados no documento são o direito a visitas conjugais ou íntimas, continuidade no tratamento hormonal (no caso das travestis, mulheres ou homens transexuais) além de acesso aos serviços de educação, saúde, formação profissional e benefício ao auxílio reclusão, em igualdade de condições em relação aos demais presos do sistema.

Levando em consideração os processos de invisibilidade sofridos por essa população e todos os atravessamentos sociais, políticos, culturais e ideológicos relacionados a constituição do sistema prisional brasileiro, tal qual ele está posto e afim de unir este estudo à outros já produzidos sobre diversas temáticas envolvendo a inserção dessa população em alas especiais dentro da prisão, escolhi dissertar sobre as questões de gênero e sexualidade que organizam os modos de vida da população LGBT em situação de liberdade, dentro de uma ala específica para essa população em uma unidade prisional do estado de Pernambuco.

Minha proposta é suscitar novos debates sobre a temática buscando promover reflexões acerca do cenário atual, visando melhorias nas condições de vida da população LGBT em sua experiência prisional.

Nesse contexto, o objetivo principal desse estudo é investigar de que forma o gênero e a sexualidade organizam os modos de vida das pessoas LGBTs em situação de privação de liberdade dentro de uma ala específica para essa população no cárcere Pernambucano. Para este fim, busquei identificar as formas de ingresso existentes na ala LGBT de um presídio masculino de Pernambuco, a partir das experiências dos seus integrantes; Caracterizar quais os estilos corporais que são performados nesse espaço; e por fim Compreender como se dão as dinâmicas das relações produzidas entre os coabitantes da ala LGBT, os demais detentos do pavilhão no qual a ala está inserida e a equipe profissional da unidade (administrativos, técnicos e agentes penitenciários).

Nessa jornada etnográfica dentro da prisão, pude interpretar que o gênero atua como regulador dos modos de vida da população da *Casa das Madrinhas*¹², limitando a autonomia das moradoras/ moradores, organizando as práticas sexuais dentro desse espaço. Além disso, é através do gênero que se dá o controle de quem pode ou não transitar em determinados

¹² A ala LGBT possui uma nomenclatura própria que foi substituída por uma fictícia, entretanto mantém a mesma intencionalidade semântica.

ambientes da prisão e a permissão para o uso de determinados serviços da unidade. Com efeito, foi possível perceber que essas configurações sempre recorrem às mesmas construções hegemônicas que pensam o gênero e a sexualidade dentro de uma dualidade. Conseqüentemente acabam por reiterar os mesmos modos de organização de assimetrias vivenciados no comportamento social “do fora” e que acabam sendo levados para dentro do ambiente prisional de forma intensificada, considerando que o próprio cárcere em si já é um espaço traduzido em várias formas de violência.

Para chegar a este entendimento, recorri à uma abordagem qualitativa de pesquisa, de caráter descritivo, me inspirando na técnica de etnográfica localizada (GEERTZ,2004). Essa escolha metodológica se deu pela preocupação de estudar e analisar do mundo empírico em seu ambiente, valorizando o meu contato direto e prolongado, enquanto pesquisadora, com os sujeitos, o ambiente e a situação que foi estudada (GODOY, 1995). Para isso, incluí o uso da observação participante, entrevista semiestruturada individual e a análise de documentos, nesse caso, a resolução conjunta 01/2014 que facultou as alas específicas para essa população na prisão.

A minha interação com as pessoas da Ala LGBT de um Presídio Estadual Pernambucano ocorreu durante 24 dias entre julho e agosto de 2019. Nesse período acompanhei a rotina dos da *Casa das Madrinhas*, observando de que forma o gênero e a sexualidade organizam os modos de vida da população nativa, buscando enfatizar o processo e não os resultados (SILVEIRA & GERHARDT, 2009), através da visão dos sujeitos sobre as suas experiências.

Após apresentar a pesquisa às moradoras e moradores da ala e mediante autorização por escrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mergulhei dentro da prisão, mais precisamente na Casa das Madrinhas, participando ativamente das atividades do dia a dia dessa população. Durante esse período, consegui realizar 09 entrevistas semiestruturadas que inicialmente traçavam o perfil sociodemográfico da população da ala e em seguida traziam questionamentos acerca do cotidiano e as relações das moradoras e moradores da ala LGBT.

Todas as entrevistas foram realizadas ao longo do período de imersão, na sala de atendimento do setor psicossocial da unidade e no mini auditório da instituição considerando a disponibilidade do local e a vontade dos sujeitos pesquisados em participar, respeitando a autonomia das (os) participantes. Além das entrevistas, fiz uso do Diário de Campo como instrumento importante para realizar o registro detalhado dos dados observados (FALKEMBACH,1987), ou seja, daquilo que não foi expresso verbalmente, mas pode ser percebido nas entrelinhas; daquilo que o gravador não capturou e de todos os afetos envolvidos neste processo.

Além das entrevistas fiz uso da técnica de Observação Participante afim de observar e relatar a o cotidiano das participantes de forma mais fidedigna possível, não só observando como também sendo observada pelas pessoas da situação e do contexto referido (RIOS, 2012), assim posso afirmar que a minha presença naquele lugar não só não passou despercebida, como alterou um pouco da realidade vivenciada naquele espaço.

Vale salientar que essa pesquisa foi realizada em conformidade com as normas estabelecidas para pesquisas com seres humanos pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), com base nas resoluções 466/12 e 510/16, respeitando o princípio de autonomia (BORGES, BARROS & LEITE, 2013) dos participantes da pesquisa. Ao final do período de imersão, realizei uma análise criteriosa do material capturado, através do procedimento de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1994), que envolveu, inicialmente, uma leitura flutuante das entrevistas transcritas que “consiste em tomar contato exaustivo com o material para conhecer seu conteúdo” (MINAYO, 2002, p. 21), a fim de identificar as categorias de análise que emergiram dessa experiência e que serão discutidas ao longo desse estudo.

Ao longo desse texto me ancoro na perspectiva teórico-crítica de Michel Foucault, importante filósofo que dedicou grande parte de sua obra aos estudos relacionados ao cárcere e à filosofia das tecnologias de poder (FOUCAULT, 1997/2014), ora pois, pretendo abordar de que forma as relações construídas por esse grupo, pautadas a partir das hierarquias de gênero, atravessam as experiências dos corpos LGBTs dentro do dispositivo disciplinar *prisão* e por conseguinte, tensionar os mecanismos que surgem como principais instrumentos para regular os modos de vida dos personagens desse enredo.

Para discutir sobre as definições de sexo-gênero-sexualidade, caras ao tema proposto, dialogo com alguns conceitos postulados pelas teorias Feministas Pós-estruturalistas (BUTLER, 2003; LOURO, 2008; CORRÊA & PETCHESKY, 1996; SCOTT, 1995; RUBIN, 1984), que buscam desconstruir as concepções engessadas de sujeito construídas socialmente a partir de uma lógica universal, essencialista e binária, respeitando suas divergências e particularidades de forma a contribuir para a construção do conhecimento e enriquecimento do debate. Trago ainda algumas contribuições da Antropologia (PARKER, 1991; FRY & MACRAE, 1983/1985), outras possibilidades discursivas que buscam “arrancar” as definições de sexualidade do campo da medicina e inseri-la no campo dos estudos políticos e culturais.

Além disso adotei o Construcionismo Social (GERGEN, 1985), como uma perspectiva teórica, buscando compreender através dessa lente epistemológica como a linguagem produz significados, através da institucionalização de práticas discursivas que reforçam e reproduzem uma conduta moralista, heteronormativa e eurocêntrica.

De acordo com Gergen (1985, p. 299): “a pesquisa construcionista social ocupa-se principalmente de explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem (incluindo-se a si mesmas)”. Esse tipo de pesquisa também busca articular formas compartilhadas de entendimento tal como existem atualmente, como existiram em períodos históricos anteriores, e como poderão vir a existir se a atenção criativa se dirigir neste sentido.

Sendo assim, para realizar esse debate complexo de forma atrativa aos que leem esse texto, divido essa dissertação em 5 capítulos da seguinte forma:

O primeiro capítulo deste estudo encontra-se dividido em dois eixos, nos quais busquei inicialmente apresentar uma discussão teórico-filosófica a respeito da prisão como um dos dispositivos da *Sociedade Disciplinar*, utilizado para realizar o controle dos corpos dóceis dentro da trama do *Biopoder*, a partir de formações discursivas que normatizam o que é “verdade” e por meio desta, postula o que é considerado como “certo”, ou “errado”, “normal” e conseqüentemente, a “anormalidade”. Discuto também, junto as teorias Queer, Feministas e Pós-estruturalistas, as definições de sexo-gênero-sexualidade socialmente construídas, no qual o corpo acaba sendo e circunscrito em categorias identitárias, dentro de um campo discursivo que simplifica suas potencialidades através de uma cultura heteronormativa e binária.

No segundo eixo deste capítulo, faço algumas considerações sobre a constituição das prisões brasileiras e alguns problemas enfrentados pela inserção das pessoas LBTs no cárcere apontando para alguns marcadores sociais (raça, pobreza etc), que além do gênero e da sexualidade, impõem limites e fronteiras separando as pessoas e culminando na ampla proliferação de uma postura LGBTfóbica, segregadora e marginalizante. Nesse eixo também aproveito para tensionar a construção da própria sigla LGBT que é tomada como base para a construção das políticas públicas criadas para atender as demandas dessa população, tais como a implementação de alas LBTs. E ainda, considerando que a discussão sobre as alas LBTs é recente e está em crescente ascensão nos últimos anos (2014-2019), trago um relato de um breve levantamento realizado em plataformas virtuais, sobretudo o que tem sido produzido a respeito do tema proposto, apontando quais os espaços onde esse debate vem sendo pautado e quais os principais enfoques abordados no material selecionado.

A partir desse levantamento, justifico a necessidade de produzir novos estudos dando ênfase à temática de gênero e sexualidade dentro desse espaço, considerando que essas categorias são fatores essenciais para se entender as demais dinâmicas que envolvem a organização dessa população dentro da prisão.

No segundo capítulo aponto os principais aportes teóricos-metodológicos que norteiam essa pesquisa (teorias, técnicas e instrumentos). Posteriormente situo e ilustro a localização da ala LGBT no presídio escolhido, retratando a configuração da *Casa das Madrinhas* dentro dessa unidade prisional e apresentando o perfil das personagens que fazem parte dessa narrativa, destacando os símbolos e os rituais que fazem parte dessa organização.

No terceiro capítulo, identifico as formas como a *população* da *Casa das Madrinhas* ingressam na ala LGBT da unidade prisional retratada, caracterizando os estilos corporais performados nesse espaço que *marcam e definem* os corpos das “*bichas*” e “*dos homens*” dentro da prisão, produzindo efeitos sobre o cotidiano das moradoras e moradores desse lugar, repercutindo na relação entre os próprios integrantes da ala e entre esses integrantes e os demais detentos do pavilhão. Para isso, discuto como essas performances se ancoram na perspectiva dicotômica do *feminino x masculino*, revelando as *hierarquias de gênero* existentes no ambiente que irão regular e organizar os modos de vida dessa *população*. Nesse sentido, analiso também os contextos em que essas interações se desenvolvem levando em consideração a questão espacial, visto que a ala está inserida dentro de um pavilhão masculino e as chaves da prisão fica nas mãos dos “homens do pavilhão” e de outros presos concessionados, limitando ainda mais a “autonomia” desses sujeitos aprisionados, já cerceada pelos próprios ideais do cárcere. Além disso, discuto também os marcadores de raça, classe e território que estão imbricados nessa construção, revelando além dos gêneros, outras assimetrias que constituem as relações de poder que lá são produzidas.

Já no Quarto capítulo, Descrevo e analiso as dinâmicas das relações afetivo-sexuais-conjugais e eróticas, produzidas entre as(os) personagens da Casa das Madrinhas e os demais detentos do pavilhão, caracterizando quais os símbolos, regras e rituais que irão realizar o controle sobre os corpos das pessoas LGBTs na prisão e gerenciar as práticas sexuais dessa população dentro do pavilhão masculino em que a ala encontra-se inserida. Discuto como se formam e se desenrolam essas relações, a partir dos dispositivos de sexualidade que são acionados pelo movimento das visitas internas dos “paqueras”, “clientes” e “maridos” recebidas pelas coabitantes da ala. Retrato também a forma com a qual população da *Casa das Madrinhas* se organiza para receber a visita dos seus familiares que vem “do fora” e descrevo como as pessoas desse espaço se relacionam com a equipe profissional da unidade (agentes, administrativos e técnicos), afim de preencher essa rede de complexos significados. Para tal, busquei discutir a importância que essas visitas possuem no processo de encarceramento dessas pessoas, direito constitucionalmente garantido a elas, mas que, no entanto, algumas vezes é discriminada pela administração da prisão, ao impor condições diferenciadas aos indivíduos

que irão visitar, pautadas pelo gênero e pela orientação sexual. Neste mesmo fulcro, que constrói assimetrias a partir dos gêneros e da orientação sexual, discutiremos também algumas discriminações percebidas nas relações da equipe profissional (agentes de segurança, administrativos e técnicos) para com as moradoras e moradores da ala LGBT desta unidade prisional.

No último capítulo, apresento-lhes as cenas finais dessa narrativa, buscando retomar algumas questões tocadas ao longo do texto, tensionando os aspectos normatizadores que envolvem a implementação da ala LGBT na unidade prisional e implicam numa gama de vulnerabilidades sociais e às inúmeras violências sofridas pelas pessoas LGBTs em situação de privação de liberdade. Trago também uma nova proposta de estudo acerca da temática a fim de suscitar às leitoras e leitores que desenvolvam novos debates acadêmicos, mas que para além disso, levem-nas(os) a ultrapassar as paredes da academia e unir-se aos movimentos sociais, afim de lutar pelo surgimento de novas políticas públicas capazes de atender as demandas dessa *população*, com intuito de ao menos diminuir as diferenças sociais que incidem sobre essa ela e que se potencializam no ambiente prisional.

Antes de falar a respeito das estratégias de aproximação com o campo e adentrarmos aos detalhes sobre os cenários e personagens dessa narrativa, gostaria de abrir um parêntese para situar-lhes a respeito de como essa construção textual atravessou a minha existência e a minha experiência profissional e todos os afetos que me levaram a produzir a presente pesquisa.

1.2 O SURGIMENTO DE UMA IDEIA DE PESQUISA

Eu não estou e nunca fui presa em uma unidade prisional, não me enquadro nas definições da sigla LGBT, sou apenas uma mulher-cis-hetero, negra, pobre e periférica, graduada e que, apesar de ter alcançado um título acadêmico de Psicóloga, também carrega sobre o corpo algumas marcas da desigualdade social, todavia minha história se cruzou com todas as outras histórias aqui contadas no ano de 2012 quando decidi ingressar no curso de Psicologia.

Logo nos primeiros períodos da minha graduação em Psicologia, comecei a despertar o interesse em estudar as prisões, a estrutura total disciplinar e os corpos dóceis¹³ que fazem parte desse sistema (FOUCAULT, 1997/2014). Meu intuito era levar a minha prática profissional

¹³ Foucault define como corpos dóceis o corpo que é alvo das relações de poder através das tecnologias de dominação e que podem ser moldados, sujeitados e úteis à maquinaria econômica “o corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1975, p.134).

para lugares onde poucos querem ir e para aqueles que são socialmente abjetos¹⁴ (BUTLER, 2001) e entender como a Psicologia atua nesses espaços.

Nesse período, tive meu primeiro contato com as questões de Gênero e Sexualidade de uma forma diferente, quando jovens professoras cheias de ideais e com muito desejo de ensinar, (não só uma teoria, mas uma ideia política), me impulsionaram a sair do meu lugar de suposto saber e a buscar mais. A convite delas participei da fundação do *Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero Vivencial* (GEVIVE). No GEVIVE tive a oportunidade de ampliar meus conhecimentos, teoria e prática, através de leituras, discussões e vivências. Até então, tudo o que eu conhecia sobre o assunto havia sido normatizado na minha vida através da igreja, outra estrutura disciplinar total (GOFFMAN, 1961/2007).

Desde muito jovem fui inserida na Igreja Católica e por cerca de dez anos participei ativamente de Grupos Jovens, Pastorais e Movimentos. Também fui Acólita, ou como é popularmente conhecido, coroinha¹⁵. A minha formação religiosa não me permitia refletir muito sobre as liberdades, os discursos sobre essas questões se resumiam sempre a pecado e/ou falta de Deus. Todavia, me parecia incongruente pensar que o Deus de amor que era anunciado nos encontros e missas, o Deus do livre arbítrio, o Cristo bíblico que abandonou 99 ovelhas por 100 e que andou com ladrões e prostitutas (LUCAS, 15), fosse o mesmo que julgava, condenava e castigava os “diferentes”.

Essa contradição me causava muito um sentimento de inadequação, um grande incômodo e uma forte inquietação. Eu não conseguia concordar com aquilo que era pregado e por essa e outras razões que não vem ao caso, eu rompi com a igreja. As leituras filosóficas que eu vinha fazendo durante esse tempo da faculdade de certa forma contribuíram para que eu fizesse essa reflexão.

Foi a partir da graduação também que eu adentrei ao cárcere pela primeira vez, por ocasião do estágio curricular ¹⁶(entre os anos de 2016 e 2017), para obtenção do diploma de Psicóloga. Num primeiro momento, o meu contato com a prisão se deu de uma forma leve,

¹⁴ Para Judith Butler, A definição de Corpos Abjetos se dá para além das definições de sexo/gênero, corresponde aos corpos cuja materialidade é vista como irrelevante, “é sua própria humanidade que se torna questionada” (BUTLER, 2001, p. 161).

¹⁵ Coroinha é um servidor do altar leigo, que auxilia um membro do clero (padres, bispos, etc.) durante uma liturgia cristã (Missa, Batizados, Casamentos etc.).

¹⁶ Estágio realizado numa unidade prisional do estado de Pernambuco, entre agosto de 2016 e março de 2017, no qual atuei junto a equipe multiprofissional do setor Psicossocial da unidade realizando atendimentos aos usuários do serviço realizando trabalhos com grupos, escuta psicológica individual supervisionada, auxílio na elaboração de documentos psicológicos (parecer), solicitação de cadastro de visitas, além de realizar encaminhamentos para os demais setores da unidade prisional (jurídico, enfermaria, etc).

fácil, no que diz respeito às questões burocráticas para a realização do estágio e a autorização para minha entrada na unidade, eu até estranhei a rapidez como tudo se desenrolou.

Nessa experiência eu tive pouco acesso à população LGBT, mas sabia que ali existia uma ala específica para eles. O meu contato com essa população só tinha acontecido através das reuniões semanais de triagem, que eram realizadas pela equipe técnica para receber e dar as primeiras diretrizes da vida no cárcere, para recepcionar quem chegava no *bonde*¹⁷, ou quando alguém procurava o setor psicossocial para solicitar a carteirinha de visita de algum parente.

Ao adentrar na prisão a minha presença não passou despercebida. Sentia aqueles olhares insistentes, curiosos e até mesmo ameaçadores me fitando enquanto eu atravessava a gaiola¹⁸ de segurança e caminhava em direção a sala do setor psicossocial para me apresentar à equipe que me receberia. Assim como narrado pela pesquisadora e antropóloga Debora Diniz em sua obra *Cadeia* (2015), na prisão em que estagiei, as pessoas que trabalham dentro do sistema também são identificadas por cores, cada cor representava uma função de trabalho para os que ali circulavam.

Os coletes pretos (agentes penitenciários) faziam a segurança, os jalecos brancos eram parte da equipe técnica (enfermeiras, psicólogas, fisioterapeutas, educadores físicos e demais profissionais da saúde), os concessionados da enfermaria usam verde, os amarelos representavam os que faziam a limpeza, os vermelhos eram os mensageiros, os azuis cuidavam dos reparos estruturais da unidade já os camisa branca, anunciavam em seus uniformes e aventais que faziam parte da cozinha.

Fazia sentido que a minha presença causasse estranhamento àquela população, uma vez que se tratava de um corpo feminino, não uniformizado e não anunciado desfilando sozinho num espaço totalmente desconhecido. Todavia com o passar do tempo os olhares de estranhamento deram lugar ao olhar acolhedor e ao olhar que pedia ajuda. Eu já não era mais uma estranha no ambiente, agora o jaleco branco dizia-lhes que eu estava ali para prestar-lhes um serviço e ao mesmo tempo impunha-lhes que eu devia ser respeitada e protegida, como eles mesmos costumavam dizer: “ninguém mexe com a senhora doutora” ou quando havia rumores de uma possível rebelião: “a primeira bomba que explodir a gente coloca a senhora pra fora”.

¹⁷ Expressão nativa utilizada para se referir a transferência de uma unidade prisional para outra. Ex. “Pegar o bonde” (ser transferido); “Dar o bonde” (transferir alguém); “Chegar de bonde” (chegar por transferência); Termo também usado para evasão ou fuga (fazer um bonde).

¹⁸ Área de segurança localizada na entrada da prisão, vigiada 24hs por agentes penitenciários, separando por grades a área de reclusão (onde ficam os presos) da parte administrativa da unidade (onde fica a diretoria, o atendimento jurídico, o refeitório de funcionários etc..).

O estranhamento das pessoas acerca da minha presença na unidade prisional não acontecia apenas na cadeia, com um certo tempo, eu passei a ser conhecida nas rodas de conversas dos estagiários da faculdade como “a menina que fazia estágio na prisão” - um lugar que ninguém queria ir.

Certo dia, em uma dessas idas e vindas entre casa, faculdade e estágio, em uma conversa dentro do ônibus, uma colega transexual me questionou sobre qual a minha opinião sobre as mulheres *Trans* serem presas em unidades prisionais masculinas. A princípio eu fui pega de surpresa, pois eu nunca havia parado para pensar nisso, logo eu que estava ali todos os dias, não tinha uma opinião formada sobre o assunto. Nunca havia me ocorrido pensar nas inúmeras violações de direitos que essas pessoas vivenciavam naquele espaço. E o que elas pensavam sobre isso? Será que para elas seria melhor estar numa unidade feminina? E os homens homossexuais? Como eles conseguem exercer o direito de se relacionar com um outro homem dentro de um espaço altamente masculinizado? Ora, se a nossa sociedade, aqui fora discrimina, segrega e violenta a população LGBT, lá dentro de um sistema tão complexo quanto a prisão, essas violências provavelmente deveriam se maximizar.

Eram muitas perguntas sem respostas. Tentei encontra-las durante a realização do estágio que durou aproximadamente 7 meses. Pude observar um pouco a respeito das relações de poder existentes entre os profissionais da unidade, as pessoas LGBTs encarceradas e os demais detentos e como essas relações afetavam a experiência de encarceramento dessa população, entretanto nesse período não foi possível me aproximar e me debruçar muito sobre essa realidade para poder compreender melhor essas dinâmicas e por essa razão, desde então, este assunto se tornou foco da minha atenção.

Uma onda de sentimentos inquietantes começou a me inundar, a me transformar, a redirecionar a minha prática profissional. Comecei a me interessar cada vez mais por textos, matérias jornalísticas, documentários, filmes, palestras e eventos de diversas naturezas, que abordavam a temática das pessoas LGBTs em situação de privação de liberdade, nesse momento comecei a gestar uma ideia que mais tarde tomaria corpo e nasceria nessas páginas aqui escritas.

Em um desses encontros conheci Cristina¹⁹, mulher transexual, egressa do sistema penitenciário de Pernambuco, que durante uma palestra contava sobre a sua experiência prisional dentro de uma ala LGBT. Em uma de suas falas ela comentava que muitas pessoas

¹⁹ Nome fictício.

saem da academia para investigar a população LGBT privada de liberdade, no entanto, poucos fazem alguma coisa para contribuir com a melhoria de vida desse grupo dentro das prisões.

É certo que as os escritos científicos oriundos das pesquisas acadêmicas contribuem para essa construção em um âmbito mais macro, unindo-se a outros estudos para dar visibilidade as pautas LGBTs e promover mudanças de paradigmas e criar políticas públicas, no entanto, ela pedia por uma ação interventiva mais prática, local e efetiva. Foi assim que pensando realizar um trabalho que pudesse provocar algum tipo de ação mais objetiva junto a esse grupo, iniciei um trabalho de intervenção psicossocial (FERREIRA NETO, 2008) na ala LGBT da mesma unidade em que realizei essa pesquisa.

1.3 DA IDEIA À PRÁTICA — UM PLANO DE INTERVENÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE APROXIMAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Movida pelo sentimento de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população LGBT em situação de privação de liberdade e afim de criar uma estratégia de aproximação com o meu campo de pesquisa, antes da minha entrada como pesquisadora na unidade prisional, fiz um acordo com a equipe técnica da unidade para realizar um trabalho com o grupo LGBT do pavilhão X, único pavilhão que contém uma ala específica para essa população nesse presídio.

Neste momento, me apresentando como profissional Psicóloga, na companhia do psicólogo e Mestre *Laerte de Paula Borges*, também aluno do programa de pós-graduação e membro do Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (LABESHU) da UFPE, que assim como eu estuda prisões, propomos um Projeto de Intervenção Psicossocial que chamamos de *Oficinas de promoção de cuidados em saúde à população LGBT privada de liberdade*. O objetivo do projeto era atuar na promoção da saúde mental da população LGBT em situação de cárcere, através de práticas que visassem estimular a autonomia e a expressão das individualidades e proporcionar o fortalecimento coletivo dessa população, compreendendo os sujeitos em sua totalidade histórica, social, cultural e emocional.

A proposta de intervenção ocorreu no formato de oficinas baseadas em algumas técnicas do Projeto ArtPad (MACCARTHY & GALVÃO, 2001), utilizando a arte (música, desenho, teatro, dança, poesia, etc.), como forma de expressão das subjetividades. As temáticas abordadas surgiram a partir das demandas trazidas pelo próprio grupo, afim de construir, em conjunto com a população LGBT encarcerada, espaços para reflexão acerca dos processos de opressão vivenciados por elas e eles dentro da prisão, semelhante à proposta de Ferreira Neto

(2008) de “transformar a experiência pessoal em um saber político e coletivo capaz de promover mudanças”, afinal, ninguém melhor que elas mesmas, *as madrinhas*²⁰, para falar sobre as problemáticas da realidade local e construir estratégias de enfrentamento.

Devido aos muitos atravessamentos para a realização do trabalho, disponibilidade (nossa e da equipe técnica da unidade que nos acompanharia), autorização para entrada, problemas com meios de transporte e até mesmo eventos climáticos que geraram caos na cidade do Recife na época em que ocorreriam os encontros, foram realizadas apenas duas oficinas, nas quais a primeira buscou identificar as principais demandas das presas e presos LGBTs da unidade prisional para fomentar estratégias de intervenção e a segunda, visou compreender como se dão as dinâmicas das relações afetivo-sexuais que são experimentadas no contexto carcerário.

Ainda que o projeto não tenha se desenrolado como planejamos, os dois encontros que aconteceram e antecederam a minha entrada ao campo foram de suma importância para estreitar a minha relação com os sujeitos desta pesquisa, criando uma relação de empatia e confiabilidade entre nós, (eu, a população da ala, a equipe profissional e a equipe de segurança da unidade), bem como, em contrapartida, pôde contribuir com o trabalho da equipe profissional, auxiliando no desenvolvimento de atividades que beneficiassem essa população dentro do espaço prisional.

Essa experiência retratada foi o passo que me deixou na entrada da prisão, mais precisamente na entrada da ala LGBT na qual futuramente eu realizaria o presente estudo. Aproveitei a oportunidade para conversar com a população da ala sobre a possibilidade de realizar essa pesquisa, a relevância da mesma e, principalmente, sobre a importância da participação de cada uma e cada um. O acolhimento foi unânime e era possível notar ansiedade para o início das atividades através dos telefonemas que eu recebia da equipe técnica me perguntando quando começaria a minha imersão. A partir desse momento eu entraria no campo para escrever mais uma página da minha história e mais tantas outras páginas sobre as histórias de vida dessas pessoas, sobre os amores e desafetos, sobre os desafios e os dissabores, sobre “viver *na* prisão” e sobre “viver *a* prisão”.

²⁰ Nome (fictício) utilizado para retratar as moradoras da Ala LGBT desta unidade.

2 GÊNEROS ENCARCERADOS — AS RELAÇÕES DE PODER E O CONTROLE DOS CORPOS LGBTs DENTRO DO DISPOSITIVO DISCIPLINAR PRISÃO

O presente capítulo está dividido em dois eixos nos quais, inicialmente, apresento uma discussão teórico-filosófica a respeito do dispositivo disciplinar *prisão*, junto a outras tecnologias de poder (discursos, normas, “verdades”, etc.), dentro da trama do *Biopoder* e as definições de sexo-gênero-sexualidade socialmente construídas dentro de um campo discursivo que simplifica suas potencialidades., já tensionadas pelas teorias Queer, Feministas e Pós-estruturalistas, de forma a enriquecer esse debate.

Já no segundo eixo, teço algumas considerações sobre a constituição das prisões brasileiras e a inserção das pessoas LBTs no cárcere, abordando além dos marcadores de gênero e sexualidade, outros marcadores que impõem limites e fronteiras que separam as pessoas e culminam na ampla proliferação de uma postura LGBTfóbica, segregadora e marginalizante.

Além disso, tensiono a construção da própria sigla LGBT, utilizada para construir políticas públicas para essa população, tal qual a implementação de alas LGBTs na prisão. Nesse mesmo eixo, trago também um breve levantamento realizado em plataformas virtuais, sobre tudo o que tem sido produzido a respeito das alas LGBTs nas prisões brasileiras, apontando quais os espaços aonde esse debate vem sendo pautado e os principais enfoques abordados no material selecionado.

2.1 SOCIEDADE DISCIPLINAR, SISTEMAS PUNITIVOS E RELAÇÕES DE PODER

Os sistemas punitivos estão presentes na história da humanidade desde os tempos primórdios e ao longo do tempo passaram por diversas transformações²¹, até alcançarem o modelo punitivo prisional que conhecemos na atualidade, no qual as prisões se tornaram a essência desse modelo, assumindo o caráter de estabelecimento público que utiliza-se do princípio da privação da liberdade dos indivíduos, visando a coerção e a regeneração dos sujeitos que agem “fora da lei”.

²¹ Dentre essas transformações podemos citar os tormentos físicos, nos quais os indivíduos ficavam preso em lugares insalubres, sem iluminação, sem condições de higiene e “inexpurgáveis” (CARVALHO FILHO, 2002), tais como masmorras e calabouços, a espera de sua punição; e o suplício, no qual as punições iam desde a tortura por castigos corporais que causavam extrema dor (amputação dos braços, queimaduras a ferro em brasa até a pena de morte por degola, enforcamento, fogueira, etc.), que aconteciam em forma de espetáculo, em praça pública na frente de toda população, com intuito de exemplar para que outros não cometessem os mesmos crimes.

Foi a partir do *Iluminismo*, movimento intelectual que incentivava o uso da razão como uma forma de liberdade econômica e política contra os regimes de poder sociais (político, religiosos e ideológicos), que as penas de morte e o suplício (antigos modelos punitivos) começaram a perder o seu caráter de exemplaridade, marcando o início da mudança desse sistema punitivo, cujas penas eram tidas como desumanas e a partir de então o cárcere assume uma característica disciplinar, que visa não mais apenas a “punição”, mas também a “vigilância”, o “controle” e a “correção” dos indivíduos da nova *Sociedade Disciplinar*²².

Segundo as definições de Foucault (1975/2014), o cárcere deve representar uma espécie de “reformatório”, que possa vir a punir o indivíduo, não apenas privando-o da liberdade, mas criando estratégias para que haja uma reeducação do indivíduo apenado, a fim de reinseri-los na sociedade sem causar-lhe danos físicos ou psíquicos, ou seja, sem afetar a integridade do sujeito encarcerado. Dessa forma a prisão deveria perder seu caráter de humilhação moral e física e passar a servir como um instrumento cuja a finalidade é promover a reintegração social do sujeito apenado.

Com a chegada da pós modernidade, os modelos de *sociedade disciplinar* foram se modificando e, a partir de então, o controle exercido sobre os corpos surge depositado na sedução, hedonismo, consumo, nas biotecnologias, a partir dos dispositivos disciplinares (prisões, hospitais, escolas, família, etc.). A esse sistema de relações entre o exercício de poder e a vida cotidiana, Foucault denomina *biopolítica*. A biopolítica consiste na ideologia que exige o controle dos corpos individuais, dando um passo à frente na teoria do controle social.

É possível definir a *biopolítica* como a implementação de ações políticas à vida dos indivíduos, tanto em corpos individuais quanto das populações. O estado e as teorias econômicas se ocuparam em potencializar as capacidades biológicas e intelectuais dos indivíduos, a exemplo do conceito de *família tradicional*, que é definido por padrões heterossexuais, ou seja, é necessário a presença de um pai/homem e uma mãe/mulher, para que esses possam gerar filhos e por meio do controle da natalidade a sociedade diz qual o número “ideal” de filhos que este casal deve ter, afim de que os sujeitos se adequem ao conceito de produção, tecido pela sociedade capitalista. Desta forma, o objetivo do *biopoder* é, portanto, a gestão total da vida, resultando na exclusão progressiva de massas de minorias, as quais a identidade é negada.

²² A sociedade Disciplinar pode ser entendida como uma forma de dominação, configurada por uma espécie de controle social e moral, a partir de um olhar dominante que é introjetando no cotidiano do indivíduo moderno, através das instituições disciplinares (exército, igreja, fábricas, escolas e outros).

A lógica da obediência, por sua vez, é caracterizada pela ideia de que um método disciplinar deve ser aplicado para corrigir o sujeito condenado, criando uma vigilância ininterrupta sobre os sujeitos privados de liberdade, *Panoptismo*²³, afim de controlar os seus corpos e torna-los dóceis, formando “uma política de coerções, um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seu comportamentos” (FOUCAULT, 2014, p. 135), nesse sentido, a prisão é a aparelhagem utilizada para tornar os indivíduos dóceis, por meio da disciplina, pautada nas relações de poder.

De acordo com Foucault (1987) as relações de poder se discriminam enquanto um feixe vinculado à vida dos indivíduos controlada, na instancia física e psicológica. O autor abre brechas para entendermos as relações de poder para além daquilo que é físico, do que é visível, mas para entender as estruturas de poder na sua complexidade, nas suas vicissitudes, de uma forma sutil, uma vez que, para ele, todo corpo é um corpo dócil e ao mesmo tempo que normaliza é também normalizador. O corpo dócil, por sua vez, é o corpo que pode ser disciplinado, manipulado, submetido, moldado, treinado para ser útil ao Estado e para obedecer sem questionar. Assim, os corpos dos prisioneiros acabam sendo moldados nas prisões por meio das dietas, dos exercícios, dos horários, das regras, da vigilância, tudo é controlado por um grupo de poder.

Contudo, poder é saber e quem detém o poder econômico ou científico gera o saber, as normas e o restante da população apenas as seguem. Por sua vez, aqueles que não seguem as normas estabelecidas pelo grupo de poder encontra-se fora da normalidade. O conceito de normalidade, porém, é produto do próprio poder e não é uma mercadoria, mas sim, uma ação dentro de uma relação, ademais, o dispositivo disciplinar é a rede que se estabelece entre esses elementos. Em *Arqueologia do Saber* (1969), Foucault postula que um grupo de poder estabelece o que é a “verdade”, porém essa verdade não representa a verdade absoluta. Neste texto o autor trata das formações discursivas e defende que o saber é tudo aquilo que um grupo de pessoas compartilha e decide que é a verdade. A verdade por sua vez, define o que é correto e incorreto, certo ou errado, normal ou patológico, bom e mau e assim instaura a norma.

Através dessa verdade normatizada, o poder disciplinar controla a vontade e o pensamento social classificando e controlando os indivíduos para que cumpram seu papel

²³ Mecânica de poder ilustrada a partir do diagrama de Jeremy Bentham, que se configura em uma construção arquitetônica com um arranjo circular composto por células, com uma torre de observação no ponto central “o olho do poder que tudo vigia”, sem que haja comunicação entre estes. De acordo com Foucault (1987/2007), essa estrutura projetada no cárcere possibilita a partir da vigilância, realizar o controle e a correção do comportamento dos indivíduos aprisionados, ao induzir no detento “um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (p. 166).

dentro do corpo social por meio da linguagem que define o discurso, seja ele dito ou escrito. Segundo John Austin (1955), importante teórico da filosofia analítica, com inúmeros estudos de linguagem dos anos 40, a linguagem constrói versões de mundo e, conseqüentemente, produz “realidades”. Essas realidades irão definir em cada sociedade ou grupo, aquilo que é socialmente aceito e tido como correto a despeito disso, tudo o que for contrário ao referencial estabelecido é tido como errado, isto é, está fora da norma.

Em seu livro *Microfísica do poder* (1979), Foucault aponta que o capitalismo se perpetua graças ao exercício de poderes que estão presentes em todo o corpo social e está presente em cada parte do quadro social, são os micropoderes. O Estado e os grupos sociais fazem uso das relações de poder, porém essa dinâmica acontece de maneira sutil, ou seja, está presente em instituições, espaços produtivos, organizações políticas, vínculos familiares e laços íntimos, na sociedade disciplinar como um todo. Só as mentes e os corpos disciplinados podem garantir a produtividade, aceitação das normas, “o saber dominado” e o pensamento metódico necessários para atender as demandas do capitalismo ocidental:

Por saber dominado entendo duas coisas: por um lado, os conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em uma coisa e, em certo sentido, uma coisa inteiramente diferente: uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade” (FOUCAULT, 1979, p.170).

De acordo com o *Construcionismo Social* (GERGEN, 1985), a própria sociedade constrói teorias para explicar o mundo e essa construção se dá por meio das interações sociais e é através do discurso, por meio da linguagem, que os sujeitos detentores do conhecimento constituem as “realidades”. Entretanto, a linguagem produz o conhecimento e o conhecimento em si é produto da própria linguagem, ou seja, fruto de uma construção social. Por essa razão a realidade pode ser considerada como convencional e dinâmica (GERGEN, 1985), pois varia de acordo com o contexto cultural de cada sociedade. Nesse sentido, o construcionismo social se opõe ao essencialismo biológico dos sexos-gêneros e da sexualidade e problematiza a universalidade desses conceitos sociais, contribuindo para novas formas de definições e respeito dessas categorias. (PAIVA, 2008; VANCE, 1991/1995; WEEKS, 2000).

Adotar a perspectiva construcionista significa, portanto, contrapor-se à ideia de naturalização e da universalização dos conceitos rígidos que normatizam as identidades de gênero e as orientações sexuais por meio das formações discursivas, uma vez que consideramos

que “toda formação discursiva é um lugar de poder” (BRAH, 2006, p. 373) e este, por sua vez, é constituído performativamente através de práticas políticas, econômicas e culturais. Para Foucault (1979), o poder é uma rede complexa e multidirecional, contínua e perigosa e as relações de poder variam de acordo com a resistência de cada indivíduo.

A liberdade ética é, portanto, um modo de resistência na trama da *biopolítica*, na qual resistir implica que o sujeito se tome como uma “obra de arte”, ou seja, que constitua-se a si mesmo ao “relacionar a forma de relação que tem consigo mesmo à atividade criativa” (FOUCAULT, 1995, p. 262), sem recorrer às regras e ao saber científico, por isso Foucault preconizava a arte de viver. Ao tomar-se como obra de arte, os sujeitos podem constituir-se para além do domínio das regras sociais e criar-se dentro de si mesmo, buscando romper com os processos de opressão social que delimitam as suas existências.

O conceito da *biopolítica* nos ajuda a entender tanto as dinâmicas políticas do poder quanto as dinâmicas da normalização das sexualidades. Nesse contexto, a população LGBT, que é foco desse estudo, surge como um grupo de minoria social, cuja identidades são tidas como “anormais” e “desviantes”, pois estão situadas em um lugar que foge à norma social da biopolítica, cujo referencial normativo do sexo segue à uma regra científica que é biologista e universal, ou seja, o macho possui pênis e fêmea possui vagina, a categoria gênero é construída através de lógica binária (feminino/masculino e mulher/homem) e a sexualidade é baseada nos padrões da heteronorma, na qual só é permitido que homens se relacionem com mulheres e vice-versa, sendo proibido sequer desejar algo que fuja à regra.

Dessa forma os corpos LGBTs também são marcados pelos processos de disciplina, identificação e subjetivação, pois são corpos a serem adestrados, corrigidos, recuperados, docilizados para tornarem-se produtivos e úteis ao Estado, uma vez que governar as sexualidades é também governar as populações.

Além disso, o lugar que os discursos normativos sobre a sexualidade ocupam dentro do conceito da *biopolítica* nos leva a refletir sobre como o discurso constrói as “verdades”. Essa rede torna evidente uma estrutura de poder-saber-verdade, que forma uma grande teia de significações e produzem, por meio das formações discursivas, os gêneros, os sexos e a sexualidade dos sujeitos da modernidade.

2.2 GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE — UMA AÇÃO PERFORMÁTICA

A crítica feminista pós-estruturalista que trago para essa discussão se assenta na contraposição ao caráter racista, sexista, ideológico e particularista no qual as concepções de sexo, gênero e sexualidade são postuladas socialmente, por meio de uma lógica identitária incapaz de pensar as diferenças.

Discutir pois, esses três conceitos tão densos e polissêmicos representa por si só um grande desafio, uma vez que se trata de uma busca por romper com os parâmetros essencialistas, naturalistas e de neutralidade, que defendem uma perspectiva heteronormatizante das concepções de *masculinidade* e *feminilidade*, defendendo que as definições de sexo, gênero e sexualidade fazem parte de várias formações discursivas, epistemológicas e políticas e trata-se de uma ação performática (BUTLER, 2003).

Inicialmente, a proposta do movimento feminista era discutir a categoria “mulher” através da oposição das categorias *feminino x masculino*, contudo, foi possível, através das contribuições pós-estruturalistas, questionar a noção de universalidade e o caráter estático do sujeito do feminismo “mulher”, tensionando a definição dessa categoria, uma vez que não existe apenas um “tipo de mulher” na sociedade, mas sim diferentes “tipos de mulheres” - brancas, negras, camponesas, periférica, transexuais etc, passando a pensar esse sujeito como plural, heterogêneo e contingente (MOUFFE, 1999, 2003; SCOTT, 1994, 1999; BUTLER, 1998, 2003).

Ao ampliar o pensamento do sujeito do feminismo para além dessa categoria, as teorias feministas pós-estruturais possibilitaram a abertura para pensarmos outras questões que estão deslocadas da norma, problematizando, por exemplo, a existência de uma espécie de privilégio heterossexual na sociedade, uma vez que as concepções do que socialmente é tido como “correto” e “normal” se baseia em uma norma padrão que é cisgênera e heterossexual, a *Heteronormatividade*.

Ao tornarem a heterossexualidade compulsória como ponto de debate do feminismo, as teorias pós-estruturais buscam desconstruir a lógica essencial, universal e binária da oposição das categorias heterossexualidade x homossexualidade, com intuito de apontar as suas limitações e incluir uma nova concepção em torno da compreensão da constituição do sujeito, a partir do reconhecimento de que “o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder” (COSTA 2000, p. 57). Nessa perspectiva o sujeito passa a ser considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, uma vez que se encontra inserido em uma teia de relações sociais complexas.

O marco binário presente nas sustentações teóricas essencialistas, por meio das categorias hegemônicas *homem/mulher*, que sustentam a norma de gênero padrão, enfrentam as críticas das teorias feministas, que acentuam “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). Em sua crítica, Scott concorda com a existência das diferenças biológicas entre os corpos sexuados, entretanto, para ela o que interessa não são essas diferenças, mas sim, as formas como essas diferenças são construídas simbolizadas, significadas socialmente, atribuídas de sentido e posicionadas dentro das relações hierárquicas.

As tentativas de regulação dos corpos tornaram-se ponto da discussão dessa pesquisa, a partir da noção das “normas de gênero” (BUTLER, 2014), que marcam os corpos e as subjetividades através do discurso normativo, formal e informal. Judith Butler (2003), importante filósofa pós-estruturalista, argumenta que: “as fronteiras e superfícies do corpo são politicamente construídas” (BUTLER, 2003, p. 11). Ela também questiona a concepção hegemônica que coloca o corpo como anterior à cultura. Por essa razão ela postula que:

se o gênero são os significados da culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. (...) a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos”. (BUTLER, 2003, p.26)

Sônia Corrêa e Rosalind Petchesky definem o corpo enquanto “um universo socialmente mediado” (CORRÊA & PETCHESKY, 1996, p.149) e destacam que a noção de integridade e controle dos corpos são agenciadas por diferentes atores, dispositivos e relações, de modo que o próprio corpo coloca em análise o modelo hegemônico de gênero e sexualidade.

Outrora, para Butler (2003, p. 21) “se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”. Com efeito para que essa heteronorma funcione, é necessário a existência de dois modelos essenciais: *masculinidade x feminilidade*, nas quais o corpo acaba sendo marcado e passa a ser circunscrito em categorias identitárias, dentro de um campo discursivo que simplifica suas potencialidades.

Nesse sentido a autora defende que o gênero é *performativo*, o que implica em dizer que ninguém pertence a um gênero definido, pré-estabelecido biologicamente. Performar, no entanto, é produzir uma série de efeitos, adotar ações, tais como falar, andar, gesticular etc., que são essenciais para representar socialmente o gênero ao qual pertencemos e com o qual nos

apresentamos ao mundo (BUTLER, 2003). Assim, “ser homem” e “ser mulher” não é uma verdade intrínseca, mas sim, uma verdade externa que é colocada socialmente sobre os indivíduos e que são produzidas e reproduzidas a todo tempo. Dessa forma, os papéis sexuais não podem ser explicados apenas por divergências biológicas, pois são “socialmente forjados” (FRY & MACRAE 1983/ 1985).

Pode-se dizer assim que se o gênero é performático e múltiplo, ou seja, é uma ação e não uma identidade e está associado a outros marcadores sociais tais como raça, classe, território, geração, etc., então o sexo pode ser produzido pelo gênero e a sexualidade torna-se então um dispositivo um dispositivo de *saber-poder* que irá governar os prazeres desses corpos.

No primeiro volume de sua obra *História da Sexualidade* (2010) investigou a genealogia do dispositivo sexualidade a partir das práticas de poder buscando "pensar, ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei" (2010, p. 87). Nesse projeto ele define a sexualidade como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2010, p. 244).

Richard Parker (1991) aponta que falar de sexo é ao mesmo tempo falar da necessidade de administrá-lo na sociedade moderna, pressupondo que a sexualidade é limitada e controlada através das categorias e dos conceitos historicamente construídos. Ele destaca as *Hierarquias de gênero*, os *Dispositivos da sexualidade* e a *Ideologia do erótico* como três grandes sistemas que visam compreender analiticamente a cultura sexual brasileira.

O antropólogo defende que as *hierarquias de gênero* são produzidas a partir das reiterações performáticas das concepções sociais de masculinidade e feminilidade, ainda ligadas aos órgãos sexuais, que organizam os indivíduos em posições hierárquicas divergentes a partir da “supremacia masculina”, no entanto complementares, em posições de “atividade e passividade” dentro da sociedade. Já os *dispositivos de sexualidade* estão ancorados nos discursos normatizadores (científicos, religiosos, ideológicos, dentre outros) que definem as concepções do que é correto e incorreto, afim de organizar as os desejos e as práticas sexuais e assim, manter a ordem social. Por fim, a *ideologia do erótico* se percebe no prazer que os corpos dos indivíduos podem oferecer e se localiza na subversão desses limites normatizadores que são socialmente impostos.

Essas ações performáticas “tem dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequência” (BUTLER, 2003, p. 200). Dessa forma, quando colocadas em disputa pelas teorias feministas, assumem um papel político no âmbito das relações sociais e ao questionarmos os padrões comportamentais heteronormativos, estamos também

questionando a forma como esses corpos se colocam no mundo, procurando compreender quais os discursos e quais as práticas que reforçam essas construções, afim de desconstruir, desnaturalizar aquilo que é tido como essencial, natural e conseqüentemente normal, para entendermos o “anormal”, “desviante” e o “*abjeto*²⁴” e poder “representá-los” socialmente.

Com efeito, os corpos LGBTs representados nesse estudo são *abjetos* porque seus corpos vão de encontro àquilo que a sociedade espera quanto ao ser homem/ ser mulher, porque fogem à regrada lógica heteronormativa e cisgênera, porque muitas vezes são negros, são pobres e são periféricos. E por serem abjetos, são corpos que, de acordo com a sociedade, não merecem a vida, não merecem atenção dos poderes públicos, pois fogem às normas instituídas socialmente, devendo serem excluídos, eliminados, mortos.

2.3 AS “DEFICIÊNCIAS” DO CÁRCERE BRASILEIRO E A INSERÇÃO DA PESSOA LGBT NA PRISÃO

Nesse novo eixo, retorno às transformações sofridas pelo cárcere e pelos modelos punitivos ao longo da história da sociedade ocidental, citadas no primeiro tópico deste capítulo, para realizarmos aqui uma crítica ao modelo punitivo atual e aos processos de encarceramento do sistema prisional brasileiro, especialmente no tocante às pessoas LGBTs, protagonistas desse estudo.

Apesar de historicamente termos “superado” os modelos punitivos que provocavam no indivíduo uma humilhação física e moral, considerados como desumanos, essas mudanças, no entanto, aparentemente, não alcançaram o cenário das prisões brasileiras. Em sua obra *Vigiar e Punir* Foucault relata que: “(...) a obviedade da prisão se fundamenta também em seu papel, suposto ou exigido, de aparelho para transformar os indivíduos” (2014, p. 261-262), isolando-lhes e tirando-lhes do convívio de suas relações socialmente significativas, para levá-los a refletir sobre seu ato criminoso.

Neste novo modelo prisional, as penas devem ser públicas, facilmente compreendidas e individuais e sua função é trazer uma desvantagem ao sujeito, mostrando-lhe que a solidão é o meio para que ele reflita sobre seus atos, assim a dor sentida passa ser da alma e não mais do corpo. Todavia, isolar os indivíduos de suas relações sociais como forma de punição pode trazer

²⁴ A definição de *Corpos Abjetos* se dá para além das definições de sexo/gênero, corresponde aos corpos cuja materialidade é vista como irrelevante, “é sua própria humanidade que se torna questionada” (BUTLER, 2003, p. 161). Esse conceito se aplica a todos os corpos que possuem valor negativo para a sociedade, mulheres, negros, indígenas, LGBTs, dentre outros.

muitos danos prejudiciais à sua saúde física e mental, tais como alteração de humor, depressão, comportamentos agressivos, dentre outros.

Goffman (2007), em seu livro *Manicômios, Prisões e Conventos*, caracteriza as prisões como uma *instituição total* e as define como um espaço de controle das esferas existenciais, restringindo a possibilidade de autonomia do sujeito em relação às experiências sociais, nas suas diferentes dimensões, como por exemplo na dimensão dos relacionamentos e de trabalho, provocando a “mortificação subjetiva” dos sujeitos.

Segundo o autor, a mortificação subjetiva dos indivíduos, ou “mortificação do eu” passa por dois processos: o primeiro é a barreira posta pela instituição que separa o interno do mundo exterior. Nesse processo inicial ocorre o a “morte civil”, com a presença do castigo e o surgimento da lógica da obediência. No segundo processo de mortificação ocorre a mutação do eu. Essa mutação consiste no processo da perda da identidade dos indivíduos, perde-se o nome, separa-se o sujeito dos seus bens materiais, ocorre a desfiguração dos corpos, através de maus tratos, violam-se as fronteiras entre o ser e o ambiente. Assim, os efeitos da prisão sob os indivíduos, além de físicos acabam se tornando psicológicos.

No Brasil, muitas pessoas estão presas em condições degradantes e sub-humanas, vivendo em péssimas condições de higiene, em celas imundas e úmidas, além de superlotadas, sem direito a saneamento básico, a água potável e alimentação de qualidade, produtos de higiene pessoal, lençóis e peças de vestuário, que tornam difícil a ressocialização do indivíduo dentro desse contexto estrutural de precariedade.

Além disso falta-lhes também desenvolvimento de programas socioeducativos e profissionalizantes, acesso à educação básica e oportunidades de trabalho dentro do ambiente prisional. Ao saírem da prisão, os egressos do sistema penitenciário enfrentam vários processos de discriminação e encontram muitas dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho, o que acaba fazendo com que a pessoa reincida ao crime e seja novamente encarcerado.

Ao abordarmos à problemática da população LGBT em situação de privação de liberdade, leva-se “em conta a ótica constitutiva do sistema penitenciário ocidental completamente atrelada ao sexo genital do indivíduo” (SOUZA; VIEIRA 2015, p.15), baseados na heterossexualidade compulsória e no padrão binário sexo/gênero, desconsiderando as questões políticas, sociais e culturais que constituem essas categorias e, conseqüentemente, negando a existência de outras vidas fora dos padrões hegemônicos.

Além disso, sabemos que os processos de encarceramento do sistema penal brasileiro são atravessados por uma série de marcadores sociais (raça, classe, território, geração, escolaridade, etc.), uma espécie de “aspirador social” (MONTEIRO; CARDOSO, 2013;), que

torna as prisões “campos de concentração para pobres” (WACQUANT,2001), uma vez que a maioria da população prisional é pobre, negra, jovem e periférica.

Ademais, grande parte das pessoas LGBTs em situação de privação de liberdade, além das diferenças de gênero e orientação sexual, também carregam em seus corpos muitos desses marcadores, abrindo um espectro de histórias de vida singulares afetadas por uma gama de vulnerabilidades sociais que reverberam dentro de um contexto penal de seletividade, contribuindo para uma “escala social vertical” (BARATTA, 2002).

Nesse contexto, a população LGBT se associa ao conceito de *subalternidade* uma vez que faz parte das “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 1985/2014 ,p.12) que constantemente são invisibilizados, silenciados e expropriados de qualquer possibilidade de representação.

Ferreira (2014) alerta para o fato de que as travestis na prisão, por exemplo, ainda representam a sujeição dos papéis sociais ditos femininos, por meio de práticas consideradas subalternas. O autor relata que tanto as travestis quanto os homossexuais encarcerados possuem papéis importantes para a manutenção do sistema binário, sendo o papel masculino o de mandar e o feminino de ser mandado.

A subordinação da população LGBT, especialmente as travestis e as mulheres transexuais, aos demais prisioneiros masculinos dentro da prisão pode ser explicada ainda através do pensamento sociocultural construído a partir das ideias do sistema patriarcal já criticado por Rubin (1975), que atribui ao sujeito *macho/ masculino/homem* uma posição de superioridade dentro hierarquia de poder das organizações sociais.

Desta forma, sobra ao indivíduo *mulher/fêmea/feminino* o papel de inferioridade, de subordinação, de sujeição, dentro dessa hierarquia de poder, caracterizando assim uma espécie de supremacia masculina em detrimento da depreciação do “ser feminino” e uma vez que essa população normalmente tem suas ações performáticas associadas à noção de feminilidade, dentro da ótica binária das identidades e das sexualidades, através da concepção patriarcal então, ela acaba perdendo a sua autonomia enquanto sujeito e torna-se assujeitada.

Para D’ângelo et al (2018, p.15) “os mecanismos disciplinares das unidades nas suas porosidades mais ou menos abertas com o “fora” vão produzindo repertórios de gênero diversos, afetando a relação entre a expressão de si e a forma de se relacionar”. Assim, da mesma forma que encarcera e limita as experiências dos sujeitos que ali se encontram, a prisão também abre possibilidades para o surgimento de novas formas de expressões de gênero.

Os processos de desconstrução do binarismo hegemônico sexo-gênero e da sexualidade caminha a passos lentos, ainda que tenham ganhado maior visibilidade e reconhecimento na sociedade. A própria sigla LGBT utilizada para a construção de políticas públicas, gera diversos entraves dentro dos movimentos sociais quanto à sua significação (LIMA, 2019).

Ora pois se pensamos que a linguagem é uma ação que constrói as definições de gênero e sexualidade de uma forma estável e cristalizada, é importante também tensionar a construção da sigla LGBT, postulada em uma dimensão naturalista e binária, uma vez que sua definição está ancorada a partir de duas categorias feminino x masculino, limitando as possibilidades de existência de outras categorias identitárias e sexuais.

Apesar de concordarmos que no âmbito das macropolíticas seja necessária uma representação simbólica para defender às demandas coletivas desse grupo, acreditamos que construir políticas públicas a partir de uma noção sexual e identitária enrijecida acaba por fragilizar e enfraquecer o discurso dos próprios movimentos políticos, pois ao adotar esse modelo simbólico a partir das letras que compõem a sigla, se institucionaliza o discurso estatal que define quais corpos devem ser representados e quais corpos acabam por continuar na zona de abjeção. Nesse sentido, todos os corpos que não se enquadrarem nas definições dessas quatro letras acabam sendo invisibilizados e consequentemente ficando de fora do debate das políticas públicas construídas para essa população.

Por essa razão, a sigla LBTQI+ que tem sido utilizada pelos movimentos sociais e identitários talvez seja, atualmente, a escolha mais adequada para reivindicar suas pautas, visto que se configura como uma expressão simbólica mais inclusiva, abarcando uma gama mais variada e diversificada de dimensões das categorias de gênero e orientação sexual, representando de forma mais adequada a pluralidade desse grupo.

Essa nova sigla inclui a letra “Q” para Queer (expressão política utilizada para representar tudo aquilo que socialmente é tido como “estranho”, “esquisito” “não-binários” - aqueles que não se conformam à norma do binarismo ou seja, que estão fora das definições de feminino e masculino); “I” para Intersex (para designar as pessoas que nascem com corpos que não se encaixam dentro do padrão biológico – pênis OU vagina- que definem os corpos como masculinos ou femininos) e o sinal de “+” (para representar a multiplicidade das categorias que não cabem nas definições dessas letras).

Ademais, ao considerarmos que os critérios para a autonomação das identidades são ficções somatopolíticas, produzidas pelas tecnologias de dominação dos corpos que limitam as possibilidades dos indivíduos, produzindo um saber sobre ele mesmos (PRECIADO, 2008), a heterossexualidade passa a ser compreendida como “ um regime político que faz parte da

administração dos corpos e da gestão calculada da vida no âmbito da biopolítica” (PRECIADO, 2011, p. 12), tornando-se um “modelo” para as performances de gênero e para as práticas homossexuais (RIOS et. al, 2019).

É preciso, no entanto, diferenciar a posição identitária dos desejos sexuais, pois “não existe nenhuma conexão necessária entre comportamento e identidade sexual.” (WEEKS, 2001, p.72) e ao tentar associar uma coisa à outra, retornamos a pensar na lógica reducionista do naturalismo binário.

Adentrar a esse espaço multifacetado é como chegar em uma sociedade estranha, desconhecida, “exótica”, uma vez que a vida no cárcere tem uma dinâmica singular que é caracterizada pela existência de um código social próprio, uma linguagem local, relacionamentos afetivos e sexuais que são regulados também dentro de um código específico, tudo isso marcado pelas relações de poder que surgem dentro desse espaço e que se corporifica no cotidiano dessa população tão plural e de trajetórias singulares.

Podemos assim dizer que as vidas LGBTs não se resumem e não se encerram na dicotomia existente, ao contrário, se multiplicam e se expandem, permitindo a possibilidade de múltiplas outras categorias identitárias e ainda que não seja interessante criar novas “caixas”, separando cada vez mais um Movimento que apesar de plural e diverso, também é supostamente unificado. Embora haja muitos desafios para se desconstruir essa lógica social, que acaba por estereotipar e reforçar os estigmas dessa população na sociedade como um todo e ainda mais dentro do ambiente prisional, de alguma forma seguimos avançando.

Nos últimos anos os movimentos LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis Transexuais e Transgêneros) tem se multiplicado e as demandas da população LGBT em situação de privação de liberdade vem se tornando foco de diversos debates e chamado a atenção do Estado, resultando na implementação de novas políticas públicas para atender essa população. (LAGO & ZAMBONI, 2016; FERREIRA, 2014).

Atualmente, as Alas especiais para a população LGBT tem sido foco de alguns estudos (PASSOS, 2014; BOLDRIN, 2015; FERREIRA, 2015; GUEDES, OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2015; EUSTAQUIO-JR, BREGALDA & SILVA, 2016; LAGO & ZAMBONI, 2016; SEFFNER & PASSOS, 2016; BAPTISTA-SILVA; SILVA, PIZZINATO & HAMANN; FRÓIS & VALENTIM; ZAMBONI, 2017; ANDRADE, CARTAXO & CORREIA; LAMOUNIER, 2018) e apontadas como uma solução encontrada pelo Estado, para a garantir a segurança, proteção e tratamento humanizado da pessoa LGBT em situação de privação de liberdade. Porém, surgem controvérsias nesse discurso sobre garantia de direitos, uma vez que

elas retiram os indivíduos do convívio social com os demais detentos, segregando e reforçando estigmas e preconceitos vigentes.

Nas linhas subsequentes busquei identificar qual o panorama nacional de publicações científicas que abordam a realidade das pessoas LGBTs encarceradas em alas específicas para essa população, especialmente, no período dos últimos 06 anos (2014-2019), período que corresponde à implementação da Resolução Conjunta 01/2014 (BRASIL, 2014), que além de recomendar a implementação de alas especiais no cárcere, estabelece normas de acolhimento à pessoa LGBT dentro das unidades prisionais, que devem ser construídas de forma coletiva, no que diz respeito à expressão da identidade de gênero e no âmbito da sexualidade.

Com o aumento do número de pessoas LGBTs em situação de cárcere, novas unidades prisionais implementaram celas ou alas especiais para essa população, uma vez que as reivindicações identitárias pautadas pelos movimentos sociais tomaram maior visibilidade especialmente com a criação da expressão “população LGBT em privação de liberdade”, que fez emergir um “novo sujeito de direitos” (ZAMBONI, 2016).

2.4 MAPEANDO O CENÁRIO DE PRODUÇÕES NO PANORAMA NACIONAL

Afim de traçar o panorama das produções relacionadas às alas LGBTs das unidades prisionais masculinas do país, realizei um levantamento a partir da busca nas bases de dados internacionais de artigos, dissertações e teses, publicados na íntegra, utilizando os bancos de dados de *Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e *Google Acadêmico*, por meio dos descritores “*ala LGBT*” e “*cárcere*” de forma independente.²⁵

Comecei o levantamento empregando o descritor “*ala LGBT*” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Foram encontrados 1690 resultados entre as produções escritas em português, inglês e espanhol. Buscando encontrar resultados mais próximos ao objeto desta pesquisa, utilizei os filtros de *ano de publicação*, (2014-2019), em seguida refinei ainda mais os resultados acrescentando um novo filtro para localizar trabalhos produzidos na *grande área de conhecimento das Ciências Humanas*, chegando ao número final de 281 textos (Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado).

²⁵ Outras bases de dados (BVS, LILAC, dentro outras) foram consultadas. Entretanto, na época do levantamento, não foi possível localizar nenhum texto nessas plataformas, condizentes com a proposta deste levantamento.

Para selecionar o material realizei inicialmente a leitura dos títulos resumos e em seguida do conteúdo dos textos, obtendo-se como resultado final o total de 04 dissertações de Mestrado e 01(uma) tese de doutoramento. Os critérios de seleção de material, por sua vez, se deram por inclusão de textos cujos objetivos estivessem alinhados à proposta deste estudo.

Da mesma forma, na base de artigos SciELO utilizei o descritor “*ala LGBT*”²⁶, entretanto este não apresentou nenhum resultado satisfatório e por essa razão resolvi lançar um novo descritor mais generalista na tentativa de ampliar os resultados, assim passei a utilizar o descritor “*cárcere*”, que abrangia um número maior de resultados e assim, obtive 88 textos.

Para filtrar melhor os resultados de acordo com o objeto desta pesquisa, adicionei a esse descritor o recurso “*and LGBT*”, em seguida utilizei os filtros de idioma(português) e anos de publicação (2014-2019). Após a inclusão desses filtros, encontrei apenas 02 trabalhos que retratam a vivência da População LGBT no cárcere, especificamente nas alas LGBTs, ambos produzidos no Rio Grande do Sul.

Diante da escassez de publicações encontradas localizadas nas duas plataformas acima, tendo encontrado um número incipiente de materiais sobre o tema, realizei uma nova busca na base de dados Google acadêmico, tomando cuidado para selecionar os matérias que surgissem de plataformas virtuais confiáveis (revistas eletrônicas acadêmicas nacionais e internacionais, bibliotecas e repositórios dos programas de pós-graduações de universidades reconhecidas nacionalmente pelo Ministério da Educação-MEC). Ao empregar o mesmo descritor “*ala LGBT*”, obtive aproximadamente 50 resultados iniciais.

Nesta plataforma, apenas refinei os resultados pelo ano de publicação (2014-2019), reduzindo para 43 o número de resultados localizados. Após realizar os procedimentos de seleção (leitura dos títulos- resumos-texto completo), selecionei os textos seguindo os mesmos critérios de inclusão ditos anteriormente e encontrei 09 textos, sendo 08 artigos e 01 dissertação de Mestrado.

Ao final, o levantamento bibliográfico feito nas três bases resultou num total de **15 textos**, sendo **01 tese de doutoramento, dissertações de mestrado e 10 artigos científicos**, conforme apresentado na tabela abaixo:

²⁶ Utilizamos ainda uma série de expressões sinônimas a este descritor (“*galeria LGBT*”; “*pavilhão LGBT*”; “*cela LGBT*”), dentre outros combinados (prisão and LGBT; cadeia and LGBT), porém nenhum dos descritores trouxeram resultados satisfatórios.

TÍTULO	AUTORES(AS)	TIPO DE PRODUÇÃO E ÁREA DE CONHECIMENTO	LOCAL/ ANO DE PUBLICAÇÃO
<i>Dispositivo bicha: Gênero e Sexualidade como técnicas de controle prisional</i>	Amilton Gustavo da Silva Passos	TESE Educação	RS (2019)
<i>(Trans)Ações entre devires e deveres: atendimento psicossocial ampliado com população LGBT em contexto de privação de liberdade</i>	Márcio Alessandro Neman do Nascimento; Jefferson Adria Reis; Eloize Marianny Bonfim da Silva	ARTIGO Psicologia	MT (2019)
<i>Vidas que se (trans)formam e não se esgotam: promoção de saúde no Centro de Ressocialização de Cuiabá- MT</i>	Felipe Cazeiro; Leidiane Juvenal da Silva; Patricia Pedroso de Brito; Adarleni Amorim de Assis; Vanessa Clementino Furtado	ARTIGO Psicologia	MT (2018)
<i>Representações sociais no sistema de justiça criminal: Proteção normativa e políticas públicas para o apenado LGBT</i>	Mariana Dionísio de Andrade; Marina Andrade Cartaxo; Daniel Camurça Correia	ARTIGO Direito	DF (2018)
<i>Gêneros encarcerados: uma análise trans.viada da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais</i>	Gabriela Almeida Moreira Lamounier	DISSERTAÇÃO Psicologia	MG (2018)
<i>A Ala LGBT em presídios brasileiros: Possibilidades ou controvérsias</i>	Frederico de Freitas Fróis; Silvani dos Santos Valentim	ARTIGO Educação Tecnológica	MG (2017)

<i>Gêneros dissidentes e seletividade penal: reflexões sobre regimes normativos de gênero e criminalização das experiências travestis</i>	Gabriela Lamounier; Igor Monteiro; Júlia Carneiro	ARTIGO Psicologia	MG (2017)
<i>O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário</i>	Márcio Zamboni	ARTIGO Antropologia	SP (2017)
<i>Uma galeria para travestis, gays e seus maridos: Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional</i>	Fernando Seffner; Amillton Gustavo da Silva Passos	ARTIGO Educação	RS (2016)
<i>Casamento no Cárcere: Agenciamentos Identitários e Conjugais em uma Galeria LGBT</i>	Gabriela Baptista Silva; Adolfo Pizzinato; Cristiano Hamann	ARTIGO Psicologia	RS (2017)
<i>Travestilidade carcerária: violência e cerceamento da identidade travesti em situação de aprisionamento</i>	Johnatan Ferreira Marques do Vale; Bárbara Cristina de Oliveira Marques do Vale; Eduardo Sérgio Soares Sousa	ARTIGO Sociologia	PB (2016)
<i>Estudo sociológico sobre a criação de alas exclusivas para apenados do grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais</i>	Hérika Raniery Rocha Fernandes	DISSERTAÇÃO Sociologia	PB (2016)
<i>Qualidade de vida de detentos (as) da “Primeira Ala LGBT do Brasil”</i>	Cicero Pereira Eustaquio Junior; Marília Meyer Bregalda; Bianca Rodrigues da Silva	ARTIGO Terapia Ocupacional	PB (2015)

<i>O Trabalho nas Alas LGBT das Unidades Prisionais Masculinas na Região Metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais</i>	Débora do Carmo Martins Guedes; Karina Rosalina de Oliveira; Roberta Gonçalves Oliveira	ARTIGO Direito	MG (2015)
<i>Uma ala para travestis, gays e seus maridos: pedagogias institucionais da sobrevivência no presídio central de Porto Alegre</i>	Amilton Gustavo da Silva Passos	DISSERTAÇÃO Educação	RS (2014)

Quadro 1 - Produções Textuais selecionadas através do Levantamento Bibliográfico realizado: Elaborado pela autora.

Através dos dados encontrados neste levantamento bibliográfico, foi possível identificar que grande parte das publicações localizadas nas plataformas virtuais foram de artigos científicos publicados em revistas e anais de eventos acadêmicos, entretanto, a maioria do material encontrado não está nas bases de dados mais relevantes do cenário de publicações a nível nacional e internacional.

Outra questão que chama a nossa atenção refere-se aos locais nos quais esse debate tem sido mais frequente. Os artigos encontrados foram produzidos nos estados de Minas Gerais (03), Paraíba (02), São Paulo (01), Brasília (01), Mato Grosso (02) e Rio Grande do Sul. (02). Já as Dissertações de Mestrado foram produzidas no Programa de Pós-graduação de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-(UFRS), no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A única Tese de doutoramento localizada também foi encontrada no Programa de Pós-graduação de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-(UFRS). O levantamento também demonstrou que, houve pouca variação na quantidade de publicações anuais: 2014 (01), 2015 (02), 2016 (03), 2017 (04), 2018 (03) e 2019 (02).

Essas informações revelam que as publicações têm se concentrado, em sua maior parte, nas regiões Sul-Sudeste. Apenas uma publicação foi localizada nas regiões Centro-Oeste e duas na região Nordeste do país. Nota-se que a ausência de publicações na região norte do Brasil, bem como, um quantitativo ainda muito pequeno de produções realizadas no Centro-Oeste e Nordeste, alertando para a emergência de novas pesquisas sobre a temática das alas LGBTs,

em todo o território nacional e principalmente, aponta para a necessidade de trazermos esta discussão nas demais regiões do país.

As produções textuais encontradas, por sua vez, estão localizadas nas áreas da Psicologia, Direito, Terapia Ocupacional, Sociologia, Antropologia e Educação. Dentro desses eixos, as autoras e autores dos textos selecionados tem se preocupado em estudar a Política de implementação e funcionamento das alas; a Qualidade de vida dos sujeitos LGBTs apenados; os programas de Reabilitação, Reintegração Social e Profissionalização para os indivíduos LGBTs presos; a construção das identidades de gênero e sexualidades no cárcere e as relações afetivo-conjugais estabelecidas entre os(as) integrantes das alas LGBTs e seus maridos.

A metodologia empregada nas pesquisas é unanimemente qualitativa, grande maioria possui caráter descritivo, de tipologias diversas (exploratória, empírica, bibliográfica). A coleta de dados foi realizada por meio de diversas técnicas, tais como, Etnografia (pela via da utilização de diário de campo, visitas e observação participante); Cartografia (para acompanhar os processos de produção da subjetividades); Pesquisa-ação (para formulação de diagnóstico dos problemas que envolvem as alas LGBTs e realização de oficinas interventivas); realização de Entrevistas estruturadas, semiestruturadas, narrativas e aplicação de questionários (com as moradoras e moradores das alas, equipe técnica, agentes penitenciários e demais detentos das unidades prisionais); além de Revisão de literatura, por meio de análise documental das políticas, matérias televisivas, materiais de jornais e revistas, documentários e do escasso material acadêmico já produzido.

Apesar de ser um debate recente, todas essas informações nos direcionam a pensar a importância de produzir novos estudos que possam endossar este debate caro para a população LGBT que se encontra em situação de privação de liberdade. Afim de construirmos estratégias coletivas que possam contribuir com a melhoria de vida dessa população, durante o cumprimento de suas penas.

Dessa forma, a presente pesquisa faz-se necessária, uma vez que traz algo novo para contribuir com esse campo de estudo, ao abordar a forma como o gênero organiza os modos de vida da população LGBT em situação de privação de liberdade dentro desses espaços, gerenciando suas práticas sexuais e as dinâmicas das relações que lá são produzidas.

Ademais, este estudo pretende servir como inspiração para outros pesquisadores da região nordeste do país, especialmente do estado de Pernambuco no qual não foi encontrada nenhuma produção científica no levantamento realizado, a produzirem novos materiais científicos que possam alavancar esse indicador ainda ínfimo, retratando outras experiências vivenciadas pelas pessoas LGBTs encarceradas em alas especiais, das demais unidades

prisoinais deste e dos demais estados nordestinos, afim de haver uma maior representação dessa temática no cenário de produções acadêmico-científicas dentro da nossa região.

2.5 MERGULHANDO NAS PRODUÇÕES TEXTUAIS — SITUANDO OS DEBATES SOBRE AS ALAS LGBTs NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

As discussões realizadas em alguns textos destas produções abordam a transcendência dos significados inscritos das letras *LGBT* que marcam e institucionalizam as identidades sexuais e de gênero representadas por elas (ZAMBONI 2018; BAPTISTA-SILVA, PIZZINATO & HAMANN, 2017; SEFFNER; PASSOS, 2016; PASSOS, 2014). Para os autores, essas identidades que criam espaços, como o das Alas LGBTs nas unidades prisoinais masculinas, também possibilitam estratégias de posicionamento e desejo.

Zamboni (2017) critica as políticas públicas que abordam categorias identitárias fechadas e que operam ignorando as questões sociais e contextuais específicas, criando espaços de segregação como o da ala, utilizando-se das diferenças sexuais e de gênero como parâmetros, acabam reforçando os processos de discriminação.

Apesar de concordarmos com a utilização da sigla como uma representação simbólica que visa reivindicar as pautas coletivas dessa população, buscamos pensar, assim como o autor supracitado, que a construção de políticas públicas baseadas nas letras que compõem essa sigla acaba não abarcando a pluralidade das mais diversas identidades existentes e criando uma rede de segregações que surgem “disfarçadas” de políticas públicas.

Johnatan Ferreira Marques do Vale, Bárbara Cristina de Oliveira Marques do Vale e Eduardo Sérgio Soares Sousa (2016), através de um trabalho comunitário apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, ao narrarem as trajetórias das travestis da Ala LGBT de uma unidade prisoinal do município de João Pessoa/ PB, em sua pesquisa de cunho etnográfico, citam as violências e abusos sofridos pelas Travestis antes da criação da resolução que facultou a implementação das alas específicas para a população LGBT nas unidades prisoinais e posteriormente, trazem observações sobre como as violências foram modificadas após a sua implementação.

As 05 entrevistas realizadas durante as visitas dos autores à unidade prisoinal revelaram que a portaria que regulamentou a implementação das alas trouxe alguns aspectos positivos, segundo relatos das travestis entrevistadas, e provocaram mudanças significativas do ponto de vista da proteção física. Por outro lado, elas também apontam em suas falas que as violências

passaram a ocorrer em um âmbito mais simbólico, aparecendo de forma disfarçada; acontecem de forma completamente explícita, entretanto, acabam sendo silenciadas.

Passos (2014) aponta que a ala LGBT não neutraliza os riscos, para ele, trata-se de uma manobra institucional que apenas desloca o risco para outro lugar e relata que “se por um lado, esses indivíduos estão, em certa medida, livres da violência, por outro, vivem sobre uma constante ameaça de serem retirados da ala” (PASSOS, 2014, p. 99) e, em função dessa nova organização espacial, nessa nova dinâmica de convivência, as travestis passam a ocupar o lugar de agentes de poder (SEFFNER; PASSOS, 2016).

Acreditamos, porém, que cada ala possui uma configuração de hierarquias próprias, visto que em alguns espaços tanto as travestis, quanto as mulheres transexuais, por estilizarem as performances socialmente tidas como femininas, acabam sendo inferiorizadas dentro das relações de poder que surgem das hierarquias de gênero construídas socialmente e reiteradas nesses espaços.

Em sua dissertação de Mestrado Hérika Fernandes (2016), através de uma viagem etnográfica que contou com análise documental a respeito das políticas que implementaram alas especiais para a população LGBT no estado da Paraíba, observação participante e entrevistas com moradores da ala, gestores e funcionários da unidade, identificou os efeitos sociais e as circunstâncias e o contexto de aplicação dessa política em sua prática.

Os resultados apresentados no texto demonstram que a administração da unidade não seguia todos os parâmetros da resolução conjunta que implementa as alas LGBTs no país e estabelece normas de acolhimento para as pessoas LGBTs em situação de privação de liberdade, uma vez que a população LGBT da unidade investigada pela autora carece de uma série de atendimentos, dificuldades de entrar em contato com o defensor público, por exemplo, ou no âmbito do acesso à saúde de qualidade, o que compromete o princípio da dignidade humana (FERNANDES, 2016).

Ela também menciona outra situação observada nas entrevistas que se encontrara em dissonância com a proposta de garantia de direitos da resolução conjunta, a dificuldade de socialização das pessoas LGBTs, no qual a autora aponta para um isolamento dessa população. Em suas observações, constatou que a criação da ala LGBT excluiu essa população do ciclo de amizades com os detentos heterossexuais, relatando que as presas LGBTs “se forem pegas conversando com outros presos serão fortemente reprimidas” (FERNANDES, 2016, p. 117).

Além disso, a autora relata que as entrevistadas também criticaram o fato de as visitas serem realizadas em horários diferentes em relação às visitas dos demais detentos e conclui por dizer que não existe um consenso entre a própria população LGBT acerca da permanência ou

não da ala dentro da unidade, considerando os seus aspectos positivos e negativos, que se por um lado confere segurança, por outro, reprime ainda mais a liberdade, já restrita pelo próprio mecanismo prisional.

Os resultados trazidos pela autora se assemelham e muito a alguns dados encontrados nesse estudo. Embora o nosso objetivo não tenha visado avaliar a política de implementação, foi possível percebermos um dissenso quanto à existência ou não ala LGBT dentro da unidade prisional retratada, isto porque da mesma forma que pretende amenizar os riscos sofridos por essa população, esse espaço acaba por criar outros mecanismos de segregação, tais quais os já citados pela autora.

Gabriela Almeida Lamounier (2018), em sua dissertação de mestrado, afirma que ainda que a proposta da criação das alas busque oferecer melhorias nas condições de encarceramento das bichas e travestis encarceradas, “a estratégia de segregação espacial não ofereceu às pessoas em cumprimento de pena (...) acesso aos direitos que “toda pessoa presa” deveria ter”. (LAMOUNIER, 2018. P. 201).

Ela afirma que “a política de Alas LGBT, de modo geral, foi bem recebida pelas bichas e travestis presas em Minas Gerais” (2018, p. 200). De acordo com a autora, elas identificam melhorias importantes no cumprimento de suas penas. Dentre eles, destaca-se a possibilidade de conviver entre pares, permitindo com que elas possam compartilhar trajetórias de vida e vivências em comum. De acordo com a autora, nesse espaço elas podem “ser elas mesmas, existir de modo mais autêntico, dar pinta, fazer laços, namorar. E, o mais importante, pagar pena mais tranquila” (LAMOUNIER, 2018, p. 200).

Do mesmo modo, Hérika Fernandes (2016) cita que as entrevistadas do seu estudo sociológico apontaram o direito de poder expressar suas identidades de gênero de forma tranquila e natural, vestindo-se da forma como quiser como ponto unanimemente positivo a respeito desse espaço. Além disso, outros aspectos do cotidiano, tais como poder cozinhar seu próprio alimento e viver em um espaço com uma quantidade menor de pessoas, em relação às celas dos heterossexuais, partilhar de um espaço que tenha melhores condições de higiene e segurança (FERNANDES, 2016, p. 116-117), são considerados como pontos positivos dessa construção. Provavelmente o direito de se expressar “livremente” dentro das alas, conquistado a partir dessa resolução, é o principal discurso comum aos estudos que enfocam esta temática, incluindo este.

Os dados obtidos através do questionário aplicado para avaliar a qualidade de vida dos(as) detentos(as) da “primeira Ala LGBT do Brasil” (JUNIOR; BREGALDA; SILVA, 2015) evidenciaram uma melhora significativa na qualidade de vida dos LGBTs apenados.

Destacam-se as relações pessoais e os cuidados com a aparência física como conquistas importantes que contribuíram com esse resultado. De acordo com os autores, A ala forneceu um suporte para a elevação da autoestima e conferiu privacidade às relações das moradoras e moradores, ainda que restritas.

Outro aspecto comum às pesquisas que merecem atenção diz respeito à ausência de programas de reabilitação e reintegração social. (LAMOUNIER, 2018; FRÓIS; VALENTIM, 2017; GUEDES; OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2015; JUNIOR; BREGALDA; SILVA, 2015). Segundo os autores, faltam recursos para investir na realização de atividades que diminuam a ociosidade. Também falta investimento das empresas parceiras na mão de obra das pessoas encarceradas, reduzindo as expectativas de inserção no mercado de trabalho após o cumprimento da pena.

Cazeiro et. al (2018) também apresentam em seu estudo um relato de experiência de um estágio supervisionado realizado por estudantes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso, entre outubro de 2016 e janeiro de 2017. O objetivo do intercâmbio dos alunos era analisar o funcionamento do sistema penitenciário do Mato Grosso, a partir do Centro de Ressocialização de Cuiabá, articulando a psicologia dentro do contexto carcerário, suas ações e projetos, seus desafios e potencialidades, visando uma perspectiva de produção de saúde e garantia de direitos das pessoas LGBTs privadas de liberdade. Para tal, os estudantes realizaram um trabalho na Ala Arco-íris, ala especial para a população LGBT em privação de Liberdade, criada na unidade, a partir do projeto concebido pelo Psicólogo Mauro Borges Falca, membro do centro de Ressocialização e em parceria com movimentos sociais e outros órgãos, intitulado como Projeto Dignidade.

Neste contexto, a ala LGBT surgiu por meio do projeto Dignidade com o intuito de garantir os direitos e a integridade física, ideológica e psicológica da população LGBT, com objetivos comuns aos propostos pela resolução conjunta 01/2014, ainda que tenha sido uma iniciativa anterior ao surgimento da mesma, de forma a minimizar as violências sofridas por essa população dentro do cárcere e, além da criação da ala especial, o projeto também busca promover oportunidades para que as pessoas LGBTs possam cumprir suas penas com dignidade, através de inserção em oficinas de trabalho, acesso a visitas íntimas, inserção no mercado de trabalho, dentre outros aspectos que visem o processo de ressocialização e possam diminuir a reincidência dessa população na prisão.

Utilizando-se de aspectos metodológicos da pesquisa-ação e da pesquisa participante, o grupo realizou a coleta de dados com a população da ala Arco-íris, revelou uma preocupação dos reeducandos da ala a respeito da vida após a prisão. Dentre as preocupações citadas pelo

grupo os autores elencaram a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, visto que antes da prisão as oportunidades já eram poucas por ocasião das discriminações sofridas por esta população em decorrência do gênero e orientação sexual e tenderiam a se tornar maiores com os estigmas de ser ex detento ou detenta. Entretanto, os autores citam que apesar disso as pessoas LGBTs “tentavam criar condições de resistência e se preparar para experimentar também a discriminação por conta da privação de liberdade” (CAZEIRO et. al, 2018, p.047).

Me alio a posição dos autores ao afirmarem que ações como estas, promovidas pelo projeto Dignidade, são “imprescindíveis na garantia de direitos e humanização da população LGBT, principalmente nesse ambiente onde as discriminações tendem a ser mais acentuadas” (CAZEIRO et. al, 2018, p.09) e ainda, resgata o compromisso-ético-político do profissional de psicólogo dentro de instituições prisionais.

No artigo publicado no *V encontro de Antropologia do Direito* Lamounier, Monteiro e Carneiro (2017) tecem algumas reflexões acerca das trajetórias das travestis residentes de uma Ala LGBT em uma unidade Prisional de Minas Gerais, provocando um debate acerca das práticas dissidentes de gênero que corroboraram para a construção de um cenário de marginalização e criminalização dessa população. Entrecruzo essa posição da autora tratados à proposta da presente pesquisa, ressaltando novamente a necessidade de pensar o gênero como produtor das assimetrias que marginalizam essa população.

Ao analisarem alguns casos que surgiram do acompanhamento de pesquisas do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFMG) e de aproximações entre regimes normativos de gênero e lógicas punitivas, os autores questionam a configuração discursiva dos atos delituosos e atual função do sistema prisional, considerando-o como um ambiente cuja hegemonia é masculina. Neste sentido eles consideram espaços como as Alas LGBTs como uma saída possível, estratégica e consonante ao discurso dos movimentos sociais e direitos humanos. Por outro lado, as autoras e autores, também denunciam inúmeras violências institucionais psicológicas enfrentadas por essa população (LAMOUNIER, 2018; FRÓIS; VALENTIM, 2017; FERNANDES, 2016).

Nesse sentido, parece contraditório fazer essas afirmações, considerando que dentro do contexto das alas surgem denúncias de violências, discriminação e abusos por parte dos agentes e profissionais da equipe técnica, problemas de superlotação, reclamações de alimentação precária e dificuldade de acesso aos serviços de saúde, educação, atendimentos jurídicos e de assistência social. Embora seja destacado a existência de “um tratamento humanizado por parte dos psicólogos e pedagogos” (FRÓIS; VALENTIM, 2017, p.6).

Pode-se dizer que em outras experiências as divergências entre o discurso da implementação das alas e das normas de acolhimento na prática não aparece. Hérika Fernandes (2016) por exemplo, chama atenção para um fator elencado como negativo, do ponto de vista das recomendações concernentes à resolução conjunta, por parte da administração da prisão no que diz respeito ao direito de ser chamado pelo nome social, uma vez que segundo a autora a maioria das entrevistadas afirmaram serem tratadas de forma desrespeitosa pela equipe administrativa que se recusa a tratá-las pelo nome social, evidenciando o processo de discriminação.

De forma geral, as autoras e autores das publicações encontradas afirmam que políticas específicas, como as que normatizaram a implementação das alas especiais para a população LGBT em unidades prisionais masculinas, “eventualmente podem não tocar no eixo crítico do problema ou, mesmo, podem acabar reforçando as relações de poder que se procurava combater” (LAMOUNIER; MONTEIRO; CARNEIRO, 2017, p 09) e consideram que apesar da criação desses espaços, algumas ações de promoção de saúde, trabalho e educação ainda não foram implementadas.

Ainda segundo os autores, é necessário destacar os aspectos reformistas, punitivos, ineficazes e de segregação para que outras mudanças mais concretas possam emergir. Além disso, muitos indivíduos encarcerados preferem não revelar sua orientação sexual ou identidade de gênero no espaço prisional, devido às práticas homofóbicas que se traduzem na violação dos direitos humanos, uma vez que a dominação masculina heterossexual é predominante nesses espaços (ANDRADE; CARTAXO; CORREIA, 2018; GUEDES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

No texto de Silva, Pizzinato e Hamann (2017), o casamento, por exemplo, surge como uma possibilidade de fuga de conflitos e resistência dentro da prisão, para eles “não é incomum o casamento surgir como possibilidade, aos maridos, de fuga de conflitos com facções em outras Galerias (BAPTISTA-SILVA; PIZZINATO; HAMANN, 2017, p.09). Já Cazeiro et. al (2018), destaca o casamento de dois casais homoafetivos da ala arco-íris do Centro de Ressocialização de Cuiabá-MT, realizado no ano de 2015, como o primeiro neste tipo de instituição realizado no Brasil, como um dos trabalhos positivos, construídos coletivamente com essa população, através do projeto Dignidade.

Nascimento, Reis e Silva (2019) fazem uso do método cartográfico em seu artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)*, para relatar a experiência de um grupo de alunos do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis através do projeto *(Trans)Ações entre devires e deveres: atendimento*

psicossocial ampliado com população LGBT em contexto de privação de liberdade. Através desse projeto os alunos realizam atendimento psicossocial ampliado à população LGBT em situação de privação de liberdade de uma penitenciária do sul do Mato Grosso, com o objetivo de minimizar sofrimentos psicossociais provocados pelo processo que eles chamam de homo-lesbo-bi-transfobias, possibilitando ainda, por meio de ações educativas, a potencialização da vida, com intuito de produzir transformações na vida dessa população dentro da instituição prisional e após o egresso destes.

A proposta de atendimento Psicossocial ampliado do projeto faz uso de técnicas que viabilizam uma construção coletiva, que envolvam tanto a população LGBT, quanto a equipe técnica que lida com esse público, por meio de ferramentas como o teatro, oficinas de leitura e remissão de pena por leitura, capacitação de agentes penitenciários e servidores com temáticas que envolvem os Direitos Humanos da população LGBT em privação de Liberdade, construção de uma horta comunitária, dentre outras). Os autores afirmam que esse projeto viera a contribuir para o fortalecimento de um espaço pensado para que essa população possa vivenciar a experiência prisional e o processo de ressocialização com os efeitos homo-lesbo-bi-transfobia diminuídos, assim como deveria ser em outras unidades prisionais.

De acordo com Frederico Fróis e Silvani Valentin (2017), a medida de implementação urgente das alas LGBTs é importante, embora exista um longo caminho a ser percorrido, para que o sistema prisional trabalhe de modo mais equânime em relação às diversidades. Entretanto, os autores ressaltam a importância do diálogo entre as instâncias legisladoras e os movimentos sociais, considerando o alto grau de vulnerabilidade ao qual essa população está exposta. Andrade, Cartaxo e Correia (2018), defendem que a concretização da proteção normativa para a população homoafetiva encarcerada “ainda não se realizou em todo o território nacional” (ANDRADE; CARTAXO; CORREIA, 2018, p. 22) e repercutem que embora existam exemplos de sucesso com a implementação de alas que atendam a população LGBT encarcerada, com a finalidade de promover a garantia dos direitos humanos dessa população e condições para que haja ressocialização, esses exemplos pontuais não refletem a realidade da população LGBT carcerária no panorama nacional.

Coincidindo com algumas das discussões desse estudo, algumas pesquisas apontam as alas LGBTs como um espaço hierarquizado de poder e “privilégios”, tornando-se um espaço disputado (BAPTISTA-SILVA; PIZZINATO & HAMANN, 2017; ZAMBONI, 2017, GUEDES; OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2015). Débora Guedes, Karina de Oliveira e Roberta Oliveira (2015) comentam que muitos presos dos demais pavilhões convencionais buscam as

alas LGBTs afim de fugir de conflitos com outros presos, mudando-se para a ala LGBT em busca de regalias e supostas vantagens.

Márcio Zamboni descreve as celas como um espaço de “ritmo próprio e hierarquias internas” (ZAMBONI, 2017,21). Ele caracteriza esse espaço como privilegiado que além de abrigarem sujeitos marcados em função das identidades de gênero e sexualidade, servem como um espaço para a realização de práticas sexuais dissidentes, a exemplo da prostituição. Esse é justamente o ponto que buscamos compreender melhor e apresentaremos nos resultados da nossa incursão.

Consideramos que é importante compreender como essas hierarquias internas se formam e quais os mecanismos que são utilizados para regular as ditas práticas sexuais dissidentes, pois concordamos que em algumas unidades prisionais, a ala acaba se tornando um espaço de comercialização do sexo, uma espécie de “casa de prostituição”.

Apesar de discordarmos dos que defendem que a implementação e a organização das alas estão alinhadas às pautas dos movimentos sociais avaliando-as positivamente e concordarmos com outros que discutem que este espaço apenas reproduzem dentro das alas os comportamentos sociais que já estigmatizam e marginalizam essas pessoas antes mesmo de entrarem na prisão, buscando tensionar a constituição, a organização e a dinâmica dessa política no eixo prático.

Pretendemos aqui tentar escapar de uma análise da política de implementação, para assim conseguirmos enfatizar as múltiplas corporeidades performadas por nossas interlocutoras e interlocutores a partir das categorias de gênero que ali surgem, e fogem das possibilidades limitadas da sigla LGBT, para assim compreendermos melhor como são produzidos e experimentados os modos de vida dessas pessoas, dentro de uma ala especial na prisão.

3 PAREDES COR-DE-ROSA EM MEIO AO ACRÔMICO DA PRISÃO: RETRATOS DA ALA LGBT DE UM PRESÍDIO PERNAMBUCANO

Inspirando-me na técnica metodológica de etnografia moderna e multi-localizada (GEERTZ, 2004), embarquei em uma viagem complexa e desafiadora dentro da prisão. Considerando o objetivo fundamental da pesquisa etnográfica de campo que é estabelecer o contorno firme e claro da constituição de um grupo ou população específica e delinear os fenômenos culturais que os constituem.

Para isso, é necessário que o pesquisador possa realizar uma convivência prolongada com os nativos de uma determinada cultura, durante um período prologando de tempo, aprendendo seus costumes, suas formas de ser e agir, a língua nativa afim de entendermos melhor os sentidos, as palavras, os significados e os rituais desses sujeitos.

Essa escolha metodológica foi algo novo para mim, suas técnicas e ferramentas, os autores e os processos, mas uma ideia similar às ideias da antropologia interpretativista de Geertz (1989/2004) me instigava: a de mergulhar nesse vasto oceano de possibilidades interpretativas, descobrindo o campo, os sujeitos, seus símbolos e significados, através dele mesmo, pois segundo o autor:

Olhar as dimensões simbólicas da ação social- arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum-não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que os outros deram- apascentando outros carneiros em outros vales- e assim incluí-las nos registros de consultas sobre o que o homem falou. (GEERTZ, p. 21, 1989/2004)

Nessa vertente, a cultura é entendida como uma teia de significados, produzida dentro de um sistema compartilhado pelos membros de cada sociedade. Nela o indivíduo não representa a totalidade de uma cultura, pelo contrário, a cultura é representada por mitos, símbolos e rituais, rejeitando a existência de esquemas únicos, ou grandes narrativas típicas do pensamento estruturalista, buscando valorizar as visões locais, ou seja, o ponto de vista dos

nativos, neste caso, as moradoras e moradores da casa da ala LGBT, afinal, quem melhor para me falar da experiência de encarceramento dessas pessoas do que elas mesmas?

Nesse contexto, pude encontrar meu papel enquanto pesquisadora, o de transmitir os diversos significados dessa experiência às leitoras e leitores, por meio da perspectiva de Clinford Geertz (1989/2004) de fazê-lo, através de uma descrição densa, que além de uma mera decodificação de tudo o que foi observado, o etnógrafo “inscreve o discurso social”, transformando-o “de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente” (p. 14), para posteriormente produzir interpretações, buscando compreender seus significados.

Segundo o autor supracitado, através da descrição densa a sociedade diz quem ela é, quais seus valores e quais as representações que estão em jogo. Fazer uma descrição densa significa ir além daquilo que se enxerga, se escuta, se percebe num primeiro momento, é compreende os processos que traçam os fluxos dos discursos e ações que emergem nas falas, nos hábitos do cotidiano, nas ações sociais, revelando elementos culturais importantes para a compreensão da cultura do grupo pesquisado.

Além de simplesmente escrever e descrever tudo o que vi e vivenciei, nessas linhas aqui traçadas, essa técnica me levou a interpretar os códigos culturais existentes nesse espaço polissêmico. Ademais, essa breve experiência dentro da prisão me ajudou a compreender que ao mesmo tempo que o cárcere provoca uma “morte social” dos sujeitos que ali estão, os fazem renascer para outras formas de ser e de existir.

Afim de evitar que as(os) participantes da pesquisa “sejam submetidos a atrocidades, violências, abusos e a outras práticas, admitindo-se que o relacionamento com o pesquisador seja também uma relação de poder, na qual eventualmente o participante possa ser coagido a submeter-se a tais atos” (BORGES, BARROS & LEITE, p. 150), convidei todas as moradoras e moradores da ala para uma reunião no mini-auditório recém inaugurado da instituição afim de explicar os objetivos da pesquisa, a metodologia e tirar todas as eventuais dúvidas acerca das suas participações, em conformidade com as normas estabelecidas para pesquisas com seres humanos pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), com base nas resoluções 466/12 e 510/16.

A minha estadia na ala LGBT durou 24 dias, entre os dias 17 de julho e 18 de agosto de 2019, incluindo dois Domingos, sendo um deles o domingo destinado às comemorações do dia dos pais. Minha frequência na ala ocorria de forma alternada por uma questão de segurança. Na maioria dos dias acompanhei a rotina durante todo horário que me era permitido circular no território pela direção da unidade (das 08:00hs às 16:00 hs). Em outros dias eu acompanhava as atividades da manhã até o início da tarde e poucas vezes fiquei apenas no horário vespertino.

As entradas aos sábados foram negociadas com a população da ala, que solicitou que eu não fosse para lá, por se tratar de um dia destinado às visitas íntimas.

Ao longo desse período, respeitando o princípio da autonomia estabelecidos pelo CEP, as moradoras e moradores da ala participaram de uma entrevista individual semiestruturada (ANEXO I) que a priori traçou o perfil sociodemográfico (nome, idade, sexo, gênero, renda, raça/cor, escolaridade, estado civil, renda, etc.) dos(as) participantes e, a posteriori, uma narrativa sobre a experiência prisional (ingresso ao sistema; rotina cotidiana; acesso aos serviços; relação com os moradores da ala e demais detentos; relação com a equipe técnica e agentes penitenciários; alimentação; visitas de familiares e visitas íntimas etc.) das sujeitas e sujeitos pesquisados, dentro e fora de uma ala especial para a população LGBT em situação de privação de liberdade. Ao todo foram realizadas 09 entrevistas.

Foram entrevistas potentes, repletas de denúncias, revoltas e até questionamentos. Entrevistas cheia de histórias de vida, de afetos, e processos de resistências. Falas em forma de reivindicação. Falas que clamam por respeito e por igualdade! Por outro lado, também existiram falas de aceitação e de enaltecimento, estar encarcerada em uma ala LGBT, dentro de uma unidade prisional altamente masculina representa, para algumas, “dos males, o menor”.

No ato da minha entrada na prisão, havia apenas 09 pessoas coabitando na ala LGBT. Poucos dias depois da minha entrada um novo morador chegou à casa e como ainda estava no início da coleta de dados, apresentei-lhe a pesquisa e perguntei-lhe se ele queria ser incluído na mesma. Ele aceitou participar e a partir desse momento passei a trabalhar com 10 indivíduos.

Apenas (01) um integrante, não quis conceder entrevista, pois ele trabalhava na administração da cadeia e estava ausente da ala nos horários em que eu podia ficar dentro da prisão, entretanto, durante o seu período de descanso, trocamos algumas conversas e ele se mostrou aberto a participar da pesquisa, embora não tenhamos conseguido conciliar os horários para realizar a entrevista e a sua participação aparecerá eventualmente, de forma sucinta e transversal, nas narrativas de seus pares e nas observações por mim realizadas nas quais este teve participação relevante.

Todas as entrevistas foram audiogravadas mediante autorização verbal explícita de cada indivíduo. Escolhi o mesmo miniauditório aonde foi realizada a reunião de apresentação da pesquisa para realizar as entrevistas, todavia, em alguns momentos este auditório esteve indisponível e precisei realizar algumas das entrevistas na sala do setor psicossocial da unidade. Ainda que não fosse o melhor espaço para realizar as entrevistas, foi a melhor alternativa dentre as existentes. Tomei todos os cuidados para manter a privacidade das informações prestadas, utilizando-a apenas nos horários em que não possuía representantes da equipe técnica presentes

e buscando manter os presos concessionados do setor o mais distante possível durante as nossas conversas.

Hora ou outra havia alguma interrupção destes, batendo à porta para informar alguns avisos. Cheguei a perceber alguma insegurança da parte dos entrevistados que diminuía o tom de voz para que ninguém próximo os escutassem, mas apesar dessa interferência ter atrapalhado o processo algumas vezes, os procedimentos conseguiram ser realizados da melhor forma possível dentro das condições do lugar. Ambos os locais (mini-auditório e sala psicossocial) ficavam fora do pavilhão X, mas dentro da área de reclusão da unidade e eu acompanhava cada participante do pavilhão até o local da entrevista e, depois, de volta para o pavilhão, afim de evitar algum desvio de percurso.

Além das entrevistas fiz uso da técnica de Observação Participante, afim de observar e relatar a o cotidiano das participantes de forma mais fidedigna possível, não só observando como também sendo observada pelas pessoas da situação e do contexto referido (RIOS, 2012). Essa técnica me permitiu também identificar alguns conflitos existentes entre e o que se fazia (a prática) e o que se dizia daquilo que se fazia (o discurso).

Ao observar os acontecimentos da rotina deste grupo, registrei cada cena em seus mínimos detalhes no meu Diário de do Diário de Campo, instrumento importante para realizar o registro detalhado dos dados observados (FALKEMBACH, 1987), daquilo que não pôde ser percebido pelas entrelinhas, do que não foi expresso verbalmente, daquilo que o gravador não capturou e de todos os afetos envolvidos neste processo.

Essas anotações, fruto das observações, também me permitiram apresentar os elementos característicos da cultura dessa população, tais quais, seu vocabulário, suas regras e ritos, as performances corporais estilizadas nesse espaço, dentre outros símbolos que emergiram através de suas narrativas e do comportamento social observado, próprios da construção social local, permitindo uma compreensão mais fácil do comportamento nativo e de sua maneira de se organizar nas transações sociais.

Após a coleta de dados, realizei a Análise Categorial dos Conteúdos (BARDIN, 1994; OLIVEIRA, 2008; MINAYO, 2002) adquiridos ao longo das minhas visitas à Casa das Madrinhas em três etapas: Primeiro fiz uma *pré-análise* do conteúdo, que consistiu na exploração do material coletado, realizando a transcrição dos áudios das entrevistas e das informações observadas e registradas no diário de campo e depois realizei a leitura flutuante tomando “contato exaustivo com o material para conhecer seu conteúdo” (MINAYO, 2002, p. 21).

Em seguida iniciei a *codificação* dos conteúdos, identificando possíveis categorias de análise, afim de tornar possível realizar a manipulação das mensagens, tanto do seu conteúdo quanto da expressão desse conteúdo. Por último, *interpretei* e coloquei em evidência os indicadores que me permitiram inferir sobre as experiências de encarceramento vivenciadas pela população da Ala LGBT da unidade visitada, cada palavra, ato, símbolo, ritual que pude capturar nesses dias em que estive em campo, considerando as implicações do contexto social, cultural, político, religioso, ideológico, verbais ou escritos (OLIVEIRA, 2008).

Ressalto que ao registrar os dados neste processo, eu escolhi os fatos que considerei relevantes e passíveis de uma análise, como também elegi a forma com a qual os dados seriam interpretados, dentro do bojo dos conhecimentos científicos adquiridos por mim ao longo da minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional. O que eu quero dizer é que toda análise por mim aqui produzida é intrinsecamente incompleta e parcial, considerando que esta não é uma ciência experimental que busca leis mas uma ciência experiencial que persegue o significado da ação simbólica, de forma que é impossível esgotar todas as possibilidades interpretativas do contexto cultural dessa ou de qualquer outra população.

Assim, essa é apenas uma das múltiplas formas interpretativas possíveis que encontrei dentro do meu próprio repertório cultural e experimentei junto ao repertório cultural da população LGBT encarcerada na *Casa das Madrinhas*.

3.1 LOCALIZANDO A ALA LGBT DENTRO DA UNIDADE PRISIONAL ESCOLHIDA

Considerando a escassez de publicações científicas a respeito das alas LGBTs na região nordeste do país, conforme apontado anteriormente no levantamento bibliográfico realizado, elegi a ala LGBT de um presídio estadual²⁷ que faz parte do sistema prisional Pernambucano como cenário dos enredos que serão apresentados nesse estudo.

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco (SERES/PE), a unidade escolhida possui capacidade total para 465 presos, mas segundo dados ²⁸fornecidos pela diretoria do próprio presídio, sua população prisional atual conta com cerca de 1580 detentos. É importante destacar que presídios são espaços destinados para presos temporários que estão respondendo a um ou mais processos, ou seja, que ainda não

²⁷ Optamos por suprimir o nome da unidade afim e preservar a identificação dos informantes da pesquisa.

²⁸ Os dados referidos foram fornecidos pelo setor Psicossocial da unidade por meio de comunicação informal e são relativos ao mês de novembro de 2019.

foram julgados e sentenciados em definitivo (BRASIL, 1984). Entretanto, enquanto aguardam julgamento, algumas vezes as pessoas acabam ficando por vários anos nesse espaço, devido à morosidade do poder judiciário, que dentre suas dificuldades, apresenta um número reduzido de servidores frente à grande quantidade de processos em tramitação²⁹.

Essa escolha também se deu em razão de sua localização geográfica de fácil acesso e porque eu já havia tido um contato anterior tanto com a direção, quanto com a equipe técnica da unidade em questão, por ocasião do estágio e do plano de intervenção realizados, já mencionados anteriormente. Esse contato facilitou os trâmites burocráticos para a permissão da minha entrada na prisão, bem como a minha permanência dentro do pavilhão e da ala LGBT, atrás das grades. Assim como em outros presídios do estado, a unidade é dividida em duas áreas: a área administrativa “antes das grades” e a área de reclusão “atrás das grades”.

Na parte administrativa da unidade existia a sala da Diretoria, a sala de Recursos Humanos, uma sala de Laborterapia, a sala da equipe penal/criminal, a sala de administração psicossocial, a sala de atendimento jurídico, um refeitório, uma recepção, a área de segurança.

Depois que passamos pelas grade de segurança e adentramos o cárcere, existem cinco pavilhões: o pavilhão X³⁰, que será constantemente citado nessa narrativa, os pavilhões Y, W e Z, que formam a área mais habitada pela população prisional dessa instituição e o pavilhão K que fica próximo ao setor psicossocial.

No espaço de reclusão encontramos também uma escola, o setor de atendimento de saúde (recepção, enfermaria, salas de atendimentos médicos, sala de medicamentos e celas de isolamento para detentos enfermos por doenças infectocontagiosas); o setor de atendimento psicossocial (uma minibiblioteca, uma sala de atendimentos individuais, uma sala para atendimento em grupo, uma sala de arquivo); uma sala de vigilância dos agentes penitenciários, um mini-auditório recém construído.

Há ainda duas igrejas (uma evangélica e uma católica), uma cozinha onde são produzidas as refeições de todos os detentos da prisão, um anexo (aonde ficam os presos concessionados³¹), uma sala de triagem e dois espaços de castigo, os quais vale melhor detalhar pois serão dois espaços importantes dentro dessa construção.

²⁹ Processos que em curso, que ainda não foram encerrados.

³⁰ A letra X, assim como as demais (Y, W, Z, K) substituem as letras originais que identificam os pavilhões. Essa estratégia segue os mesmos princípios que nos levaram a não identificar a unidade prisional e afim de preservar as identidades das pessoas que fazem parte da narrativa desse estudo.

³¹ Concessionado é o preso que presta algum serviço dentro da unidade prisional e recebe uma remuneração (concessão).

Um dos espaços de castigo fica dentro do pavilhão X, uma pequena cela localizada ao lado da ala LGBT. Nesse lugar ficam presos os moradores do próprio pavilhão que não possuem “convívio³²” com os demais presos. É basicamente uma cela pequena igual as demais, só que fica trancada praticamente o dia inteiro – os presos deste castigo só podem sair no horário do banho de sol.

O outro espaço de castigo é a *Disciplina*, também conhecida como “*geladinho*” por ser um lugar muito frio. A disciplina fica fora do pavilhão X, entre a sala de apoio da guarda e a escola. Dividindo espaço com a sala de triagem, a disciplina possui celas que servem para deixar presos de castigo, aqueles que descumprem alguma regra da unidade ou própria da população prisional, afim de separá-los para que não sejam *linchados*³³.

Apesar de superlotada, a unidade oferece uma “ala” para pessoas LGBTs, todavia, há controvérsias quanto a essa nomenclatura, uma vez que a ala LGBT da unidade corresponde à uma cela que está situada dentro de um território cuja predominância é altamente masculina, o pavilhão X, ou “*a casa dos homens*”³⁴ como é chamado pelas nativas e nativos do lugar. Dessa forma, antes de entrarmos nos detalhes descritivos da ala, pretendo situar o leitor acerca desse espaço em que esta se localiza.

3.2 O PAVILHÃO X — APRESENTANDO “A CASA DOS HOMENS”

O Pavilhão X, a “casa dos homens”, comporta cerca de 26% da população carcerária total da instituição³⁵ na atualidade, 405 pessoas ao todo, ou seja, aproximadamente o número de vagas oferecidas em todo o presídio. É o primeiro pavilhão da unidade, localizado próximo à entrada principal da penitenciária, imediatamente após a área de segurança, a gaiola.

Apesar de já ter entrado naquela unidade anteriormente, o pavilhão X ainda era uma parte do cárcere que eu não havia explorado, pois trata-se de um pavilhão de isolamento. Dessa maneira, não quis entrar desacompanhada, invadindo o recinto de forma desavisada, uma vez que aquela é a casa daquelas pessoas e não se entra na casa de ninguém sem se pedir licença ou

³² Expressão nativa para referir-se aos presos que são que não podem conviver nos espaços que possuam membros de facções inimigas e/ou que são ameaçados de morte por outros detentos da prisão. Eles são afastados do convívio com os demais detentos e isolados pelos agentes do presídio, como medida de segurança dentro da prisão.

³³ Reação violenta, geralmente física, de um grupo da população com intuito de punir um indivíduo supostamente transgressor.

³⁴ O termo “casa” é uma expressão nativa utilizada para denominar os espaços de convívio do pavilhão X. Os espaços de convívio, por sua vez, são os ambientes onde fica um grupo de presos específicos, que possuem alguma característica em comum. Ex. população LGBT, presos heterossexuais “homens”, evangélicos, etc.

³⁵ Os dados referidos foram fornecidos pelo setor Psicossocial da unidade por meio de comunicação informal e são relativos ao mês de novembro de 2019.

ser convidada. Muito menos quis entrar escoltada pela equipe técnica, ou até mesmo pela guarda, como me foi oferecido, então assim que cheguei na área de reclusão da unidade, me dirigi à sala do setor psicossocial e solicitei à equipe técnica que me apresentasse a algum morador deste pavilhão, para que este pudesse me acompanhar na entrada do ambiente.

A equipe me apresentou a Rodrigo³⁶, um detento do X com quem eu já tinha tido um certo contato anterior, e este me levou para dentro do pavilhão. Durante o traslado entre a sala do psicossocial e o pavilhão, Rodrigo me questionava, aparentemente curioso, o que eu pretendia fazer lá me perguntando se eu tinha certeza que queria entrar, afinal, quase ninguém entra lá a não ser a guarda para fazer os procedimentos de revista, o conhecido “baculejo³⁷” ou a equipe técnica para solicitar o comparecimento de algum detento para algum atendimento.

Expliquei para ele de forma sucinta que estava realizando uma pesquisa com as moradoras e moradores da ala LGBT e que ficaria com elas e eles alguns dias acompanhando o dia a dia delas e deles. Ele achou tudo muito inusitado pois era a primeira vez que alguém passaria tanto tempo com eles naquele lugar, mas me acompanhou até a entrada e me mostrou todo o pavilhão.

Na entrada do pavilhão estava a figura do *Assistente do Chaveiro*, ou *Assistente de pavilhão*, uma pessoa que auxilia o chaveiro do pavilhão a controlar o funcionamento do mesmo e a entrada e saída de presos. Os Chaveiros, por sua vez, são presos escolhidos pelos próprios detentos do pavilhão. Eles têm as chaves das celas, detém o poder sobre os demais e o controle de todo o pavilhão. Todos que entram ou saem do pavilhão estão sob a responsabilidade do assistente, caso alguém desapareça, este deve prestar contas ao chaveiro que por sua vez, presta contas aos guardas da segurança, os agentes penitenciários.

Assim que atravessei as telas e a grade de segurança que ficavam logo após uma pequena quadra, imediatamente reconheci a ala LGBT, através da pintura das suas paredes cor de rosa, era a primeira instalação. Antes de conhecer as demais instalações do pavilhão, pedi licença e entrei rapidamente na casa para dizer às moradoras e moradores que eu havia recebido a autorização para iniciar a pesquisa e estar no espaço por alguns dias ali.

A maioria das pessoas da ala já sabia um pouco sobre o que se tratava, pois já havia falado sobre isso com elas e eles em um outro momento, durante o meu período de aproximação. Informei que eu iria conhecer o restante do pavilhão, depois voltaria para conversarmos sobre a pesquisa e tirarmos todas as dúvidas sobre a minha estadia e como seria as suas participações e, assim, iniciei junto a Rodrigo uma caminhada para conhecer o território do X.

³⁶ Nome fictício.

³⁷ Revista policial; abordagem policial.

Ao lado da ala LGBT havia uma cela um pouco menor, não tinha identificação e estava trancada, era “a cela do castigo dos homens”. Em frente à ala e ao Castigo tinha uma pequena igreja. Estava em horário de culto religioso, de fora dava para observar tudo o que se passava através das janelas e portas abertas. Ao lado da igreja tinha outro espaço conhecido como “a casa dos irmãos da igreja” e junto à casa dos irmãos, do lado de fora, havia um pequeno banheiro para uso dos “irmãos”. Em frente à igreja tinha uma mesa e um banquinho de cimento, uma pequena área à sombra de uma árvore para o lazer, todos podiam transitar naquele espaço.

Caminhando alguns passos, após a cela de castigo tinha uma tela de segurança com um pequeno portão. Sentado próximo ao portão tinha outro assistente de pavilhão, controlando a entrada para a “área de convívio dos homens”. Atrás da tela havia uma outra área de lazer, maior que a área da parte da frente, onde havia uma mesa de bilhar, uma lanchonete e um pequeno laguinho e uma horta, cultivada pelos próprios detentos.

Além disso, havia um espaço muito maior, cuja parede se estendia da parede lateral do castigo e tomava o restante do espaço, era o “convívio dos homens”, ou “convívio do pavilhão X”. Tratava-se de um espaço grande, que possuía uma grade na entrada. Dentro desse espaço existia as celas dos demais presos do pavilhão, “os homens”. Fora das celas, tinha alguns *barracos*³⁸ espalhados pela área. Era um espaço muito maior que a ala LGBT, o Castigo e a Casa dos irmãos, visto que era onde se concentrava a maior parte da população prisional do X.

³⁸ Expressão nativa que se refere a pequenas cabanas de tecido, fechadas por um zíper, que dividem os espaços onde um ou mais indivíduos dormem.



Figura 1 - Planta de Coberta Da área do Pavilhão X. Desenvolvida por José Ygor- estudante de arquitetura da Faculdade Maurício de Nassau - Recife/Pe

Na breve passagem que fiz por lá pude observar as construções das “jegas³⁹” e as subdivisões existentes dentro da área, havia uma parte considerada nobre, a “Boa Viagem⁴⁰”, onde ficam os presos com mais poder aquisitivo, em que a maioria das jegas era feita de

³⁹ Termo nativo para cama.

⁴⁰ Boa Viagem é um extenso e populoso bairro nobre situado na Zona Sul da cidade do Recife, capital de Pernambuco, Brasil. Uma das suas principais características é a sua posição ao longo do Oceano Atlântico, onde também fica a praia de Boa Viagem.

alvenaria e possuía uma estrutura um pouco melhor que a dos alojamentos dos demais e uma outra parte conhecida como “a favela”, composta por seus barracos de tecido e com uma estrutura mais precária.

Havia uma certa restrição quanto à entrada de pessoas nesse lugar, por essa razão, eu só entrei lá apenas uma vez em um dia de visita dos familiares, momento em que as “portas” ficavam mais acessíveis devido à entrada e saída das visitantes e um certo tempo depois que já estava convivendo com eles.

Enquanto andávamos pelo pavilhão X, os gritos de Rodrigo informavam que uma visita estava a se aproximar. Existe uma regra no pavilhão de que todos devem vestir as suas camisas quando recebem alguma visita, especialmente se for uma visita feminina. Rodrigo me mostrava os espaços e eu me apresentava às pessoas brevemente, avisando-lhes que eu passaria um certo tempo no lugar e por essa razão, eles me viam com alguma frequência naquele ambiente.

Muitos me sorriam, pareciam demonstrar aceitação da minha presença, me davam as boas-vindas. Outros ficaram um pouco mais retraídos, talvez por um certo receio do desconhecido, por não saberem quem eu era e não entenderem o que eu estava fazendo lá. Além disso, não era dia de visita, eu cheguei de surpresa, alguns tiveram que sair correndo para se vestir, a minha presença já começava a bagunçar a rotina daquele lugar. Após dar a volta em todo o pavilhão X, retornei à ala LGBT para finalmente conhecê-la.

3.3 A CASA DAS MADRINHAS — DESENHANDO OS CENÁRIOS E COLORINDO AS PERSONAGENS DESSA CONSTRUÇÃO

Início a narrativa dessa empreitada levando-vos às 08:00 hs ⁴¹do dia 17 de julho de 2019, no qual após receber a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos (CEP) para iniciar a minha pesquisa, adentrei ao cárcere, desta vez na condição de pesquisadora, segurando meu Diário de Campo nas mãos e com todos os meus sentidos ativados em grau de atenção máxima para cada detalhe que eu iria ver, ouvir e vivenciar nessa experiência social.

A minha aventura começou ao acompanhar uma das psicólogas da unidade até o refeitório da instituição. Enquanto ela fazia a refeição, os presos concessionados presentes indagavam-na sobre a minha presença, resolvi então me apresentar como psicóloga e pesquisadora informando-lhes que estaria por ali por alguns dias para acompanhar a rotina, o

⁴¹ Registro de Diário de Campo.

dia-a-dia do pessoal da ala LGBT, a cela rosa, ou Casa das Madrinhas, como é conhecida por eles.

Nesse instante, um deles retrucou: “Ah...dos frescos!”, sendo interrompido pela técnica que corrigiu lhe: “frescos não, homossexuais. Agora não pode mais dizer que é fresco, é preconceito”. Imediatamente outro concessionado concordou: “é verdade, dá cadeia, visse!? É homofobia”. E todos sorriram de uma forma que me parecia ser debochada. A conversa continuou fluindo, fui chamada para participar do debate. A psicóloga se retirou por alguns minutos e eu continuei lá, conversando com eles por um tempo, esclarecendo as dúvidas que surgiam sobre o tema até um dado momento em que um deles me questionou: “Dra. Se a senhora tivesse o poder de fazer qualquer coisa no mundo, a senhora faria as pessoas acharem que isso é normal e aceitar?”.

Respondi que a pergunta era um pouco complexa, mas que eu tentaria responder e comecei a tecer um discurso envolvendo todos os elementos que surgiram das falas deles durante a conversa. Ao final, agradeci a todos pela recepção e me despedi dizendo que se surgissem outras dúvidas poderiam me procurar que eu estaria disponível para conversar. A conversa toda durou poucos minutos, porém foi repleta de significados.

Naqueles discursos eu pude sentir a potência e a complexidade desse debate e, ainda mais, a urgência e a necessidade de trabalhos como este nesses espaços. Pude perceber uma série de discursos carregados de preconceitos⁴², no próprio sentido etimológico da palavra derivada do Latim e como eles são reproduzidos e naturalizados. Aqueles instantes também foram suficientes para que eu entendesse como eu deveria apresentar-me naquele lugar.

Eu estava paramentada na figura da “doutora” que detém o suposto saber, tentando realizar um exercício de estranhar o que de certa forma me era familiar, ainda que, partindo de uma perspectiva epistemológica que apesar de me permitir romper com os pressupostos de uma postura estruturalista e neutra (HARAWAY,1995), enquanto pesquisadora, requeria um certo cuidado para que a minha verdade não se sobrepusesse às verdades dos outros ali presentes. Desci então para realizar os procedimentos de segurança e antes de entrar definitivamente ao espaço de reclusão, resolvi tentar deixar lá fora todas as minhas expectativas e certezas e entrar lá carregando apenas muitas dúvidas, alguns medos e os meus documentos de pesquisa nas mãos.

⁴² Juízo de valor preconcebido sobre algo ou alguém; prejudgamento. Opinião ou pensamento acerca de algo ou de alguém, construída a partir de análises sem fundamento, conhecimento nem reflexão. <https://www.dicio.com.br/preconceito/>

Quando entramos no campo temos a tendência a levar muito de nós para dentro do espaço no qual a pesquisa será desenvolvida, especialmente neste tipo de pesquisa em que se problematiza o lugar do pesquisador nessa construção como um sujeito da não neutralidade, um sujeito que se afeta e que se relaciona com o lugar e com os indivíduos que nele habitam. Pois bem, eu cheguei na prisão, até por já ter vivenciado outras experiências anteriores nesse espaço, com algumas concepções pré-estabelecidas a respeito do que provavelmente eu encontraria naquele lugar.

Entretanto, pouco a pouco meus preconceitos começaram a ser quebrados e eu comecei a vivenciar toda aquela experiência como se fosse a primeira vez. E de fato era. Era a primeira vez que eu entrava como pesquisadora, a primeira vez que todos os meus sentidos estavam atentos a cada detalhe minuciosamente. A primeira vez que eu observava toda aquela realidade com outro olhar. A primeira vez que eu sentia cada aroma e me afetava por todos eles, desde o cheiro agradável da comida que era feita dentro das celas, ao forte odor das drogas que por todos os ares.

Era a primeira vez que eu provaria os sabores, da água clorificada que vinha do poço para matar a nossa sede, ao doce chocolate que eu recebia todos os dias do “irmão da barraquinha” como sobremesa. A primeira vez que escutaria, todas as vozes das conversas que se espalhavam pela área de convívio e se misturavam com os sons dos cultos religiosos e do noticiário das TVs que avisavam sobre quem “caiu” e quem estava “na ativa”. Também era a primeira vez que eu estava colocando a minha existência à disposição daquelas pessoas. A primeira vez que eu dividiria os mesmos espaços e participaria das mesmas rodas de conversa.

A estrutura da Casa das Madrinhas tem a forma de um “L invertido de cabeça para baixo”, contendo quatro *barracos* em formato de cabanas de tecido. As portas dos barracos são feitas em zíperes lacrados com um cadeado.

Existem dois barracos maiores, no que eu irei chamar de “corpo do L” e outros dois menores na parte que seria “a perna do L”. Entre o 1º e o 2º barraco do corpo do L existe um banheiro de vão único e dentro dele, apenas um vaso de cerâmica sem assento sanitário e um chuveiro em pvc ⁴³com água encanada de um poço. Além dos barracos e do banheiro existe também um corredor estreito, com aproximadamente 1m (um metro) de largura, apelidado de *BR*. É possível visualizar melhor essa estrutura na planta da casa que segue abaixo.

⁴³ PVC é a sigla inglesa de “*Polyvinyl chloride*” que em português significa Policloreto de polivinila (ou policloreto de vinil), amplamente aplicado em setores da construção civil (canos, conexões, fios etc.). Fonte <https://www.significados.com.br/pvc/>

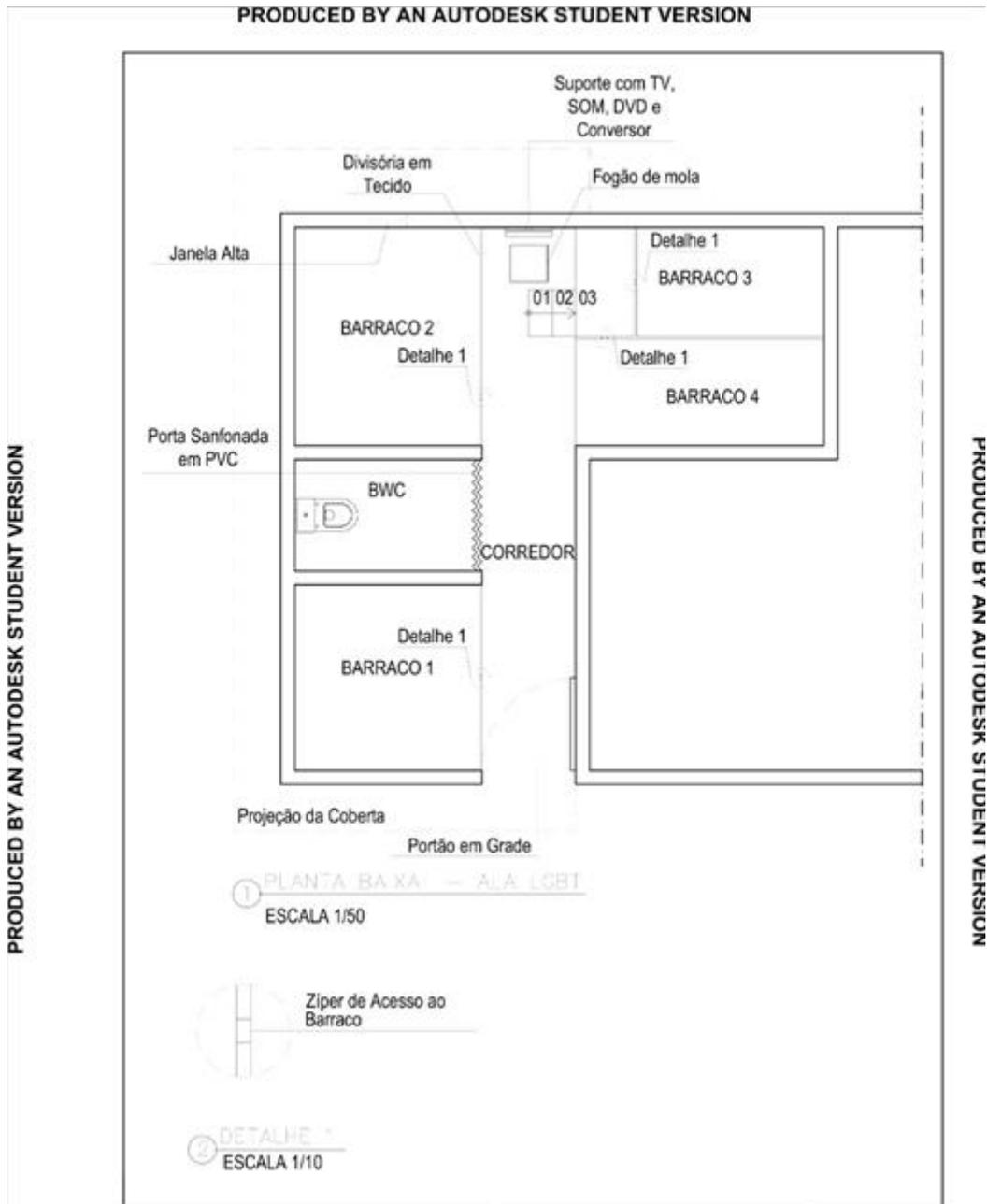


Figura 2 - Planta de Baixa da Casa das Madrinhas. Desenvolvida por José Ygor- estudante de arquitetura da Faculdade Maurício de Nassau - Recife/Pe

Dentro dos barracos haviam alguns colchões e travesseiros bastante desgastados estirados ao chão e quase todos os barracos possuíam um ventilador. Algumas prateleiras nas paredes guardavam os itens pessoais (roupas, acessórios, cosméticos, materiais de higiene pessoal). O barraco da representante da casa era um pouco maior que os demais (barraco de número 2 da figura), nele ficam guardados os alimentos que serão preparados para o grupo e o reservatório de água. Cada barraco abrigava entre duas ou três pessoas. Essa organização era

bastante dinâmica pois a qualquer momento poderia chegar uma/um moradora/morador nova/o de *bonde*, ou alguém pode ser transferido para outra área, pavilhão, presídio ou até mesmo, ganhar a liberdade.

Na temporada em que passei dentro da Casa das Madrinhas pude me deparar e me relacionar com algumas figuras, dentro e fora da ala LGBT, entretanto, essa narrativa se concentra nas experiências de encarceramento e nas histórias de vida das 09 personagens que vos descrevo a seguir:

Kelly é uma jovem de idade entre 30 a 35 anos, se identifica como mulher transexual, branca e na época da coleta de dados declarou-se solteira. É reincidente na cadeia pela acusação de assalto com uso de arma branca(faca), artigo nº 157 do Código Penal brasileiro. Sua ocupação é cabeleireira e de religião kardecista.

Adriana tem entre 20-25 anos de idade, se autodeclara mulher trans preta, reincidente na prisão pela mesma acusação, artigo nº 157. É cabeleireira e manicure, declarou estado civil solteira, entretanto, possui um relacionamento fixo dentro da prisão. Não possui religião e precisou parar seus estudos no ensino fundamental sem completá-lo.

Yayá se autodeclara masculino, de orientação bissexual e tem entre 25-30 anos. Se considera negro, possui uma ocupação na área administrativa da unidade, é chefe de cozinha, candomblecista, possui uma união estável e ensino superior incompleto. Está cumprindo a primeira prisão, acusado por acusação de tráfico de drogas.

Amaro possui idade entre 45-50 anos, é negro, solteiro e se declara como homem heterossexual. Parou seus estudos no ensino fundamental, sem completa-lo; É auxiliar de limpeza, evangélico e está na prisão pela primeira vez.

Karol encontra-se na faixa etária entre 35-40 anos, é travesti, negra e não possui religião. Declarou-se solteira, porém, “amigada”, ou seja, possui um relacionamento não oficializado judicialmente. Sua profissão é artesã, mas sua principal ocupação dentro do sistema é como lavadeira e massagista. Possui ensino fundamental incompleto. Já teve várias passagens pela prisão cumprindo a maioria de suas penas por roubo com arma branca e chegou a ficar presa por acusação de estupro.

Leandro possui entre 20-25 anos de idade, de raça negra, heterossexual, masculino. Não possui profissão, entretanto auxilia nas atividades domésticas da casa e também faz trabalhos

manuais de artesanato. É solteiro e também não chegou a completar o ensino fundamental. Está preso por acusação de assalto e também é reincidente na cadeia.

Borboleta é mulher trans e sua idade está entre 25-30 anos. Se considera mulata “cor de canela”, é solteira e se auto intitula “puta”. Possui ensino fundamental incompleto, afirmou não ter religião, apenas “segue a Deus”. É manicure, pedicure e cabeleireira e já teve diversas passagens pela prisão e cumpre pena também pelos crimes do artigo nº 157, assalto com faca.

Paola tem idade entre 30-35 anos, se autodeclara branco, masculino, homossexual e solteiro, apesar de também possuir um relacionamento fixo dentro da prisão. Fora da prisão trabalhava como vendedor ambulante. Dentro da cadeia trabalha lavando as roupas de alguns presos do pavilhão e também auxilia em outras atividades da casa, cozinhando, por exemplo. Também não concluiu o ensino fundamental, é católico e é preso reincidente pela acusação de tráfico de drogas.

Paulo encontra-se na faixa etária entre 30-35 anos, se considera masculino e de orientação homossexual. Chegou a trabalhar como operador de telemarketing fora da prisão e atua como concessionado do sistema. Declarou raça parda, solteiro, não possui religião e cursou até os primeiros períodos do ensino superior, mas não deu continuidade devido às suas prisões, também é reincidente pela mesma acusação das demais, artigo 157.

Todas as personagens dessa história são naturais de Pernambuco. Alguns nascidos no município de Recife (bairro dos Coelhos, bairro do Pina, bairro de Casa Amarela, bairro da Madalena, UR7 e outros na cidade de Jaboatão dos Guararapes (bairro de Cavaleiro e Centro), seus nomes foram trocados por um pseudônimo, alguns sugeridos por eles, outros não quiseram sugerir. Suas idades não foram precisadas, afim preservar suas identidades visto que a ala LGBT é pequena e possui poucos moradores, o que torna uma possível identificação mais fácil.

Ao chegar na *Casa das Madrinhas*, como é intitulada a ala LGBT, fui recebida por Karol, que me convidou a entrar, deixando-me bem à vontade e anunciando a todas e todos da minha chegada. Aproveitei a recepção para pedir-lhe que me mostrasse a casa e assim ela o fez, começando a me apresentar cada moradora e morador da ala, boa parte eu já conhecia das minhas expedições anteriores na prisão, mas nunca havia tido um contato tão próximo em um curso de tempo quase que integral. Na maioria dos dias eu chegava na prisão às 08:00h e saía às 16:00h, horário que os pavilhões fechavam e todos que não faziam parte daquele lugar precisavam se retirar.

Karol era dona do primeiro barraco e dividia espaço com mais duas pessoas, Leandro e Paola. Já Yayá morava no segundo, juntamente com Kelly e Amaro. Borboleta estava morando

sozinha no terceiro barraco nessa época e no barraco ao lado Adriana dividia o espaço do quarto barraco com seu companheiro. Durante os dias em que estive vivenciando essa experiência essa composição mudou algumas vezes, mas em nenhum momento cheguei a presenciar alguém dormindo na BR por não possuir um barraco, todos que chegavam sempre eram bem acolhidos pelos que já estavam lá.

Os homens da ala ou *padrinhos* tinham tarefas sociais associadas ao conceito de “masculino”: pintar a casa, organizar a parte elétrica, construir os barracos, limpar os ventiladores, dentre outras. Já as *madrinhas*, as “bichas pintosas”, trans e travestis ficavam encarregadas das tarefas socialmente “femininas”: cozinhar, “fazer as unhas” etc. ⁴⁴ Algumas lavavam roupas dos demais detentos do pavilhão, das visitas, uniformes dos presos que trabalham na administração, em busca de alguns trocados para comprar desde drogas a alimentos, ou produtos de higiene pessoal. As peças mais importantes ficam sob a guarda da representante da casa, a exemplo das roupas que os detentos usam quando saem da unidade para realizar atendimento médico em algum hospital da rede, que chegam por ordem da guarda ou da diretoria. Presenciei até membros da equipe técnica entregando toalhas de mesa utilizadas nas atividades de seus setores para as *madrinhas* lavarem.

Karol era a principal lavadeira da casa, tive inclusive uma certa dificuldade para entrevistá-la, visto que ela sempre estava ocupada lavando as roupas dos seus clientes na área de serviço ⁴⁵ improvisada dentro do banheiro. De todas do grupo, era a pessoa que viveu mais tempo de vida dentro da prisão, 12 anos, somando todas as cadeias que ela “já pegou na vida”. Só dessa vez ela já estava presa havia dois anos e três meses, sua quarta queda⁴⁶ Já teve passagem em outras 3 penitenciárias do estado, inclusive nesta, antes de haver a divisão e as alas especiais para pessoas LGBTs.

Yayá se responsabilizava por organizar os atendimentos médicos, psicossociais ou jurídicos que cada uma e cada um precise realizar. Em seu caderno ela tinha anotados todos os nomes e prontuários das moradoras e moradores da ala, para poder realizar o controle administrativo da população⁴⁷ que fica sob sua responsabilidade e de todas as atividades da casa. Além de cuidar da população da ala ela ainda auxiliava na enfermaria da unidade, que

⁴⁴ *Madrinhas* e *Padrinhos* são termos fictícios que seguem mesma lógica utilizada para nomear a Casa das Madrinhas.

⁴⁵ Não existe um espaço, uma lavanderia específica, para que as detentas e detentos lavem suas roupas. O serviço é feito dentro do banheiro da ala, com o auxílio de dois baldes (um fica embaixo do chuveiro, recolhendo a água que vai ser utilizada para lavar e enxaguar as roupas e o outro fica apoiado dentro do vaso sanitário, neste elas ensaboam e esfregam as roupas).

⁴⁶ Expressão nativa utilizada para retratar a quantidade de vezes que a pessoa foi presa.

⁴⁷ Expressão nativa para se referir à população prisional de um espaço específico. Ex. população do pavilhão X, população das Madrinhas

possui um quantitativo profissional reduzido, sem receber nenhuma concessão por isso. Ela também ficava responsável pela cozinha e reveza essa tarefa com outra moradora, embora na maioria das vezes ela fizesse questão de realizar essa tarefa.

Fixado na parede do corredor havia um papel escrito à mão pela representante da casa informando os responsáveis pela faxina de cada dia (de segunda a quinta); na sexta todos se uniam para realizar a limpeza do ambiente organizando a cela para receber as visitas do final de semana. Essa divisão algumas vezes gerava conflitos entre a população, muitas vezes alguém se recusava a fazer a tarefa e Amaro, um dos moradores mais recentes da casa, acabava fazendo para evitar as discussões, mesmo a contragosto da representante que insistia que cada um tivesse a sua responsabilidade.

Amaro dividia barraco com a representante, pessoa que lhe acolheu assim que chegou na unidade, a quem ele devia lealdade pelo fato desta ter lhe dado a mão e o aceitado na *Casa das Madrinhas*. Ele não se sente representado pelas letras presentes na sigla LGBT, afirma só está lá, pois foi o único lugar que o aceitou, embora relate que nem todas as pessoas da ala aprovelem a sua estadia ali.

As refeições no pavilhão X são fornecidas pela administração prisional três vezes ao dia. A primeira refeição é servida as 05:00hs da manhã, como foi dito anteriormente. As 11:00hs todos recebem o almoço e terceira e última refeição é entregue por volta das 15:30hs/16:00hs da tarde. Por considerarem as refeições insuficientes, ruins e fornecidas em horários inadequados, as *madrinhas* preparam a sua própria refeição dentro da ala, em um fogão artesanal feito com um tijolo e com molas que funcionam à eletricidade, utilizando os alimentos não perecíveis trazidos pelos familiares no dia da visita.

Paola divide a cozinha com a chaveira. Além de cozinhar também faz a divisão da comida entre todos os membros da ala e ainda com alguns chamados por elas de “*agregados*”⁴⁸. Era uma das moradoras que frequentava a escola. Em uma outra prisão anterior chegou a trabalhar na escola dessa mesma unidade. Dessa vez, para passar o tempo ocioso, ficava a maior parte do tempo deitada no barraco que dividia com outras duas, fazendo cruzadinhas nas revistas de passatempo que sua irmã trazia nos dias de visita.

Após as refeições Leandro e Borboleta lavam os pratos, dentro do banheiro, na mesma pia/tanque improvisados para lavar as roupas. Leandro era o mais jovem da casa, preso havia pouco mais de dois anos, foi parar na cadeia após realizar alguns assaltos de celulares para sustentar o vício das drogas. Em conversa informal disse ter se encantado pelo espaço da prisão

⁴⁸ Demais presos do pavilhão X que não fazem parte da ala LGBT, mas possuem uma relação de afinidade e frequentam a casa.

ao visitar seu pai na cadeia, quando ainda criança. Ao vê-lo liderando alguns grupos dentro da prisão, desejou um dia estar nesse lugar, seguindo os passos dele. No dia-a-dia, para enfrentar o vício da droga, enchia-se de remédios controlados e passava a maior parte do tempo dormindo. Quando acordado, fazia artesanato, construindo patos e quadros de origamis com os papéis que as psicólogas traziam para ele, incentivando-o a criar.

Borboleta, assim como outras moradoras da ala, oferecia serviços de Manicure e Pedicure para os demais detentos do pavilhão e suas visitas e, tal qual Karol, recebia dinheiro ou drogas em troca. Ela também frequentava a escola da prisão e era figura bastante conhecida por todos dentro da cadeia (diretor, agentes, técnicos e presidiários) por seu estilo irreverente e comunicativo de ser e por ser a moradora tida pela maioria como “a moradora problemática” da *Casa das Madrinhas*. Além de cometer alguns delitos, retirando suprimentos da casa para trocar por drogas, ela mantinha relações sexuais com os demais presos, sem fazer uso de proteção (camisinha) e isso acabava gerando muitos conflitos dentro do pavilhão.

Kelly também era uma das moradoras novatas na ala. Morando lá havia cerca de dois meses, mostrava ser uma pessoa mais reservada. Sempre a encontrava quieta em seu canto, geralmente sozinha, fazendo suas próprias unhas para passar o tempo. Alguns dias depois que cheguei na *Casa das Madrinhas*, Kelly precisou sair para fazer uma cirurgia na perna. Antes de entrar na prisão ela havia sofrido um acidente e precisou colocar platina na perna para sustentar o osso que havia quebrado. Com o passar do tempo seu corpo passou a rejeitar o material e ela precisou fazer uma cirurgia para retirá-lo. Passou uma semana fora, internada em um hospital, retornou em seguida com o problema aparentemente resolvido. Era a moradora da casa cujo aspecto físico mais chamava atenção dos presos do pavilhão X. Muitos comentavam como ela parecia “uma mulher de verdade” e demonstravam interesse em se relacionar com ela. Eles diziam que ela era diferente das outras por não ficar “dando pinta de bicha” como as outras faziam.

Paulo era o morador mais recente da ala, fazia menos de um mês que estava na prisão. Resolvi incluí-lo no estudo, pois essa já era a terceira vez que ele frequentava o cárcere, conhecia toda a dinâmica da instituição desde antes da construção das alas, chegou inclusive a trabalhar no setor de saúde por um longo período em uma experiência anterior e estava experimentando pela primeira vez a cadeia dentro de uma ala LGBT. Foi o último entrevistado do grupo, esperei que ele se ambientasse um pouco para poder ter condições de falar da sua experiência na *Casa das Madrinhas*. Embora estivesse há pouco tempo neste lugar, Paulo apresentou muitas reflexões sobre esse espaço, as quais não poderiam ficar de fora desse estudo.

É certo que as *madrinhas* e *padrinhos* são as personagens principais dessa estória, mas além dessas, durante os 24 dias que estive na prisão, pude compartilhar alguns momentos de convívio e conhecer muitos outros personagens da prisão, principalmente do pavilhão X, mas também profissionais técnicos, agentes e concessionados de outros setores da unidade, com quem pude trocar muitas experiências e que me ajudaram a construir a analítica desse produto.

Enquanto caminhava pelos espaços da prisão, o fenômeno da superlotação se materializava à minha frente. Era visível a disparidade entre o número de presos e de vagas, alojamentos disponíveis. A cena apresentava um amontoado de pessoas, espalhadas por todos os espaços existentes na prisão, um vulcão prestes a entrar em erupção. Tinha pessoas instaladas no galpão, na escola, na igreja, na enfermaria, até mesmo ao ar livre em seus *barracos*. Pessoas morando na cela do castigo e na área de disciplina. Pessoas dormindo na *BR*, como são chamados os corredores entre as celas e barracos, que se transformam em leitos improvisados para acomodar alguns presos que não têm barracos durante a noite.

A própria construção da *Casa das Madrinhas* foi um “arranjado”, como elas mesmas dizem, de uma antiga cantina que foi desocupada para dar lugar à essa nova cela depois que houve a divisão do Complexo e após o surgimento da resolução conjunta 01/2014 (BRASIL,2014). Descobri que antes de ganharem esse espaço, os gays “assumidos”, as travestis e as mulheres transexuais moravam em um *barraco* dentro do X, mas segundo o relato de Karol, travesti mais antiga da ala, além de se envolverem em muitos conflitos por causa de drogas, elas eram humilhadas e espancadas pelos demais presos do pavilhão.

No início, a minha chegada bagunçou um pouco a rotina do lugar, os homens sempre corriam para vestir a camisa quando eu era anunciada no portão, as moradoras da Casa das Madrinhas ficavam mais reclusas em seus barracos e concentradas em realizar suas tarefas cotidianas e evitavam entrar em conflitos encerrando as discussões sempre com frases que diziam “se a doutora não estivesse aqui tu ia ver” ou “não vou discutir em respeito à doutora”.

Com o passar dos dias, minha presença começou a ser “naturalizada” dentro do pavilhão e da ala, até os olhares que me acompanhavam para qualquer lugar que eu fosse diminuíram, inclusive, perdi o status de “doutora” e me tornei Priscila. Fui até adotada por algumas pessoas da ala como membra da família (elas me chamavam de madrinha), os discursos e ações que inicialmente eram “maquiados”, começaram a se mostrar com maior naturalidade no dia-a-dia, as discussões e brigas não esperavam mais a minha saída para acontecer.

A partir desse momento comecei a ver com mais clareza os fenômenos que ali aconteciam e organizei as categorias analíticas que discutirei nos próximos capítulos desse texto.

4 ESTILOS CORPORAIS, PERFORMATIVIDADES E GERENCIAMENTO DAS IDENTIDADES LGBTs DENTRO DE UMA ALA ESPECÍFICA PARA ESSA POPULAÇÃO NO CÁRCERE

Neste capítulo busquei analisar de que forma os corpos LGBTs são *marcados, definidos e organizados* dentro de um espaço prisional que foi pensado para supostamente defender a liberdade de expressão das identidades de gênero dessa população e a expressão de suas sexualidades, proteger a integridade física e psíquica e promover a garantia de alguns dos direitos básicos que muitas vezes são violados no ambiente prisional (LAMOUNIER, 2018), a partir de três eixos: o ingresso na ala, as relações entre os coabitantes do espaço e as relações entre os habitantes da ala e os demais presos do pavilhão em que esta encontra-se inserida.

Utilizando-nos da noção de *Performatividade* (BUTLER, 2003) descrevemos inicialmente quais categorias simbólicas emergem nesse espaço e de que forma as pessoas LGBTs ingressam na ala, levando em consideração as performances por elas estilizadas.

Acreditamos, pois, que são as atuações performáticas representadas pelos indivíduos que ocupam esse espaço, por meio das concepções sociais de *feminilidade x masculinidade* que irão produzir as *hierarquias de gênero* (PARKER, 1991) e estas, por sua vez, atuarão como principais reguladoras dos modos de vida dessa população.

Com efeito, as configurações simbólicas performadas pelos habitantes da *Casa das Madrinhas* se constituem através de duas categorias: a primeira categoria é a das “*bichas*” - composta pelos gays assumidos que “*dão pinta*”⁴⁹, ou seja, performam o *feminino* através de suas indumentárias, falas e gestuais e pelas trans e travestis que, além das performances estilizadas, também possuem uma estética corporal associada às definições de mulher (seio, unhas e cabelos longos). Já a segunda categoria performada é a dos “*homens*” – que corresponde aos indivíduos assumidamente gays “que não dão pinta” e performam o *masculino* dentro da ala, ou nos demais espaços do pavilhão X.

Nessa categoria se incluem também os “maridos” (que moram na ala ou fora dela)-que são os sujeitos que assumem uma relação afetivo-sexual pública e monogâmica (dentro da prisão, pois na maioria das vezes, eles mantêm outras relações advindas “do fora”) com uma “*bicha*” da *Casa das Madrinhas*; os “agregados”, que são pessoas que possuem afinidades com a população da ala e frequentam constantemente esse espaço para trocar conversas, usar drogas

⁴⁹ “Dar pinta” é uma expressão/gíria popular utilizada para referir-se à pessoa que expressa atributos linguísticos e gestuais associados ao “comportamento homossexual.

e “serrar⁵⁰” a alimentação; e também os “paqueras” e os “clientes” que abarcam os indivíduos que “não pertencem” ao espaço, ou seja, não moram na ala, mas frequentam a *Casa das Madrinhas*, mantêm um relacionamento amoroso, sem ser publicamente assumido, e/ou que vão em busca de satisfação sexual.

Todas as unidades simbólicas dessa categoria dos “homens” - os maridos de fora da ala, os agregados, os paqueras e os clientes- possuem uma representação coletiva, juntos, eles formam “os homens do pavilhão”. Já os gays “que não dão pinta” e os maridos que lá moram, também conhecidos como “padrinhos”, representam os “homens da Casa das Madrinhas”. Por sua vez, seguindo esta mesma lógica de representação, as “bichas” são também denominadas como *madrinhas* e são “tratadas” como as “mulheres do pavilhão”, ou seja, são sujeitadas a realizar os papéis sociais ditos femininos (lavar, cozinhar, etc), embora não sejam “reconhecidas” como tal.

Criamos o esquema abaixo para melhor ilustrar as categorias performadas e as unidades simbólicas utilizadas para nomear tanto as moradoras e moradores da ala, quanto os demais atores que não residem neste espaço, mas participam dessa organização.

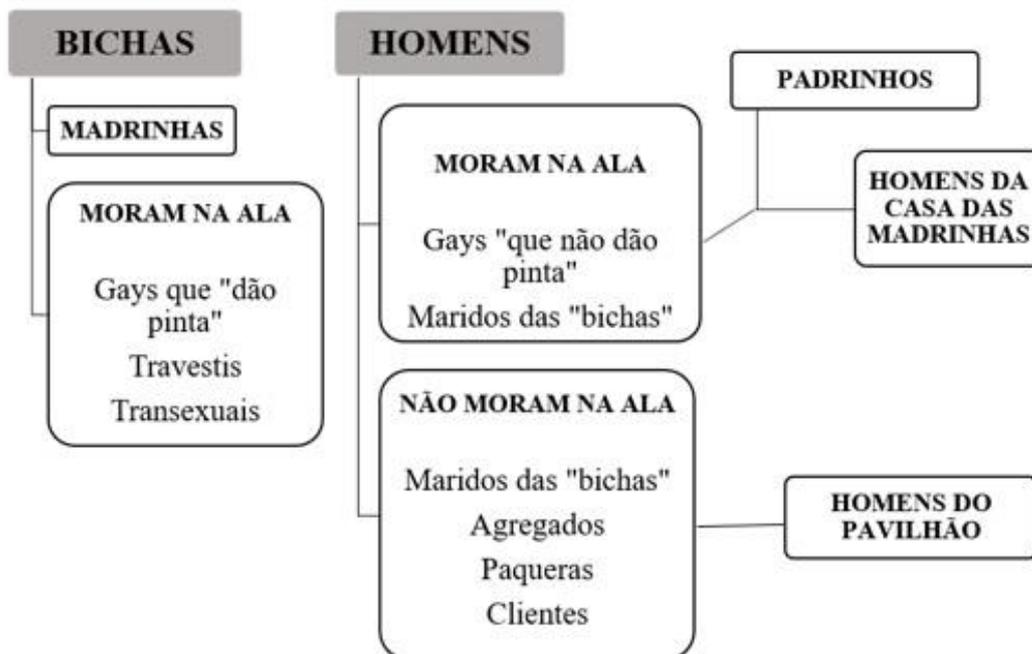


Figura 3 - Organograma das categorias de gênero performadas na ala LGBT e no pavilhão X. Elaborada pela autora.

⁵⁰ Gíria popular utilizada pelos nativos para indicar que alguma coisa foi conseguida de forma gratuita.

De acordo com a representação performática desses indivíduos que figuram na *Casa das Madrinhas* e dos demais sujeitos que com essa população se relaciona - demais moradores do pavilhão X onde a ala está situada - discutiremos, no segundo tópico, as relações de poder que emergem entre os membros da ala, nas quais “*as bichas*” são sujeitadas aos “*homens da casa das madrinhas*”, visto que estes representam papéis sociais e estilizam corporeidades que estão mais associados às definições de *masculinidade* e detêm o poder.

Todavia, embora os “*homens da casa das madrinhas*” ocupem um lugar superior em relação “às *bichas*” dentro das hierarquias de gênero existentes dentro da ala, nas relações entre os habitantes da *Casa das Madrinhas* e os demais detentos do pavilhão X, trabalharemos com uma nova hierarquização, na qual tanto “*bichas*”, quanto os “*homens da casa das madrinhas*”, são submetidos à hierarquia de poder dos “*homens do pavilhão*”, que além de serem “homens”, são “os donos do pavilhão” - pois são maioria (numérica) - e ainda possuem “as chaves do pavilhão”, podendo controlar quem pode ou não transitar por entre os espaços do pavilhão e da unidade prisional. Observem o novo esquema abaixo:

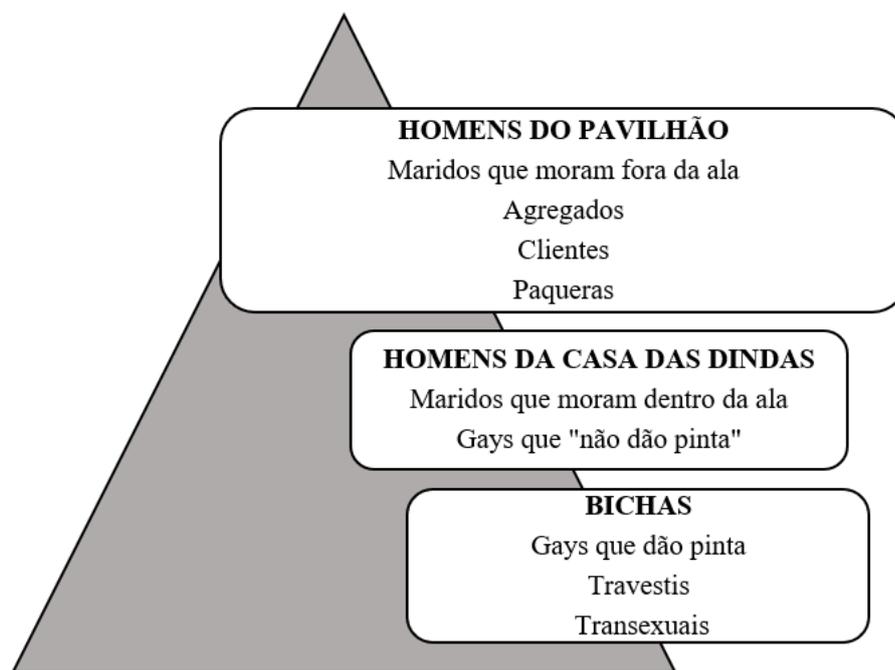


Figura 4 - Pirâmide Hierárquica de poder dentro do Pavilhão X. Elaborada pela autora.

Dentro dessa nova hierarquia de poder o **gênero** permanece exercendo o papel de regulador desses corpos e quanto mais associada à figura *masculina*, mais próximo do topo da pirâmide a pessoa se localiza, sendo assim mais poder e autonomia lhe são conferidos. Em contrapartida, quanto mais próximo da figura *feminina*, mais os sujeitos se encontram na base

dessa hierarquia, logo, mais submissa a pessoa deve ser, menos autonomia ela pode ter, a vigilância e as violências aumentam e os direitos diminuem.

Vejamos então, como essas configurações de gênero viabilizam (ou não) o ingresso desses sujeitos como moradores da ala e de que forma tanto as *hierarquias de gênero*, quanto as diferenças raciais, econômicas e sociais desses indivíduos, contribuem para o surgimento e a manutenção das relações de poder acontecem no cotidiano dessa população dentro da *Casa das Madrinhas*, dentro do pavilhão X e na unidade prisional, como um todo.

4.1 AFINAL, QUEM PODE MORAR NA CASA DAS MADRINHAS? — O INGRESSO NA ALA

Antes de começar a falar sobre como as pessoas LGBTs em situação de privação de liberdade adentram à *Casa das Madrinhas*, retomo ao parágrafo da resolução conjunta 01/2014 que determina em seus artigos 3º e 4º que:

Art. 3º- Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.

§ 1º - Os espaços para essa população não devem se destinar à aplicação de medida disciplinar ou de qualquer método coercitivo.

§ 2º - A transferência da pessoa presa para o espaço de vivência específico ficará condicionada à sua expressa manifestação de vontade.

Art. 4º- As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas. (BRASIL, 2014, p.01)

Sendo assim, de acordo com a resolução, para se tornar morador de uma ala ou cela LGBT, a pessoa precisa reivindicar o direito à moradia específica se autodeclarando Gay ou Travesti (pois as alas são específicas de presídios masculinos) e no caso da pessoa transexual, seja homem ou mulher, a resolução determina que sejam transferidas para prisões femininas.

Todavia, se declarar LGBT dentro da prisão não é algo fácil, principalmente para aqueles que ainda não “saíram completamente do armário”⁵¹ considerando que esta é uma atitude que põe em xeque o público e o privado (SEDGWICK, 2007), além de expor a pessoa à uma série de práticas homofóbicas dentro de um ambiente altamente masculinizado

⁵¹ Sair do armário é uma expressão usada no contexto LGBTQI+ que significa anunciar publicamente a orientação sexual ou a identidade de gênero de uma pessoa.

(ANDRADE; CARTAXO; CORREIA, 2018; GUEDES, OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2015), colocando em risco a integridade física e psíquica dessa população.

Além disso, é comum que as mulheres transexuais prefiram ficar presas dentro dos presídios masculinos, visto que neste ambiente elas passam a ter uma forma de “sobreviver” dentro da prisão e conseguindo exercer alguns trabalhos como o de lavadeiras, manicure e pedicure e prostitutas (PELÚCIO, 2007; FERREIRA, 2014; ZAMBONI, 2018). Esse fato se relaciona, no entanto, às questões culturais relacionadas às definições binárias de gênero, sexo e sexualidade que definem esses papéis sociais.

Voltando ao documento, a resolução estabelece e recomenda que sejam adotadas essas medidas de implementação, mas não menciona parâmetros para fiscalização e nem tampouco sanções jurídicas para instituições prisionais nas quais essas medidas não sejam aplicadas, no contexto prático.

Por essa razão, a distribuição da população LGBT dentro das prisões acaba sendo flexibilizada, levando em consideração a estrutura arquitetônica de cada unidade, a quantidade de presos declarados LGBTs, além das afinidades sociais, políticas e ideológicas estabelecidas entre as pessoas que administram as prisões e os movimentos sociais que defendem os direitos das pessoas LGBTs (NASCIMENTO, 2017). Dessa forma, cada unidade prisional decide se vai ou não seguir essas recomendações implementando esse espaço e caso o façam, de que forma se dará essa organização e o gerenciamento dessas identidades dentro desse espaço.

Podemos dizer que devido a essa flexibilização, a *Casa das Madrinhas* fica localizada dentro de um pavilhão masculino, não existem muitas condições para se tornar uma moradora ou morador da ala e basicamente quem decide quem entra nesse espaço é a representante que “resgata⁵²” as presas e presos que chegam na unidade, se declaram pessoa LGBT e manifestam interesse em morar no espaço reservado para essa população.

Essa cena acontece todas as terças-feiras quando a unidade prisional recebe o *bonde* com os novos reeducandos que chegam na unidade. Ao chegarem na instituição os detentos passam por um procedimento de revista íntima, realizado pelos agentes penitenciários do local e são levados à sala de *Triagem*, que também é a área de *Disciplina* que, nas palavras de Yayá, “é uma cela, batida com setenta homem dentro e um gay”.

Na triagem os novos reeducandos que chegam à unidade são recebidos e participam de uma reunião de “boas-vindas” organizada pela equipe técnica da unidade (saúde e psicossocial). Nesta reunião eles são informados sobre o funcionamento da unidade e recebem os primeiros

⁵²Palavra nativa cujo sentido se dá pelo ato de retirar a pessoa LGBT do convívio com a população heterossexual, levando-a para outro espaço em que ela possa conviver entre seus pares.

atendimentos. Depois disso, eles são separados e distribuídos nos pavilhões de acordo com alguns pré-requisitos (LGBT; Membro de alguma Facção; em acompanhamento médico contágioso; Periculosidade etc.) porém, devido à falta de vagas na unidade, muitos acabam ficando por lá mesmo até que surja uma vaga em algum outro lugar.

Algumas das pessoas LGBTs que chegam na unidade são imediatamente transferidas para a *Casa das Madrinhas* pelos próprios agentes que “identificam” a orientação sexual e/ou a identidade de gênero das pessoas pelo “jeito afeminado”, encaminhando-a diretamente para a ala LGBT, porém, na maioria das vezes, Yayá entra em cena para realizar o “resgate”:

geralmente é assim, indentifiquei o homossexual, chegou o bonde, amanhã (terça-feira dia de bonde) chegou, se eu identificar no visto um homossexual eu já vou direto nele, no chefe de plantão, (...) Aí eles vão pra triagem, chega na triagem no mesmo dia eles passam pela psicóloga, a psicóloga quando vê que é homossexual manda me requisitar, eu vou até a segurança e tiro de lá e trago pra o pavilhão (...) aí geralmente eles diz: quero ir. (Yayá).

Esses sujeitos que são identificados “no visto”, através do “*jeito afeminado*”, próprio do ideal de “ser mulher”- como um sujeito passivo, delicado, sensível- dentro das hierarquias de gênero das construções sociais, são as travestis, as transsexuais e as “*bichas pintosas*”, marcadas pelos traços da feminilidade (RIOS et al, 2019), indivíduos cujas performances corporais se associam ao “*comportamento feminino*” através da fala, dos gestos, das vestimentas e acessórios.

Já aqueles que apresentam performances corporais mais “discretas” ou cuja “passibilidade é heterossexual” (RIOS et al, 2019), ou seja, que possuem um comportamento social mais aproximado do que se espera por “ser masculino” acabam ficando na triagem por um pouco mais de tempo, dividindo as celas com os detentos que foram presos acusados de cometer crimes sexuais, até que se autodeclarem homossexuais para serem “resgatadas”.

Durante a entrevista que realizei com Paulo, morador da *Casa das Madrinhas*, ele comentou que o pior dia que ele vivenciou dentro da prisão foi quando passou a morar na ala. Ele já havia estado na cadeia em um outro momento, quando não havia esse espaço diferenciado e apesar de acreditar que as pessoas desconfiavam da sua orientação sexual, ele nunca havia tido a necessidade de declarar:

(...) quando eu cheguei no X o agente já tava me esperando pra me levar pra lá. Até porque eu nem sabia dessas *Madrinhas*, pensava que tava como no tempo quando eu era mesário, quatro anos atrás, normal. Foi

o pior dia, foi ter entrado naquele pavilhão, tá entendendo como é? Justamente isso aí. Por se tratar como eu sou uma pessoa muito conhecida no Sistema, tá entendendo como é? Muitos desconfiavam, mas não sabiam. Como é um particular meu então eu não tenho que tá, tá entendendo como é? Tá dizendo nada da minha vida a não ser que seja com quem realmente eu me relaciono, tá entendendo como é? (Paulo)

Praticamente todos os membros da *Casa das Madrinhas* passaram por esse procedimento da triagem e do resgate. A exceção acontece apenas na hora de selecionar “os homens da casa” ou “padrinhos”, os companheiros das *madrinhas* que podem morar no ambiente.

Para morar na ala LGBT os *padrinhos* precisam assumir um relacionamento público com alguma das moradoras da casa, ou seja, firmar um casamento ou uma relação estável dentro prisão (BASSANI, 2011; FERREIRA, 2014). A *madrinha*, por sua vez, informa para as demais moradoras que deseja viver com o seu companheiro dentro de seu *barraco* e mediante a aprovação da representante que autoriza a entrada deste, ambos (*madrinha e padrinho*) celebram informalmente um acordo de “respeito e fidelidade”, comprometendo-se a não se relacionar com outra pessoa dentro da cadeia enquanto estiverem morando juntos.

Quando entra um marido elas já sabe (...), mas na maioria das vezes eles vem me perguntar: óh, tô afim de casar com fulano, posso? – Pode! Eu vou perguntar primeiro a... a opção dela, você quer? Filha, a partir do momento que você casa você sabe, quem casa quer casa e quem casa tem respeito. Tem que deixar a putaria do lado e seguir a vida de uma pessoa casada. Se quer, dá continuidade, se não, para ali. (Yayá)

Essa dinâmica funciona como movimento interno e independente da ala, uma vez que não passa pela segurança, nem pela diretoria administrativa da cadeia. Dessa forma os casamentos só podem acontecer mediante a autorização da representante da ala e ela acaba tendo autonomia para decidir quem pode ou não se tornar “membro da família”.

Vale ressaltar que alguns desses homens, ao resolverem assumir um relacionamento com uma *madrinha*, alegam não sentir desejo em se relacionar de fato, mas utilizam-se do casamento como uma “manobra” para tirar algum proveito, já que em comparação com outros espaços mais superlotados, a *Casa das Madrinhas* é tida dentro da prisão como “um lugar de privilégios”, assim como em outras alas LGBTs que já foram estudadas por alguns autores (GUEDES; OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2015; BAPTISTA-SILVA; PIZZINATO &

HAMANN, 2017; ZAMBONI, 2017,)), pois oferece um pouco mais de conforto, higiene e uma alimentação melhor por ser preparada por elas mesmas.

Muitos dos “*homens do pavilhão*” ao se tornarem moradores da ala LGBT, automaticamente, sofrem represálias (SEFFNER; PASSOS, 2016; BAPTISTA-SILVA; HAMANN, & PIZZINATO, 2017) e são discriminados pelo restante da população prisional. Por esse motivo, eles acabam ficando pouco tempo na *Casa das Madrinhas* e ao saírem, enfrentam dificuldade de serem aceitos de volta no pavilhão X.

Alguns ainda conseguem retornar à “*casa dos homens*”, presos que tem um certo “prestígio” dentro da prisão, mas não é a maioria. Dessa forma, eles acabam tendo que morar na igreja, na escola, ou qualquer outro lugar fora do pavilhão e com a saída de uns, outros são colocados no lugar. Em determinados casos, os “homens” que continuam morando na ala acabam com o tempo sendo *generificados* para serem integrados como um membro “legítimo” da casa. Dessa forma, eles são batizados por um nome feminino, são “levados” pelos demais membros da ala a reproduzirem estereótipos associados à esta população e a realizar práticas sexuais homoeróticas.

O processo de generificação pode ser aqui entendido como um processo em que o sujeito é levado a pensar e/ou agir, adotando determinadas características (vestimentas, falas, ações, gestos etc.) particulares de uma das categorias de gênero aqui mencionadas (bichas ou homens) para “tornar-se”/ “pertencer” à população da Casa das Madrinhas. De acordo com Borba (2014, p.462): “Com efeito, tal generificação será acompanhada por um sem-número de enunciados tributários ao ato generificador fundacional: “é uma menina” será seguido por “não diga palavrões”, “cruze suas pernas ao sentar”, “não pratique esportes agressivos”, etc.; a “é um menino” segue “não chore”, “seja forte”, “abra suas pernas ao sentar”, “fale grosso”, etc.; atos de fala que visam conformar um corpo às normas de coerência entre sexo, gênero e desejo que constituem a matriz de inteligibilidade(...)”.

Amaro, por exemplo, é um caso diferenciado dos demais, pois seu ingresso na ala não se deu nem por uma questão de identidade, visto que ele não se considera pessoa LGBT, nem por via casamento. Ele foi acolhido pela representante da ala e levado para viver com ela dentro do seu *barraco*, apesar de eles não assumirem a existência de uma relação e só foi morar no espaço “para não morrer”, pois estava sofrendo violências verbais e físicas antes de se tornar morador da *Casa das Madrinhas*.

Ele conta que diariamente é confrontado pelas *madrinhas*, especialmente as travestis e transexuais, que não o aceitam no espaço e ficam colocando nomes femininos nele, além de incentivarem que ele mantenha relações sexuais com outros homens contra a sua vontade.

Cada dia que se passa sempre tem uma confusão lá. Se não é comigo é com elas mesmas. É uma chamano a outra de chupona, cada palavrão. É chamano nome fei, chamano nome nojento e da terra, tá entendendo? É Satanás, é demônio, num sei o que, isso é atraso de vida gente. Lá elas nunca pegam um livro, quando se atrasam, quando amanhece não dá um bom dia a ninguém. Amanhece tudo com a cara fechada, já pra discutir. Elas querem a pulso que eu assuma que eu sou gay aí fica me chamando de Paulina*⁵³, tá entendendo? Elas quer apulso. Eu digo ô rapaz se eu fosse gay eu dizia, né não é? Tá entendendo? (...) A turma fica ah...tu num é Paulina*, num sei o que, chega um bocado chega eu fico com a mente toda, entendeu? (Amaro)

Finalizo esse tópico por dizer que são as expressões das corporeidades performadas por esses indivíduos, associadas às definições sociais de “ser mulher” e “ser homem”, que irão decidir quem pode ou não habitar nesse espaço multifacetado.

Ademais, todos os processos de ingresso das pessoas LGBT na *Casa das Madrinhas* ainda estão associados às concepções engessadas da construção social que opera a partir da dicotomia dessas categorias hegemônicas e acaba refletindo nos processos de identificação que definem quem tem direito a morar na ala LGBT, a partir das performances apresentadas pelos indivíduos e informando quais práticas sexuais são adotadas por esses sujeitos para que possam ser aceitos nesse lugar e lá permanecerem.

4.2 SE NÃO OBEDECER, APANHA! — AS RELAÇÕES DENTRE MEMBROS DA ALA LGBT, AS REGRAS E O CASTIGO

Neste tópico discuto algumas das relações de poder (FOUCAULT, 1987) que perpassam a experiência de encarceramento das personagens que coabitam a *Casa das Madrinhas*, as hierarquias existentes nesse espaço (ZAMBONI, 2017) e os instrumentos punitivos (FOUCAULT, 2014) utilizados para disciplinar e manter os corpos LGBTs docilizados e sob controle.

Além das leis gerais da sociedade (leis constitucionais, normas de conduta, crenças religiosas, princípios éticos, etc) e institucionais da prisão (que operam sobre a vida de todas as pessoas em situação de privação de liberdade de acordo com cada tipo de instituição), existem as leis internas, as regras e normas criadas pelos próprios reeducandos do sistema prisional,

(*) o nome Paulina foi substituído pelo nome verdadeiro com intuito de preservar a identidade do participante.

especialmente os que exercem algum tipo de “poder” dentro do cárcere (presos mais antigos, de auto poder aquisitivo, chaveiros, chefes de facções criminosas, dentre outros), de acordo com os códigos éticos e morais próprios da cultura e da ideologia de cada um .

São essas normas que organizam a vida dessas pessoas na cadeia, ao passo que limitam a sua autonomia dentro de um espaço que já foi pensado como um instrumento de punição para quem descumpra as regras “do fora” (D’ÂNGELO et al, 2018) e na *Casa das Madrinhas* existem regras para basicamente tudo: regras para dormir e para acordar, regras para comer, para trabalhar, para estudar, para transar, para transitar nos espaços e para quem não obedecer às regras, sobra o castigo, a punição.

Essas regras e normas de conduta são estabelecidas em contratos informais entre os próprios coabitantes da ala e em sua maioria das vezes ordenadas pela líder do grupo, a chaveira/representante, e quem não obedecer às suas ordens, apanha! Numa sociedade em que “ter” - “ser” - “saber” significa “poder”, ocupar um cargo que lhe confere status na prisão, possuir certos conhecimentos técnicos e gozar de uma condição financeira melhor que as demais, fazem dela autoridade máxima da ala LGBT. Ninguém dá um passo sequer sem a sua autorização, cabendo ao restante da população obedecer.

Adriana narrou um episódio que disse ter marcado a sua vida dentro da cadeia, ela contou que uma das moradoras da ala estava escutando música enquanto a representante dormia. Depois de pedir três vezes que a *madrinha* desligasse o som para não atrapalhar o seu sono, a chaveira se levantou e a agrediu, segundo Adriana, “por um motivo banal”. Ela completa: “foi aí que veio cair a minha ficha que tava dentro de um lugar que eu tinha que obedecer as ordens”. As regras ordenadas pela chaveira servem também para organizar a questão espacial da *Casa das Madrinhas*, que é ponto de muitos conflitos entre a população.

Como foi dito anteriormente, considerando o número de pessoas que divide as celas comuns dentro da unidade prisional, e do próprio pavilhão X, a ala LGBT é vista como um espaço “privilegiado” pelos demais detentos da prisão. Contudo, a chegada de novos presos, o entra e sai de pessoas o tempo todo, o uso intenso de drogas dentro dos barracos, além das características pessoais de cada moradora e morador da ala, tornam a estrutura do lugar ainda mais limitada e propícia para gerar conflitos nas relações entre as moradoras e moradores do lugar.

Nesse contexto, a maior reclamação da *população* da ala em relação à representante está relacionada justamente ao fato dela colocar “agregados” no espaço, segundo suas próprias regras, considerando que esse já é tido como um espaço pequeno para as moradoras e moradores que já estão lá. Apesar de existir um acordo interno feito entre as moradoras e moradores da

Casa das Madrinhas, muitas vezes ele é desrespeitado pela “chefe da família”, que acaba levando quem ela quer para viver dentro do espaço. De acordo com Karol:

ela não pode ver um home que chega do Cotel aí diz que conhece, aí ba ba,ba, aí é isso, diz que gosta de bicha, aí já joga pra lá, vai buscar na disciplina e bota pra lá, aí bota pra dento do barraco passa uma semana, se vim outro ela já tira aquele que ela botou no barraco bota pra BR e já bota o outro pra dentro do barraco dela. (...) Desse jeito vai ficar lotano só de home no pavilhão e os home vai quer botar as bichas pra sair do pavilhão e ficar lá só pavilhão de home desse jeito que ela tá fazeno. (Karol)

Se por um lado a *população* se une contra a representante ao criticarem a sua postura hierárquica e autoritária ao colocar quem ela quer para morar dentro do espaço, por outro, entre a própria população é possível perceber a existência de outra hierarquia, a dos “homens” em relação às “bichas”.

Paulo, por exemplo, tem muita dificuldade de lidar com as trans e travestis do espaço, pois para ele:

São pessoas, feito eu disse a senhora, com educações completamente diferentes da minha. Muitas conversas de drogas, tá entendendo como é? É o assunto do convívio deles, tá entendendo como é? (...) pra mim é mais fácil tratar heterossexuais ou bissexuais, tá entendendo como é? que não sejam assumidos, tá entendendo como é? São conversas totalmente diferentes, figuras diferentes e dentro das madrinhas existe uma...como é que eu posso dizer, como se quisesse assim, um bater de frente com o outro, tá entendendo como é? (...) Elas são pessoas explícitas, eu já sou muito reservado. São conversas que não é do meu interesse, tá entendendo como é? Justamente isso aí. Conversas íntimas, o que faz com determinados presos, é... se ficou com um preso do X hoje, uma contando pra outra o que fez o que deixa de fazer, tá entendendo como é? Mostrando, expondo a vida da pessoa, até caçoando, tá entendendo como é? Isso aí”. (Paulo)

Essa relação de Paulo com as travestis e transexuais se explica nas diferenças que ele acredita ter em relação à maioria da população da casa. Apesar de estar morando na ala LGBT, ele deixa claro o tempo todo que não se sente parte dessa população e que só resolveu assumir-se homossexual para não ter que ficar na cela preso com os “estupradores”.

Sua aversão quanto ao resto da população, no entanto, se dá pelo fato dele se identificar como “homem”, que apesar de gostar de homens não “se comporta como uma bicha”, deixando claro que “não é por preconceito”, ao mesmo tempo que afirma sentir preconceito consigo mesmo.

Outra questão que pode explicar o sentimento de inadequação de Paulo quanto à população LGBT da ala se configura nas interseccionalidades de classe social e econômica e território, díspares entre ele e o restante da população. Ele afirma ter tido boas condições financeiras (membro de classe média), sociais (possui ensino superior incompleto) e de moradia (antes de ser preso, morava em uma região nobre do município de Jabotão) e por essa razão “eles possuem conversas diferentes sobre assuntos que não lhe interessam”.

Nesse contexto, acredito ser importante também pontuar que a chaveira/representante da ala, apesar de estilizar a categoria de gênero “bicha” (vestir calcinha, usar unhas postiças e gostar de ser tratada por pronomes femininos), também se utiliza de um discurso alegando ser “um *homem gay*, que gosta de *homem macho* e não curte *veado*” e ainda compartilha de condições econômico-sociais parecidas com a de Paulo, o que pode também justificar as assimetrias produzidas por ela, em relação aos demais moradores da ala, especialmente às travestis e transexuais.

Ao longo da minha estadia na casa, percebi que alguns fatos que aconteceram nesse espaço, bem como provavelmente a minha presença afetando a rotina dessa população, fizeram com que as moradoras e moradores sujeitados aos mandos e desmandos da chaveira começassem a questionar a hierarquia de poder dela existente nesse lugar. Nos primeiros dias da minha visita ocorreu um fato significativo que, em minha análise, colaborou bastante para essa reflexão.

Em abstinência pela droga, Borboleta uma das moradoras da *Casa das Madrinhas*, trocou um alimento que serviria de refeição para os membros da casa por uma pedra de craque. Ao ser descoberta, confessou o ato e, como forma de punição, ficou uma semana presa de castigo. Borboleta foi levada para ficar de castigo na Disciplina, após levar uma surra e ser arrastada pelos cabelos pela representante das *madrinhas*, dividindo espaço com outros 22 homens, durante 8 dias:

(...) quando vai pra disciplina *perde som e imagem*⁵⁴, perde tudo. Você só vai com a roupa do couro. Eu fui pra disciplina porque eu num peguei os dois pacote de macarrão da representante, meu, né? só que depois que vai lá pra o barraco dela é dela, aí ela foi e botou eu lá (...) Passei oito dia, mas parecia um mês. Lá é o ó mulé. Você dorme em um lençol sujo de quatro, cinco meses, é uma imundice, é uma nojeira mesmo, fede, eu não quero aquilo nem pro meu pior inimigo. Tinha vinte e dois homens em um quadradinho, dormia um do lado do outro, de ladinho, zero a zero, um a um, zero a zero, um a um. Zero a zero é quando é de

⁵⁴ Expressão nativa que significa perder todos os privilégios que a pessoa possuir dentro da prisão (um barraco próprio, um emprego concessionado, etc.).

costa, um a um é quando é de frente. Aí dormia zero a zero, um a um, pra não tá com tiração⁵⁵. Tudo de ladinho, todo mundo de lado. E um frio minha fia porque se chama geladinho lá. Porque tem um exaustor bem grandão, pra uma celinha bem pequena, aí fai um frio tão grande, ouxe. Lá eu fui tratada bem, os rapazes que tão lá tudo me tratou bem. Eu cheguei a nada, perdi som e imagem aí, me deram sabonete, pasta, higiene, material de higiene pessoal, me deram tudinho lá. Roupa, todo dia eu vestia roupa de um diferente, camisa de um, eu tava com meu short, mai a camisa todo dia eu vestia a camisa de um preso lá diferente. Eles eram nenhuma, me dava alimento, comida, cigarro, pacaia, menos maconha que lá não pode não, nem maconha nem craque. Mas eu num tava afim não, só tava, nem fumar eu tava fumano direito só nos castelo⁵⁶ de sair de lá. (Borboleta)

Após uma semana, a representante da ala, que havia lhe colocado de castigo, decidiu que Borboleta já havia sofrido o bastante e resolveu liberá-la.

Dias depois aconteceu um fato semelhante com Adriana, que foi acusada de roubar R\$140,00 da representante, também para comprar drogas. Neste caso a acusada não admitiu ter cometido o delito e reagiu à agressão que sofreu agredindo-a de volta. Ainda assim, ela foi levada para cela de castigo que fica dentro do pavilhão, ao lado da *Casa das Madrinhas* ficando lá por três dias, mas recebendo alimentos, lençóis e roupas de outra pessoa da ala. Assim como na história de borboleta, Adriana foi liberada do castigo pela representante, só que dessa vez, meio a contragosto dela que só a soltou porque estava “sofrendo pressão” da população da ala que ameaçou se unir e levar para a diretoria reclamações sobre sua gestão.

Fiquei intrigada me perguntando o que havia de diferente entre as duas histórias. Me indagando por que uma foi para a Disciplina apartada do convívio com os demais moradores e moradoras da ala e por um prazo maior de tempo, sofrendo de privações em um castigo mais severo, por dois pacotes de macarrão que ela confessou ter pego, enquanto a outra pôde permanecer no castigo dentro do pavilhão mantendo o contato com todos, tendo sido acusada de ter pego uma quantia considerável de dinheiro, que embora não tenha confessado, havia sido confirmado pela pessoa que lhe vendeu a droga, embora trancada na cela sem poder sair, mas recebendo suprimentos e por um tempo menor.

Nessa teia de relações complexas cheia de símbolos e significados, lembrei-me das palavras de Adriana ao dizer que “se a população toda se reunir e falar aí a população ganha mais do que ela”. De fato, Foucault estava certo quando afirmou que as relações de poder podiam variar de acordo com a resistência de cada indivíduo (FOUCAULT,1979).

⁵⁵ Palavra nativa que pode significar zoação ou sacanagem.

⁵⁶ Expressão nativa que significa dizer que a pessoa estava sonhando.

Inconformadas pelo abuso de poder e pelo teor desumano da punição que havia sido aplicada em Borboleta, os outros corpos disciplinados dessa população, se uniram, criando forças dentro do próprio grupo, dentro de suas próprias existências, reivindicar os seus direitos e lutar contra o opressor que lhe afligia.

Embora tenha sido nessa situação específica, foi possível ver um movimento de apropriação de si, do reconhecimento do lugar de cada uma e cada um na *trama biopolítica* (FOUCAULT, 2015) da *Casa das Madrinhas*, ao contestarem a autoridade antes inquestionável da representante da ala, sendo possível percebermos que a partir desse momento algumas coisas começaram a mudar.

Nesse retrato das relações, a verticalização dessas hierarquias de poder que surgem dentro da ala entre seus próprios componentes, estão relacionadas à “supremacia do gênero masculino”(SILVA,2000), evidenciadas tanto nas relações produzidas entre a representante, que também “é homem”- e ainda possui um status que lhe confere poder no cárcere- em relação aos demais membros da ala, quanto dos “*homens da Casa das Madrinhas*” em relação às “*bichas*” do lugar.

Ademais, foi possível percebermos que os marcadores de gênero quando associados a outros marcadores (raça, classe, território e outros), acentuam ainda mais as diferenças sociais experimentadas por esses atores, desde antes de adentrarem ao cárcere, contribuindo de forma significativa para a (re)produção de ações violentas e discriminatórias nas relações tecidas por elas/eles dentro do contexto prisional.

4.3 CASA DAS MADRINHAS OU CASA DA MÃE JOANA? — A RELAÇÃO COM “OS DONOS DO PAVILHÃO”

Em quantidade infinitamente menor, toda a população da *Casa das Madrinhas* acaba tendo que seguir as regras impostas pelos “*homens do pavilhão*”. Toda sua rotina passa a ser controlada por eles que além de serem maioria, são os “*donos*” do pavilhão. Afinal, pelos pressupostos da sociedade patriarcal (RUBIN, 1975; SCOTT, 1995), quem “manda na casa” e nas relações é o sujeito *ativo*- o pai, o homem, o macho, o masculino. À mulher, à fêmea, ao feminino é reservado o papel de *passividade*, da obediência, da resignação, o papel de “ser mandada.

Como já fora discutido, a hierarquia de poder dentro da *Casa das Madrinhas* se configura na relação entre a chaveira e as moradoras da ala, mas dentro do pavilhão como um

todo, apesar de ter um pouco mais de “autonomia”, ela também precisa seguir as regras estabelecidas pelos demais detentos do lugar.

Regras essas que denunciam a dificuldade que a população da ala LGBT, principalmente as travestis e transexuais, enfrentam para transitar por entre os espaços da unidade, quer seja dentro do próprio pavilhão X ou fora dele, uma vez que “as chaves da prisão” ficam nas mãos dos próprios presos e de desfrutarem do direito de se vestir e se expressar de acordo com a sua orientação sexual e identidade de gênero dentro do pavilhão.

Nesse sentido, começo por questionar os possíveis motivos que levaram a Ala LGBT dessa unidade ter sido implementada justamente no pavilhão X. Ora pois, dos cinco pavilhões da unidade, o X é o único pavilhão de isolamento, ou seja, é o pavilhão que não permite a interação com outros pavilhões porque foi construído, como o próprio nome já diz, para isolar, separar a “escória da população prisional” do restante da população. Ele fica logisticamente mais próximo da entrada da prisão e da guarda prisional, para vigiar e controlar (PASSOS, 2014) os presos “mais perigosos”, “os estupradores” e “os amaldiçoados⁵⁷”.

No entanto, ao observar a arquitetura da unidade, é possível identificar outras possibilidades de espaços em que a ala LGBT poderia ter sido construída de forma independente desse pavilhão, entretanto, nesse território, as 11 pessoas da ala LGBT acabam dividindo espaço com toda a “escória” da prisão, afinal os presos LGBTs também são “escória” nesse lugar.

Como já foi dito, alguns detentos são “*eleitos*”⁵⁸ como *chaveiros*, *mesários* e *assistentes de pavilhão*, afim de auxiliarem na organização dos setores de atendimento da unidade e representarem os pavilhões, além de “fiscalizar” a população prisional, com intuito de “manter a ordem” nos espaços.

Os chaveiros são as pessoas com maior status dentro da cadeia, uma vez que decidem e controlam quem pode entrar ou sair de um espaço determinado. Seguindo a hierarquia da prisão chegamos à figura do Mesário do pavilhão, cuja função é prestar contas ao chaveiro sobre todos os indivíduos do pavilhão. Com a ajuda do assistente de pavilhão, ao final de cada dia antes do chaveiro fechar as grades das celas e do pavilhão, o mesário realiza a contagem individual dos habitantes de cada um dos espaços e se estiver faltando alguém, ele precisa imediatamente fazer a localização da pessoa que se encontra ausente. O assistente por sua vez, auxilia ambos,

⁵⁷ Expressão nativa para referir-se aos presos que foram “jurados de morte”, ou seja, cujas vidas foram ameaçadas dentro da prisão.

⁵⁸ Não se sabe ao certo como são eleitos esses representantes, porém para ocupar qualquer um desses cargos, é necessário que a pessoa possua histórico de bom comportamento dentro da prisão e geralmente são pessoas que gozam de boas condições financeiras.

chaveiro e mesário a exercerem as suas funções e encontra-se na base dessa pirâmide de poder prisional.

Na *Casa das Madrinhas* existe uma chaveira, porém de acordo com Paulo a atuação dela como representante da casa não passa de uma “faixada” e todos, inclusive a líder da ala, concordam que os chaveiros, mesários e assistentes, dificultam a autonomia da população LGBT dentro da prisão, especialmente pelo fato da ala está localizada dentro do espaço de controle dos homens do X:

O espaço é totalmente pequeno, a gente é submisso aos representantes do X que são homens, tá entendendo? À formação deles, tá entendendo? Como ontem mesmo, dia doze, uma segunda- feira, trancaram a gente de seis horas da noite, enquanto os demais estavam todos soltos. O chaveiro do X (...) quer dizer, a gente não tem, somos submissos da mesma forma. Às vezes não é o plantão, tá entendendo como é? São eles mesmos e temos que considerar a autoridade deles senão, se torna uma situação bem complicada. (Paulo)

Entretanto esses mesmos homens costumam ter livre acesso na ala LGBT, visto que eles além de possuírem as chaves são “os donos do pavilhão” por serem a maioria populacional do X, eles costumam entrar e sair a todo momento da *Casa das Madrinhas* para realizar visitas íntimas internas, entregar roupas para serem lavadas, fazer ligações escondidas dentro dos barracos das madrinhas, comer dos alimentos que são preparados por elas etc.

Ademais, o fato das chaves da *Casa das Madrinhas* ficarem nas mãos dos “homens do pavilhão” causa um sentimento de insegurança dentre as moradoras da ala, pois, segundo Yayá, constantemente eles ameaçam “se um dia a cadeira virar, as cabeças de vocês vão tudo junto”. Dessa forma, *padrinhos* e *madrinhas* acreditam serem as primeiras e principais vítimas dos “homens do pavilhão”, em caso de haver rebeliões:

ali também né muito bom não porque tá dento do pavilhão que também tem muito homem e se acontecer alguma coisa, aquele pavilhão só veve mais trancado, eles não vão correr pra abrir o portão vai deixar a gente se lascar lá dento, porque a chave fica com eles, aí se tiver uma rebelião dento da cadeia só sobra pra tarado e homossexuais, né? que somos a gente e eles não vão correr pra abrir o portão da gente que veve trancado, a gente vai se lascar lá dento, vai morrer queimado. Eu penso que vai ser, vai ser ruim pro meu lado, né? Porque se der, se tiver sorte pode se salvar, e se não tiver? A gente vai sofrer ali, né? (...) é muita coisa que acontece naquele pavilhão que a gente também não pode dizer, né? Que só, se a gente for falar alguma coisa só sobra pra gente”. (Karol)

Se por um lado os “*homens do pavilhão*” possuem acesso liberado para entrar e sair da *Casa das Madrinhas* a hora que eles quiserem, por outro, as “*bichas*” da ala, especialmente as travestis e transexuais que possuem uma estética corporal associada ao conceito social do feminino (seios grandes, cabelos compridos) e fazem uso de vestimentas, cosméticos e acessórios que também estão associados às definições sociais da categoria mulher, são severamente proibidas de ultrapassarem a rede de proteção que divide a *área dos homens*, da *Casa das Madrinhas*, da igreja e da *casa dos irmãos*⁵⁹ (ver fig. 1).

Logo que cheguei no X eu não sabia dessa condição. Certo dia convidei uma das moradoras da ala para sentar-se comigo em um banco feito em alvenaria que fica justamente após a área de divisão mencionada. Nessa ocasião, o assistente do chaveiro que estava no portão me disse que ela não podia entrar ali, mas ele abriria uma exceção porque eu estava realizando um atendimento com ela. Paulo conta que:

as meninas não tem esse acesso, não entram, do portão não pode passar, se vê se aproximando, pede pra o preso reclamar. Eles têm acesso totalmente livres. Tudo o que ocorre. (...) Eles dominam a gente: horário de fechamento, eles que abrem, tá entendendo como é? Se eles tiverem de mau humor vão e fecham, tá entendendo como é? é justamente isso aí. Foi até um ponto que a gente discutiu (...) que realmente fechasse aquela estrutura lá, aumentasse a estrutura (...) colocasse uma entrada que seja, um ponto determinado que seja, indiferente do pavilhão X, que realmente o chaveiro exercesse aquela função, que tivesse autoridade, tá entendendo como é? Justamente isso aí.” (Paulo)

Essa reivindicação de Paulo é um pensamento comum à maioria da população, pois elas acreditam que separar a ala LGBT do X poderia ser uma saída para amenizar os conflitos gerados no pavilhão e obter um pouco mais de autonomia para se expressarem e transitarem nos espaços da prisão. Em função dos abusos sofridos por elas pelos “homens do pavilhão”, elas acreditam que essa separação lhes traria mais respeito e dignidade:

a gente tem que ter uma ala pra gente, com banho de sol, pra gente poder botar um biquini, fazer um bronzamento artificial, a gente não pode. Se a gente usar uma calcinha e tiver mostrando eles querem degredir a moral da gente: -quer ser mulher a pulso, né veado? Se a gente pintar uma unha, botar uma maquiagem... (...) mais respeito, mais dignidade, somos mais digno disso, né? (Yayá)

⁵⁹ A casa dos irmãos é uma expressão nativa para designar o espaço no qual moram os reeducandos que se converteram à religião cristã, muitos deles pastores, dentro da cadeia.

Essa proibição não se limita apenas à casa/área dos “homens do pavilhão”. As travestis e transexuais muitas vezes encontram dificuldades para acessar os serviços de saúde e assistência da unidade, sendo impedidas de entrarem nos espaços pelos presos *concessionados* responsáveis pelos setores. Karol relatou por exemplo uma ocasião na qual procurou a enfermaria para realizar um exame de rotina, mas foi impedida pelo chaveiro de acessar a unidade de saúde da instituição por uma semana, apenas porque, segundo ela, ele “cismou” com ela.

O ocorrido com Karol não é uma situação isolada, costumeiramente os concessionados ou impedem a presença dessas pessoas nesses lugares, ou apressam a sua estada no ambiente. Em uma das vezes que precisei utilizar a sala do setor psicossocial para realizar as entrevistas, um concessionado do setor psicossocial chegou a me “pedir” que eu não levasse as travestis para realizar as entrevistas lá dentro, pois ele não gosta desses “frangos” circulando naquele lugar e ainda.

Quando elas conseguem realizar os atendimentos enfrentam ainda dificuldades para manter a privacidade nas consultas, pois eles invadem as salas de atendimento e ainda divulgam informações sigilosas sobre procedimentos que necessitam de discrição, tais como a distribuição de medicamentos para tratamento de HIV/Aids, espalhando para todos os homens do X quais as *madrinhas* e os *padrinhos* que tem “a boneca”⁶⁰, ou alguma outra IST, gerando ainda mais confusões no pavilhão, visto que muitos são clientes dos serviços sexuais oferecidos por essa população. Contudo, elas ainda são intimidadas e ameaçadas pelos homens do X a não relatarem os abusos sofridos para ninguém e coagem-nas a cumprirem todas as regras impostas por eles, dentro do pavilhão, sob ameaça de retaliação.

Analisando essa conjuntura fica evidente como as relações entre os “*homens do pavilhão*” e a população da *Casa das Madrinhas* estão ancoradas nos pressupostos machistas e sexistas da sociedade patriarcal (SCOTT,1995) na qual o homem branco heterossexual detém o poder sobre o restante da sociedade. É essa estrutura social que lhes confere o poder de regulação dos comportamentos dessa *população* e da limitação da autonomia desses atores dentro desse espaço.

Nesse caso, os “*homens do pavilhão*” além de serem maioria (numérica) dentro do pavilhão, são homens (no contexto biológico) e são supostamente⁶¹ heterossexuais (visto que

⁶⁰ Expressão nativa utilizada para dizer que a pessoa é portadora de HIV/Aids.

⁶¹ É importante ressaltar que grande maioria da população prisional LGBT não está dentro da ala, considerando todos os fatores que dificultam à autodeclaração dessas identidades dentro do cárcere, já mencionados. Ademais, numa *população* com cerca de 1.600 detentos, apenas 10 pessoas serem homossexuais é pouco provável.

não moram na ala LGBT), são os indivíduos que detêm o poder e utilizam-se desse para submeter a população da *Casa das Madrinhas* aos mandos e desmandos dessa maioria (social). Contudo, as ações performáticas de cada indivíduo é que irão dizer até onde essa fronteira se estabelece. Nesse sentido as “*bichas*”, especialmente as trans e as travestis são as personagens da casa que mais se aproximam à performance do “feminino” e, por essa razão, são as figuras mais vigiadas, controladas e limitadas, além de serem as que mais sofrem discriminações e que possuem menos “privilégios” dentro desse lugar.

Em função dessa hierarquia de poder, constantemente *madrinhas* e *padrinhos* são agredidas(os) de forma física e verbal pelos “*homens do pavilhão*”. As agressões, principalmente as físicas, costumam acontecer ao anoitecer, quando a equipe técnica se despede, depois que as grades se fecham, quando as visitas vão embora, no horário em que o quantitativo de agentes é reduzido, no momento de grau ápice do poder, quando apenas eles estão naquele lugar.

Nesse momento, impera uma só lei, a lei dos homens do X e quem não obedecer essas leis também apanha, assim como acontece nas relações entre os coabitantes da *Casa das Madrinhas*.

5 DIREITOS IGUAIS PARA TODOS OU É MEU GÊNERO QUE VAI DIZER?

“Minha opção sexual não agride a minha moral, independente de qualquer coisa você deve respeitar a minha sexualidade”. (Yayá)

Nesse capítulo descrevo e analiso as dinâmicas das visitas *internas* e *externas*, recebidas pelas(os) personagens da *Casa das Madrinhas*, bem como descrevo como as pessoas LGBTs que figuram nesse espaço se relacionam com a equipe profissional da unidade (agentes, administrativos e técnicos), afim de preencher essa rede de complexos significados.

No primeiro tópico, descreveremos as relações afetivo-sexuais-conjugais e eróticas, produzidas entre moradoras e moradores da *Casa das Madrinhas* e os demais detentos do pavilhão. Dessa forma, discutiremos como se formam e se desenrolam essas relações, a partir do movimento das **visitas internas** recebidas pelas coabitantes da ala.

Utilizando-nos dos sistemas de *hierarquias de gênero, dos dispositivos de sexualidade e da ideologia do erótico* (PARKER, 1991) para buscar compreender como se produzem as sexualidades desses indivíduos no referido cenário. Ora pois, foi possível interpretar que essas relações são organizadas através das configurações simbólicas das figuras dos *paqueras*,

clientes e maridos. No entanto, o que diferencia essas categorias são as características e os contextos nos quais elas se desenvolvem.

As relações com as visitas tipo “*cliente*” envolvem as “*bichas*” e “*os homens do pavilhão*”. Nestas, as práticas sexuais possuem um teor “*mercadológico*”, os “*homens do pavilhão*” buscam o sexo, ou as “*bichas*” oferecem seus serviços sexuais em troca de alguma gratificação/pagamento, geralmente em dinheiro ou em drogas. São relações pontuais, que duram o tempo do “*alívio do tesão*” e algumas vezes acontecem às escondidas, pois são relações de caráter especificamente *sexual-erótico*.

Nas relações com visitas tipo “*paqueras*” os “*homens do pavilhão*” se relacionam com as “*bichas*” ou com alguns dos “*homens da casa das Madrinhas*”, neste caso apenas os “*gays que não dão pinta*”. Essas relações possuem um caráter *afetivo-sexual*, neste caso a troca existente é de carinho, cuidado e “*curtição*”. São relações que acontecem nas interações do dia-a-dia, através da *azaração*, dos olhares, do contato.

As relações que nascem das paqueras podem evoluir para um casamento na prisão. Nesse contexto entram em cena os *maridos*. São relações de característica *afetivo-sexual-conjugal* e acontecem entre “*os homens do pavilhão*” e as “*bichas*” ou entre eles e os “*gays que não dão pinta*”. Nessas relações os indivíduos “*fecham parceria*” e assumem um compromisso de “*fidelidade*”, perante à *população* prisional.

Entretanto, ao se relacionarem com alguma moradora ou morador da *Casa das Madrinhas*, os “*homens do pavilhão*” são *generificados* pelos demais homens do pavilhão, supostamente heterossexuais. Nesse sentido, eles passam a assumir uma nova categoria simbólica no ambiente, passando a ser compreendido como “*os homens entre aspas*”, perdendo seu status de masculinidade dentro do ambiente prisional.

Contudo, para reafirmar sua masculinidade, os “*homes entre aspas*” tendem a se relacionar sexualmente com outras mulheres de “*fora da prisão*” que adentram ao cárcere nos dias de visitas dos familiares e adotam o modelo padrão das relações *heterossexuais* postuladas pelos pressupostos da sociedade machista patriarcal, na qual os homens exercem o poder sobre as mulheres. Com efeito, eles acabam reiterando algumas violências de gênero nessas relações formadas dentro do cárcere, com intuito de (re)afirmar a sua identidade de *homem/masculino, macho/ativo e heterossexual*.

No segundo tópico, busquei retratar a forma com a qual população da *Casa das Madrinhas* se organiza para receber a visita dos seus familiares. Para tal, busquei discutir a importância que essas visitas possuem no processo de encarceramento dessas pessoas, direito constitucionalmente garantido a elas, mas que, no entanto, algumas vezes é discriminada pela

administração da prisão, ao impor condições diferenciadas aos indivíduos que irão visitar, pautadas pelo gênero e pela orientação sexual.

Aqui, a discussão realizada irá abordar o tratamento desigual que a instituição realiza sobre o visitante da pessoa LGBT em situação de privação de liberdade através da barreira do preconceito que se molda na diferenciação dos horários em que se é permitido visitar o parente custodiado (FERNANDES, 2016).

O direito a visita, incluindo a visita íntima, tem o intuito de manter e propor o fortalecimento dos laços familiares do reeducando durante o seu período de privação de liberdade. Esse direito está intrinsecamente relacionado ao direito da dignidade da pessoa humana e é um direito de toda pessoa custodiada no Brasil, mediante os parâmetros da Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (BRASIL, 2011).

No entanto foi possível identificar algumas diferenças institucionais criadas para organizar a dinâmica das visitas desses indivíduos a partir das categorias dos “visitantes dos presos heterossexuais” e dos “visitantes dos *presos homossexuais*”.

No mais, essa dinâmica das visitas também apontou alguns transtornos enfrentados pelos *padrinhos* e *madrinhas* que não recebem visitas ao serem obrigados a sair dos seus próprios barracos para ceder o espaço para outros receberem seus entes. E ainda, revelou a formação de novos arranjos familiares dentro do cárcere.

Neste mesmo fulcro, que constrói assimetrias a partir dos gêneros e da orientação sexual, discutiremos no último tópico deste capítulo algumas discriminações percebidas nas relações da equipe profissional (agentes de segurança, administrativos e técnicos) para com as moradoras e moradores da ala LGBT desta unidade prisional. Neste cenário, identificamos uma multiplicidade de violências que serão exemplificadas a partir de três exemplos nos quais cada um representa uma violência sofrida pela *população* da ala por um membro da equipe técnica, da segurança e da administração.

Dessa forma, recorreremos a outros estudos realizados na ala, que apontaram para a existência de violências sutis e veladas (SOUSA; VALE & VALE 2016, FERNANDES, 2016), apontando para a existência também de violências verbais e psicológicas (LAMOUNIER, 2018; FRÓIS; VALENTIM, 2017), que surgem da discriminação em função desses sujeitos violentados serem pessoas LGBTs.

Ao abordarmos as visitas internas e externas e as relações das pessoas LGBTs da ala especial dessa unidade prisional, foi possível interpretar que novamente são as performances de gênero estilizadas por esses indivíduos que vão dizer quais os direitos que cada sujeito poderá ter dentro da unidade prisional.

5.1 TEM DIA MARCADO PRA SENTIR PRAZER? — VISITAS INTERNAS E RELAÇÕES AFETIVO- SEXUAIS- CONJUGAIS

Nesse tópico, caracterizamos os símbolos, regras e rituais que irão realizar o controle sobre os corpos das pessoas LGBTs na prisão e gerenciar as práticas sexuais dessa *população* dentro do pavilhão masculino em que a ala se encontra inserida.

O modelo das relações afetivo-sexuais-conjugais e eróticas das **visitas internas** recebidas pelos membros da *Casa das Madrinhas* se assenta no simbolismo das figuras dos “clientes”, “paqueras”. São essas categorias que irão acionar os dispositivos de sexualidade organizando as práticas sexuais desta *população*, utilizando o *tempo* como um instrumento de controle e gestão dessas práticas.

Ao analisar o material coletado durante a minha experiência etnográfica nesta ala LGBT, uma questão me chamou bastante atenção. Em praticamente todas as entrevistas que fiz as pessoas falaram a respeito de uma regra que envolvia as relações sexuais mantidas entre a população da ala e os homens do pavilhão X.

Segundo os relatos das moradoras e moradores da ala, existem dias específicos em que é permitido se relacionar sexualmente dentro do espaço do pavilhão, mais precisamente na ala *Casa das Madrinhas*, onde as cenas sexuais envolvendo essa *população* pode acontecer, pois como já foi dito anteriormente, as “*bichas*” travestis e as transexuais são proibidas de circular na “casa dos homens”.

De acordo com essa regra, quem for pego cometendo “pederastia⁶² fora dos dias estabelecidos (“*bichas*” e “*homens*”) pode sofrer graves consequências que vão desde agressões verbais e/ou físicas à expulsão dos “*homens*”, neste caso os que não moram na ala, do convívio do pavilhão masculino. Uma vez expulsos, os “*homens do pavilhão*” passam a morar na *Casa das Madrinhas* e ambos (que foram pegos em flagrante) são obrigados a se casar. De acordo com Yayá:

Segunda-feira não pode, nem sexta. Sexta em respeito à visita do sábado, porque tem homem viçoso que quer viçar com a gente e pra evitar DST, IST. Segunda não pode pra respeitar a visita, porque ele teve visita sábado e domingo, então na segunda ele tá de boa. Ele pode fazer sexo terça, quarta e quinta. Na sexta ele não pode fazer nada porque no sábado ele tem visita (...) os homens que disse que era assim, a própria população, no caso os homens, não foi as gays. Se pegar um

⁶² Palavra cujo significado está atrelado ao relacionamento erótico entre um homem mais velho e um rapaz/menino mais novo. No contexto nativo, refere-se à prática sexual entre dois homens, independentemente da idade.

homem transano dia de segunda ou dia de sexta, é cacete que eles dão no homem e ainda bota o homem pra morar com a gente a pulso. A gente é obrigado a casar. (Yayá)

Nos dias em que se é permitido transar no X, a *Casa das Madrinha* costuma ficar muito movimentada e passa a ser frequentada por dois tipos de **visitantes internos**: “*os clientes*” e “*os paqueras*”.

Os “*paqueras*” são os “*homens do pavilhão*” ou “*bofes*”⁶³ que vão para a *Casa das Madrinhas* para “curtir sem compromisso”. Eles costumam passar o dia inteiro na casa, almoçam e chegam até a pernoitar algumas vezes. Tanto “*os homens da Casa das Madrinhas*” quanto “*as bichas*” tinham cada qual “*seus paqueras*”:

(...) cada um tem o seu, cada um arruma o seu. Só não pode assim a merma... o mermo prato, né? Tem que ser prato diferente. Porque se ela comeu de um prato e você for comer, ela já fica com a cara feia. Não você tem que levar outro bofe diferente. É, é.é. (...) assim porque, pronto, tu é minha amiga, mora lá comigo, aí tu já levasse um bofe só que ele não é nada seu, só levou pra curtir, aí se eu for experimentar desse mermo prato, aí a minha amiga já vai ficar com raiva, apesar que ele não tem nada com ela, entendeu? (Borboleta)

Essas relações eram marcadas por uma característica afetivo-sexual, ao ponto que além das práticas sexuais, havia uma troca de afeto e de carinho. Os paqueras também podiam ser “*agregados*”, mas nem todo “*agregado*” era “*paquera*”- o que diferenciava essas duas relações eram as práticas sexuais, pois *agregados* tinha uma relação mais no âmbito da amizade e “supostamente”, não havia envolvimento sexual. Caso a relação envolvesse sexo, *o agregado* passava a ser *paquera*.

Os clientes eram os “*homens do pavilhão*” que procuravam as *madrinhas* (prostitutas) com o objetivo explícito e único de transar. Em troca do sexo, elas recebiam algum dinheiro ou drogas como pagamento pelos “serviços sexuais” (programa). As “*bichas*”, principalmente as travestis e transexuais eram as que mais recebiam visitas de *clientes*.

Cada um tem seus cliente, aí dez, cinco, quinze, cada um tem seus macho diferente por dia. Aí só não pode pegar o mermo das amiga, porque senão minha fia é babado, confusão e tudo. (Borboleta)

⁶³ Gíria LGBT que significa homem heterossexual ou homossexual com “perfil masculino”.

Além de sexual essas relações também se anunciam no campo do erótico pois se relacionam com a desobediência da ordem (PARKER,1991). Elas aconteciam muitas vezes às escondidas dos companheiros/maridos das travestis, dentro do banheiro da ala, enquanto esses estavam realizando algum trabalho em outro espaço da unidade prisional. Eram relações que subvertiam às regras firmadas dentro da relação conjugal (respeito, fidelidade, exclusividade).

Os “*homens do pavilhão*” que frequentavam a casa (*clientes* ou *paqueras*) eram considerados pelas moradoras e moradores da *Casa das Madrinhas*, e pelos demais “*homens do pavilhão*” que não frequentavam a casa, como “*homens entre aspas*”.

Os *homens entre aspas* eram assim *generificados*, pois eles realizavam práticas sexuais com os gays, as trans e as travestis da ala. Entretanto, eles também mantinham relações sexuais com mulheres cisgêneras de fora da cadeia, afim de negar qualquer associação com a orientação homossexual.

Dessa forma, eles passavam a ser entendidos dentro do espaço prisional como *homens bissexuais*, ou seja, como os sujeitos que “curtem” homens e mulheres, embora eles próprios se definissem enquanto homens heterossexuais, ainda que mantivessem práticas sexuais *homoeróticas* com as moradoras e moradores da ala. Segundo Yayá, “eles são *homens entre aspas*, porque geralmente são bissexual”.

As relações sexuais, por sua vez, aconteciam dentro dos *barracos* de cada uma, nesse caso, o *barraco* ficava reservado exclusivamente para a *madrinha* ou *padrinho* e “*seu paquera*” ou “*cliente*” durante um determinado horário, em um acordo pré estabelecido entre todos os que dividiam o espaço. Se o *barraco* já estivesse ocupado por outra pessoa no momento, elas e eles iam para dentro do banheiro na tentativa de manter uma certa privacidade, mas obviamente, todos ao redor sabiam que quando um “*homem do pavilhão*” e uma pessoa da ala se trancava entre quatro paredes (ou entre os lençóis do barraco) era pra “fazer putaria”, afinal entre quatro paredes “tudo pode acontecer” (PARKER,1991).

Ao perguntar a Paola, moradora da ala que figura a “*bicha gay que dá pinta*” como começavam as paqueras dentro do pavilhão ela me respondeu sorridente:

rola no dia a dia, na conversa, estendendo roupa aí sai uma cantada, uma piada, aí acontece de marcar um esquema, marcar tal hora, é isso aí acontece o clima, né? a química bater. (Paola)

Já para Paulo, morador da ala que estiliza o “*homem gay que não dá pinta*”;

dá para perceber pelo olhar, pela postura corporal, através da carência do outro que se aproxima, por meio de conversas indiretas que deixam subentendido o interesse e o desejo. (Paulo)

Já os *clientes* normalmente se direcionavam às travestis e às transexuais da casa oferecendo crack, pois era uma droga utilizada por todas e elas dificilmente recusavam. Outras vezes, elas mesmas ofereciam uma *chupadinha*⁶⁴ em troca de uma pedra ou um cigarro de maconha.

Karol, travesti que se configura na categoria “*bicha*”, era conhecida dentro do pavilhão X como “*boca de veludo*”, pois era a pessoa mais procurada para realizar sexo oral. Já Borboleta, “*bicha*” transexual, que não esconde de ninguém que “ama ser puta” era a mais procurada pelos “*homens do pavilhão*”, pois de todas da casa, apenas ela e Kelly possuíam uma estética corporal “feminina” (tem aplicação de silicone nos seios, nas pernas e na bunda).

Algumas vezes, a paquera acabava virando casamento e os “*homens do pavilhão*” se mudavam para dentro da *Casa das Madrinhas*, tornando-se um *padrinho* e passando a fazer parte da “família”. Caso a *madrinha* fosse transferida de unidade prisional ou recebesse a liberdade por alvará de soltura, o *padrinho* poderia escolher entre voltar para a “*a casa dos homens*” – o que muitas vezes tornava-se complicado, visto que ele teria passado pelo processo de *generificação* e deixado de ser considerado “*macho*” pelos demais “*homens do pavilhão*”-ou, se unir à outra *madrinha* da casa para permanecer morando nesse lugar.

Na constituição da população da *Casa das Madrinhas*, na época em que estive na prisão, existia um caso desses em que uma dinda foi transferida de unidade e seu companheiro passou a se relacionar com outra moradora da ala, Adriana, a única da ala que mora com o marido. Paola também tem um marido, mas prefere não o levar para morar dentro da *Casa das Madrinhas* para evitar confusões pois segundo ela:

isso causa desacerto, o tempo vai passando vai causando desacerto. Tanto do homossexual com ciúme, quanto dele. É muito *bicudo no pé da costela*⁶⁵, eu não quero perder o restinho da minha saúde apanhando dento de presídio, aí eu prefiro assim. (Paola)

Ela também contou que já foi convidada para morar com ele dentro do pavilhão X, mas negou por ser homossexual. Para ela, “*homossexual tem que ficar separado dos homem, não pode tá junto não, de jeito nenhum*”. Quando questionei por que não podia ela me respondeu

⁶⁴ Sexo oral.

⁶⁵ Expressão informal/gíria que significa chute com a ponta do pé na região do abdômen.

que “rola muita *contenda*⁶⁶” e explicou que para ela, “*pavilhão de madrinha é pavilhão de madrinha, pavilhão de homem é pavilhão de homem*”. Dessa forma ela prefere deixar do jeito que está, cada um em seu pavilhão em uma relação que “*fecha companheirismo*”,⁶⁷ ela lava a roupa dele e ele a agrada trazendo um cigarro e alguns trocados.

Já Adriana, resolveu dividir o *barraco* com seu companheiro por considerar a relação entre eles “*maravilhosa*”, para ela, eles “*são um casal*”. A *madrinha* só se queixa a respeito da falta de privacidade na hora de se relacionar sexualmente:

é horrível, de dia não tem como, só durante a noite. Porque fica uma zuada⁶⁸, um chama, a pessoa não se concentra muito no que quer fazer, mas é péssimo mesmo ter relação dentro de um barraco, o que tá lhe cobrindo é só um pedaço de pano, você se sente que todo mundo tá lhe veno, e péssimo. (Adriana)

Entretanto, apesar de definir sua relação como maravilhosa, Adriana e seu companheiro protagonizaram uma cena de violência dentro da *Casa das Madrinhas* que virou assunto entre as moradoras e moradores da ala e do pavilhão. Paola me contou que:

Na hora do almoço, só que bem antes da hora do almoço ela tem um cliente que compra uma coisinha pra dar a ela, dá um trocado a ela, aí o cliente quis algo a mais. No dia a dia, vem comprando muita coisa pra ela, aí ela perguntou a mim se podia ir com ele pra o banheiro, aí eu digo, não tô veno nada. Eu nunca vejo nada dentro do presídio que eu sei como é, aí a outra que é responsável pela gente foi contar ao boy dela. Ele num teve dúvida, foi lá e deu um chute na costela, na frente do, na frente do cliente dela, que tava com ela dentro do banheiro escondido horas antes. Foi, ele num teve dúvida, quando ele ficou sabendo aí ele já saiu de cara feia. Foi só um chute na costela da outra, *tuff* (imitando o som do chute), foi um chute babadeiro. (Paola)

Paola contou ainda que evita trair o seu companheiro pois sente-se intimidada por ele que já ameaçou bater na cara dela se pegar ela “*vacilando*⁶⁹”.

Em todas essas relações produzidas dentro da ala LGBT pude presenciar ou escutei relatos de abusos e violências de gênero (ameaças, violências físicas, verbais, etc) praticadas

⁶⁶ Expressão nativa que significa discórdia ou discussão.

⁶⁷ Expressão nativa que pode significar firmar parceria ou reciprocidade em um relacionamento.

⁶⁸ Zoada, barulho

⁶⁹ Palavra derivada da expressão “vacilar” que, nesse contexto, significa cometer um erro, deslize ou desvio de conduta.

pelos “*homens do pavilhão*” (clientes, paqueras, maridos) contra a população da *Casa das Madrinhas*. No entanto, quanto maior o grau de comprometimento da relação, mais violenta ela vai ser.

Nas histórias de Adriana e Paola com seus respectivos maridos, fica explícito o caráter abusivo das relações *afetivo-sexuais-conjugais*, a partir das atualizações simbólicas das hierarquias de gênero, existentes na sociedade e que são reiteradas e incorporadas nessas relações conjugais (BAPTISTA-SILVA, HAMANN & PIZZINATO, 2017; PELÚCIO, 2006) que se circunscrevem dentro do ambiente prisional. Nas relações entre clientes e paqueras as violências eram mais sutis (xingamentos depreciativos, não pagamento dos programas sexuais etc.), mas não deixavam de existir.

Ora pois, os modelos padronizados dessas relações, pautadas pelas práticas sexuais dentro do cárcere seguem o fundamento da *atividade x passividade* já enraizada na vida da sociedade brasileira (PARKER, 1991), conferindo ao indivíduo que representa o papel *masculino*, nesse caso aos “*homens do pavilhão*” – *clientes, paqueras e maridos*, o lugar de *atividade* enquanto que a quem representa o papel feminino, “*as bichas*” ou “*os homens da Casa das Madrinhas*”, é atribuído o lugar de *passividade*.

Nesse sentido, foi possível perceber ainda que sob todos esses dispositivos sexuais para uma mecânica de subordinação na qual os “*homens do pavilhão*” normatizam quando, onde e de qual forma as práticas sexuais desses indivíduos devem acontecer. Dessa maneira as *madrinhas* e os *padrinhos* são obrigados a obedecer a essa determinação sob o risco da punição pela agressão, humilhação e pelo rechaçamento.

Para os “*homens entre aspás*” essa normatização não é diferente, visto que ao se envolverem sexualmente com alguma pessoa da *Casa das Madrinhas* eles são levados a assumir uma nova categoria identitária que os aproxima das identidades dessa população. Logo, eles passam a “sofrer”, ao mesmo tempo que também praticam, alguns processos de discriminação. Em outras palavras, eles violentam para não serem violentados.

E através dessas configurações vão se construindo os modelos das relações que fazem parte da rotina diária dos coabitantes da *Casa das Madrinhas*. Antes de finalizar esse item, faz-se necessário dizer que embora conflituosas, são essas relações que vão garantindo de alguma forma a sobrevivência dessa população dentro do cárcere, ainda que seja difícil.

5.2 A DINÂMICA DOS BARRACOS — VISITAS EXTERNAS E NOVOS ARRANJOS FAMILIARES

Além das visitas internas abordadas no item anterior, todos os presos da unidade prisional em que se realizou a pesquisa recebem ainda as **visitas externas**. Assim como em outras unidades prisionais, as visitas são divididas em duas categorias: As *visitas íntimas*, que acontecem aos sábados e as *visitas dos familiares* (que também podem ser íntimas) acontecem aos domingos.

Nas sextas-feiras a prisão já começa a ficar agitada, tudo fica diferente. Durante a manhã todos os moradores do pavilhão (“*homens*” e “*bichas*”) se unem para fazer a faxina de suas celas e barracos. No horário da tarde, o pátio do pavilhão X se transforma em um salão de beleza repleto de pessoas por todos os lados, aparando a barba, cortando os cabelos e até mesmo arrumando as unhas dos pés e das mãos. Dá pra perceber a ansiedade de cada um/a somente ao observar esse ritual de preparação e através das falas expressadas por Leandro, morador da *Casa das Madrinhas*:

Toda vez que eu sinto que ela vem no outro dia eu não consigo dormir. Fico olhando pro dia. Fico, meu irmão vai clarear logo! Fico rezando pra chegar logo de noite, de amanhecer logo o dia, porque no outro dia eu fico sabendo que vai ter visita. Fico olhando pras janelas, fico olhando pra grade, fico pensando que o dia já tá claro, dá pra tomar banho esperano. É, é muita alegria, né véi? quando o cara fica sabendo que ela vem. (Leandro)

Para os moradores da *Casa das Madrinhas* o dia da visita é um dia especial porque além de rever uma pessoa próxima da família, normalmente mulher (mães, avós, irmãs, etc), eles ainda são reabastecidos de mantimentos (alimentos, produtos de higiene pessoal, acessórios etc), além de ganharem dinheiro para comprar suprimentos dentro da prisão e pagar as dívidas de drogas feitas durante a semana. Segundo Paola, “é um dia sagrado” e por essa razão, a visita externa é vista como uma “entidade” digna de respeito.

Na *Casa das Madrinhas*, durante os dias que eu estive acompanhando essa rotina, não vi ninguém receber visita de figuras masculinas (companheiros, irmãos, pais, tios, avós etc), com exceção de Yayá que recebe a visita de seu companheiro.

Nesse contexto é possível, perceber que as questões de gênero se relacionam diretamente ao perfil de quem visita as pessoas que estão na prisão, especialmente no caso das pessoas LGBTs, cujo rompimento das relações familiares muitas vezes se dá antes dos processos de encarceramento (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2013).

Todos os moradores da *Casa das Madrinhas* recebem visitas de familiares aos domingos, alguns de 15 em 15 dias, outros todas semanas, mas só Yayá recebe visita aos sábados. Antes de ingressar na prisão ela mantinha um relacionamento estável e toda semana seu companheiro vai visita-la. Porém, ela se queixa que o horário da sua visita é diferente do horário da visita dos demais reeducandos da unidade (que é das 07:00 às 16:10), seu marido só pode entrar às nove horas da manhã e é obrigado a sair uma hora antes do horário em que as sirenes da cadeia avisam que está na hora de todas as visitantes deixarem a prisão.

Outra coisa erradíssima aqui eu acho, minha visita tem que sair de três horas porque é homem. Já a do heterossexual pode sair até quatro e dez, por quê? Minha visita só pode entrar de nove horas, já a do heterossexual começa a entrar de sete, por quê? Qual é a diferença da minha opção sexual pra dele? Só com LGBT. Se aceitam a nossa opção sexual, por que as nossas visitas são excluída? Nossos maridos, só podem entrar de nove e sair de três? Eles não podem entrar de sete, no horário normal e sair às quatro e dez, que é às dezesseis e dez. Por que não? (Yayá)

A crítica feita por Yayá denuncia a dificuldade que a *população* LGBT enfrenta para receber visitas íntimas masculinas. Nesta unidade, em particular, ainda que tenha sido reconhecido o direito à visita íntima para as pessoas LGBTs, percebe-se que há uma distinção entre as visitas “*dos presos heterossexuais*” e dos “*presos homossexuais*”.

Apesar de ter o direito constitucionalmente garantido, as pessoas LGBTs ainda enfrentam dificuldades para receber seus companheiros dentro das prisões. Isso acontece em razão de ainda haver uma forte discriminação social a respeito do casamento homoafetivo (COSTA; NARDI, 2015).

Na ala *Casa das Madrinhas*, Yayá recebe o companheiro dentro do seu *barraco*. As demais *madrinhas* e *padrinhos* que não recebem visitas íntimas emprestam ou alugam os seus barracos para outros presos “tirar suas visitas”. A mesma coisa acontece dentro da “*casa dos homens*” e enquanto os que recebem visitas estão dentro dos *barracos* tendo as suas relações sexuais, os que não recebem visitantes ficam reunidos em uma “*pracinha*” em frente à igreja do pavilhão (ver fig 1). Durante esse período, ninguém pode ficar próximo às celas e *barracos* aonde estão acontecendo as relações:

a gente não pode nem ficar perto da grade a gente não pode. Se ficar, o caba, algum presidiário vê que a gente tá, é que eles pensam que a gente tá brechando. Aí diz ó, tá brechando, aí as turma pega, as turma pega e bate. Quando as turma disser pega, ouxe! (Amaro)

Para Leandro é muito difícil essa situação, pois ele acredita que quem não recebe visita deveria ter um lugar para poder ao menos dormir durante o dia, mas como ele não tem um barraco, mora junto com outra *madrinha*, ele não tem muita escolha. Paulo, outro morador da casa que divide *barraco* com Leandro, reclama da obrigação de ter que se retirar do seu lugar para que outros possam manter relações sexuais ali:

eu saio do meu lugar, eu tiro meu travesseiro, tá entendendo? Eu não tenho minha privacidade. (Paulo)

Todavia é muito difícil se falar em privacidade dentro de um ambiente em que se propõe a vigiar e esquadrihar os indivíduos (FOUCAULT, 2014). As relações sexuais acabam por acontecer por trás dos lençóis dos *barracos*, sem garantia nenhuma de dignidade e de privacidade, tanto para quem recebe as visitas, quanto para quem precisa se retirar do seu lugar para ceder espaço para que os outros realizem as suas práticas sexuais.

Aos domingos, como se trata de um dia em que não só as companheiras dos detentos vão visitar, mas também as mães, irmãs, filhas e até pessoas desconhecidas dos grupos religiosos e pastorais carcerárias que visitam os presos que não possuem nenhum tipo de visita (porque estão presos longe das famílias, porque ao serem presos foram abandonados, porque cometeram crimes contra a própria família, dentre outros motivos), as moradoras e moradores da *Casa das Madrinhas* se reúnem com suas visitas e fazem uma espécie de *piquenique* na quadra poliesportiva do pavilhão.

Elas forram lençóis no chão e compartilham entre si os alimentos trazidos por suas visitas. Todos os moradores da ala participam desse ritual, até os que não recebem visitas semanalmente e como dito por Yayá, “*almoça todo mundo em família como se fosse uma família*”. Leandro conta que no dia em que não recebe visitas da sua vó ele não fica triste, pois para ele “as visitas se constroem na mesa” e explica:

Nós come tudo junto, as visita fica tudo junto. Se num vim a minha, vem a do outro pessoal que mora lá. Quando vem a visita dos outro pessoal nós fica igual como se fosse visita de nós também, de boa. Elas dá comida a nós, de boa, também como fosse visita de nós também. Um ajuda o outro, né? Quando vem as minha, dou craque, dou baseado eu divido. Minha vó gosta deles tudinho, conversa com eles (...) quando minha vó vem, minha vó pergunta logo por eles também. Pergunta que

eles tão bem, eu digo que tá. Minha vó gosta de todos eles e as mãe deles gosta de todos nós e assim vai. Família, nós trata eles como se fosse uma família. (Leandro)

Os arranjos familiares dentro desse espaço acabam se formando a partir de sentimentos diversificados como o de pertença e amizade, além da busca por reconhecimento dentro da comunidade (MESQUITA, 2013). Uma vez que os moradores e moradoras da *Casa das Madrinhas* incorporam outras figuras da prisão ou do “fora” como familiares, esses novos membros passam a ser a “família escolhida” por eles (WESTON, 1992), levando em consideração as interações socio afetivas que tem como base o amor e amizade, a partir da escolha individual de cada um.

Acompanhei todos esses rituais de perto, desde o ritual de preparação ao ritual do *piquenique familiar*, inclusive no segundo domingo de agosto no qual se comemora no país inteiro o *Dia dos pais*. Em datas comemorativas a entrada de outros membros da família, além dos que possuem a carteira de visitação, é flexibilizada.

Ainda assim, a presença de indivíduos do sexo masculino como visitantes na cadeia como um todo, é praticamente inexistente. Paulo chegou a comentar que seu pai “não tem interesse” em visita-lo. Já Leandro informou que seu pai também está preso em outra unidade e sua avó acabou se casando com um dos reeducandos do pavilhão X, que se tornou um “avô” para ele, alguém que cuida dele dentro da prisão, passando a fazer parte da família dele e da “família das *madrinhas e padrinhos*” também.

E dessa forma, por meio de “adoções” vão se construindo as outros novos arranjos familiares nesse espaço, como uma forma de fugir do sentimento de solidão que recai sobre os indivíduos que estão aprisionados pelos corpos, pelas performances, pelos desejos. Aprisionados pelo preconceito, pelas diferenças e pela norma. Restando-lhes apenas apoiarem-se uns nos outros numa espécie de “estrutura familiar” como uma estratégia para resistir e sobreviver dentro desse ambiente tão hostil que é a prisão.

5.3 RESPEITO ATÉ A SEGUNDA PÁGINA — A RELAÇÃO COM OS AGENTES PENITENCIÁRIOS E PROFISSIONAIS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS DA PRISÃO

Neste tópico trago os dados que foram recorrentes no conteúdo das minhas observações e nas falas das entrevistas feitas durante a pesquisa: as relações estabelecidas entre a população

da *Casa das Madrinhas* e os profissionais da prisão (agentes penitenciários e profissionais técnicos e administrativos).

Os moradores e moradoras da ala apontaram muitas coisas positivas nessas relações supracitadas, especialmente por parte dos profissionais técnicos da saúde e da assistência (psicólogas, assistentes sociais, enfermeiras, médicos, fisioterapeuta, educador físico etc), tais como, profissionalismo, bom atendimento e demonstração de cuidado, além de elogiarem a postura ética da equipe frente aos procedimentos realizados: “quando a gente vai fazer mesmo o exame de dedinho eles mesmo tratam a pessoa com cuidado, por causa do exame da pessoa, pra não mostrar pra ninguém. É um sigilo, é uma coisa maravilhosa, eu gostei” - elogiou Adriana.

Essa avaliação positiva da parte dos profissionais da saúde e do âmbito psicossocial parece ser ponto comum a outros estudos já feitos dentro das alas LGBT (FRÓIS & VALENTIM, 2017). Quanto aos agentes penitenciários, as moradoras e moradores da ala LGBT revelaram que apesar de manterem uma relação um pouco mais distante, a conduta destes profissionais costuma ser respeitosa para com eles, nas palavras de Karol : “até que eles são umas boas pessoas pra gente. Eles atende a gente bem, conversa com a gente bem, num são, num são ruim pro lado da gente não”.

Entretanto, ao observar de perto essas relações, pude perceber diversas situações em que tanto as falas, quanto as atitudes por parte desses profissionais, revelam atos de violência de forma sutil (SOUSA; VALE & VALE 2016, FERNANDES, 2016), uma espécie de preconceito “velado”, às vezes nem tão velado assim.

Um exemplo disso se expressa em um tipo de violência institucional, através da falta de representação de mulheres trans e travestis em cargos concessionados da unidade negando a elas o direito de trabalho, que é parte do processo de reinserção social proposto pela prisão. Isto acontece porque a maioria dos profissionais da unidade não aceita essas pessoas nos setores de serviço da prisão alegando que elas “não possuem qualificação”. Ora pois, é verdade que alguns cargos exigem requisitos que na maioria das vezes as trans e travestis que estão na prisão não possuem, tais como saber ler e escrever. Entretanto não são todas que possuem essa dificuldade e, ainda, não são todos os trabalhos concessionados da unidade que exigem alguma espécie de qualificação.

Outro exemplo é o de Borboleta, moradora da ala, portadora do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). Nos bastidores da enfermaria se espalhou a fofoca de que ela é a principal transmissora de doenças sexualmente transmissíveis que acometem os demais detentos, até mesmo aquelas que ela nem possui. Por essa razão ela é vista por muitos

profissionais da unidade, de diversos setores, como uma pessoa “suja” e “promíscua”, características pejorativas que são comumente associadas a pessoas portadores do vírus HIV/Aids (ANTUNES; CAMARGO; BOUSFIEL, 2014) e acaba sendo mal recebida quando busca atendimento nos espaços da cadeia.

Alguns profissionais, na sua ausência, tecem comentários preconceituosos a respeito de suas práticas sexuais na frente de (e para) outros concessionados dos setores, tais como “essa bicha aí dá pra todo mundo por isso que é podre desse jeito”, ou ainda “essa bicha é cheia de doença do mundo”. Além disso, evitam tocá-la ao prestar-lhe atendimento e tratam-na com indiferença, como se ela não “merecesse” ser cuidada em virtude de sua “(má)fama” dentro da prisão.

Em outras ocasiões é possível identificar de forma explícita uma série de violências verbais e psicológicas (LAMOUNIER, 2018; FRÓIS; VALENTIM, 2017; FERNANDES, 2016). Ilustrarei essa dinâmica a partir de três situações que observei e registrei em meu diário de campo afim de contrapor o que foi dito pelas dindas e dindos nas conversas e entrevistas e o que de fato acontece nessas relações.

Um das dessas situações aconteceu com Kelly, ainda no dia da minha chegada, quando ela procurou atendimento na enfermaria para buscar alguns medicamentos. Neste dia, a pedido da detenta a acompanhei até a enfermaria. Fazia pouco tempo que Kelly tinha retornado ao sistema penitenciário (essa já era a sua terceira *queda*) e nessa época ela ainda não estava recebendo visita externa, pois ninguém de sua família sabia que ela havia sido presa novamente.

Enquanto recebia atendimento na enfermaria, uma funcionária do setor psicossocial se aproximou para avisar que já tinha conseguido entrar em contato com a mãe dela e que na semana seguinte ela viria lhe visitar. Em meio à enfermaria lotada de gente, como se Kelly não estivesse presente, a técnica dirigindo-se a mim e em tom alto, começou a falar que foi até a casa dela e viu que a família dela tinha boas condições financeiras e que não havia necessidade de ela estar naquele lugar.

Continuou explicando que ela só foi presa porque ficava fazendo programa pra comprar droga, pois “todo gay usa droga”. Ela disse outras coisas além dessas, mas só por esse trecho da conversa foi possível destacar um ato de discriminação explícito por meio de falas completamente preconceituosas contra a *madrinha*, expondo-a a uma situação de constrangimento não só na minha frente, como na frente de todos os demais reeducandos que estavam no ambiente no momento. Completamente consternada, Kelly me chamou para sair do local e voltar depois para buscar o medicamento.

Um outro fato em que presenciei posturas preconceituosas da parte dos profissionais para com essa população que considerei relevante ocorreu em um dia de domingo e envolveu duas moradoras da *Casa das Madrinhas* que estavam com a relação fragilizada e as suas visitas, e em meio ao “piquenique” da família, iniciaram uma discussão por causa de uma dívida que não havia sido paga. Em meio ao embate, a visita de um cobrou a dívida à visita da outra e começou a fazer ameaças caso a dívida não fosse liquidada. A *madrinha* que teve sua mãe ameaçada chamou um agente penitenciário que estava de guarda para informar o ocorrido.

O agente por sua vez, chamou as quatro na *gaiola* para compreender melhor os motivos da briga. Justamente nessa hora eu estava passando por lá e pude observar como o agente lidou com a situação. Já na *gaiola*, dindas e suas visitas começaram a explicar ao agente o que tinha acontecido, elas começaram a se exaltar um pouco e afim de conter a situação, o agente esbravejou a seguinte frase “cala boca tudinho, bando de veado! Aqui só quem fala alto sou eu” e continuou “é por isso que frango não presta pra ter visita”. A conversa continuou em um tom mais baixo e o agente acabou expulsando as visitas antes do horário e deixando as duas dindas sob advertência.

O último acontecimento desse tipo que trago para ilustrar essa questão se deu no meu penúltimo dia em campo, quando a representante da *Casa das Madrinhas* foi deposta de seu cargo de chaveira da ala, depois de pouco mais de um ano exercendo essa função.

Devido aos conflitos que já vinham acontecendo havia muito tempo entre ela e a população da casa, três *madrinhas* e um *padrinho* se uniram e foram até a administração da instituição relatar os excessos de abuso de poder que ela vinha cometendo dentro da ala- as agressões e castigos recorrentes, os homens que eram colocados para morar dentro da ala etc. Disseram ainda que sempre que a população ameaçava levar as reclamações para o diretor do presídio ela dizia não se importar porque “não ia dar em nada”, pois ela tinha amizade com ele.

Após ouvir as reclamações, uma pessoa que ocupa um cargo de muito poder na administração da instituição dirigiu-se pessoalmente à ala LGBT e tomou medidas para retirar a representante do poder, elegendo na mesma hora outra moradora para se tornar chaveira da *Casa das Madrinhas*, por indicação do grupo que havia feito a reclamação. Além de ser destituída do cargo, a representante foi agredida verbalmente e enviada para o castigo “perdendo som e imagem” na frente de todos os moradores do pavilhão.

Ao longo das minhas visitas presenciei tantos outros episódios tais como esses partindo dos técnicos, administradores e agentes penitenciários do presídio, em direção às moradoras e moradores da *Casa das Madrinhas*, entretanto não daria conta de relatá-los aqui e por essa razão escolhi esses três casos, afim de representar algumas violências verbais, institucionais e

psicológicas que frequentemente acontecem e passam de forma despercebida no cotidiano dessa população.

Essa “falta de percepção” ou de “conscientização” da atitude discriminatória enquanto um ato de violência, acontece em razão desse tipo de tratamento, falas e atitudes serem naturalizados dentro do ambiente prisional, dificultando a sua identificação e conseqüentemente a não denúncia. Ademais, as situações citadas alertam para o fato de que alguns dos profissionais desta unidade além de não compreenderem as diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero, expressam falas e ações completamente preconceituosas em relação à essa população, mostrando-se completamente despreparados para atender suas demandas.

Diferentemente daquilo que os coabitantes da ala relataram, o respeito que a maioria desses profissionais demonstrou ter para com eles leva em conta o contexto em que essa situação se desenrola. Isso significa dizer que em alguns casos, como no momento da aplicação dos testes para detecção de HIV/Aids e outras ISTs, ou em outros atendimentos de diversas naturezas (médico, psicológico, odontológico, fisioterapêutico, etc.), essa população pode realmente ser bem cuidada e respeitada, no entanto não é sempre dessa forma que as coisas acontecem.

Gostaria de destacar que essas situações ilustrativas são fruto das minhas observações e anotações feitas no meu Diário de Campo. Além disso, não faz parte da minha proposta de análise, realizar uma avaliação, mas apenas ilustrar situações pontuais ocorridas que demonstram as violências sofridas por essa população dentro dessas relações, as quais pude observar ao longo da minha estadia na ala. Ressalto ainda que durante esse período também notei que alguns funcionários aparentemente compreendem e respeitam as identidades e a orientação sexual dessa *população*, demonstrando-se abertos a criar estratégias para lidar da melhor forma possível com as demandas desse público, entretanto, estes parecem não representar a maioria.

Assim, concluímos que nos três tópicos discutidos nessa analítica- as visitas internas e externas e as relações das pessoas LGBTs da ala especial dessa instituição com a equipe profissional da unidade, é o gênero quem vai dizer com quem, onde e quando os sujeitos podem transar. Também é o gênero quem vai diferenciar o tempo e a forma como as visitas externas vão adentrar ao cárcere e ainda é ele quem vai definir como essa pessoa vai ser tratada dentro da unidade prisional pelos profissionais, ainda que haja um documento que recomende como a pessoa LGBT em situação de privação de liberdade deve ser acolhida.

Em última análise, ao considerarmos que as condutas desses indivíduos envolvidos nessa narrativa (padrinhos e madrinhas, homens do pavilhão e profissionais) estão assentadas

em vários valores (políticos, sociais, econômicos, culturais, religiosos, ideológicos etc.) já enraizados no pensamento da nossa sociedade, acreditamos que buscar desconstruir alguns desses valores pode ser um caminho para, quem sabe, transformar esse cenário de desigualdade vivido pelas pessoas LGBTs, que se agrava ainda mais, quando no contexto de privação de liberdade.

6 PRÓXIMAS CENAS DESSA NOVELA — ALGUMAS PALAVRAS (SEM) FINAIS

Todo dia tem coisa aqui, todo dia é uma cena de novela. É que aqui a gente veve uma novela mulé. (Borboleta)

Essas palavras que agora vos escrevo não tem a pretensão de encerrar as discussões que ao longo desse texto forma tecidas. Aliás, eu particularmente prefiro as vírgulas que os pontos finais, são elas que nos permitem um breve respiro para continuarmos seguindo o fluxo. Foi muito difícil concluir este texto, tão igualmente foi difícil ir embora da prisão naquele último dia em que precisei me despedir do campo.

Nesse momento revivi todas as cenas dessa “novela”, na qual pude atuar como escritora, mas também como participante dessa história. Lembro-me com saudade de todos os momentos que ali vivenciei junto àquelas pessoas. Fiz questão de me despedir de todos os moradores do X, dos habitantes da *Casa das Madrinhas*, aos “*homens do pavilhão*” com os quais tive contato e que me ajudaram a escrever esta narrativa, um deles inclusive chegou a me presentear com um lápis e dizia: “*esse lápis é pra senhora escrever a história da gente nesse seu trabalho aí*”. Lágrimas inevitáveis caíram dos meus olhos e junto a elas, caía por terra também qualquer resquício “inocente” (HARAWAY, 1995) de “neutralidade” que inconscientemente persistisse em existir- embora eu já acreditasse que eu afetaria e seria afetada.

As lágrimas que derramei na despedida me acompanharam durante o longo caminho que tracei de volta para casa. Era inevitável não pensar que enquanto eu caminhava nas ruas respirando a minha liberdade, toda(os) - *homens* e *bichas*, “da casa” e “do pavilhão”, ali ficariam, sabe-se lá por mais quanto tempo, aguardando suas sentenças penais para ainda cumprir mais alguns anos de prisão. No entanto, comecei a refletir que mesmo dentro de um espaço que esquadrinha, disseca e examina os indivíduos (FOUCAULT, 20015), nessa jornada eu pude conhecer, analisar e compreender que os modos de vida das “bichas” e dos “homens” se construía diariamente e mostravam-se sempre dinâmicos. Logo, entendi que a cena da minha despedida só representava o início de um novo capítulo dessa história e não o seu fim, pois novos enredos já começavam a ser escritos.

Depois de deposta do poder, Yayá amargava as dores do castigo, tentando fazer contato com seu marido de fora da prisão para conseguir sair do isolamento. Paola, mostrando-se meio perdida e acuada dava seus primeiros passos como representante da *população*. Já as “bichas”, aproveitando-se da situação, tramavam mandar Amaro para fora de casa obrigando-o a ir morar com os “irmãos evangélicos” do pavilhão. Ele por sua vez, entrava em diversos conflitos com

elas, ao tentar ajudar Yayá a fazer contato com seu companheiro, como forma de gratidão por ela tê-lo acolhido quando ele mais precisou de uma “mão”.

Ao mesmo tempo, Paulo aguardava a promessa de um trabalho que lhe daria concessão, Borboleta dava início a um tratamento para “ficar limpa” das drogas, Kelly estava a se recuperar de sua recente cirurgia na perna, Karol corria atrás de novos “clientes” para aumentar sua renda, pois ficaria um longo tempo sem receber visitas externas, Leandro dormia o dia inteiro por causa dos psicofármacos que tomava para evitar consumir drogas e assim não fazer dívidas no pavilhão. Enquanto isso, Adriana e seu companheiro estavam tentando resolver as “contendas” de sua relação conjugal que havia sido abalada pela traição. Dessa forma, a *Casa das Madrinhas* começava a funcionar a partir dessa nova organização que eu já não (re)conhecia mais, com uma nova configuração. A partir desse momento novos capítulos estariam prestes a surgir com novos personagens, novas tramas, novos romances, apenas os cenários continuariam a ser os mesmos, ao menos por enquanto.

Nos enredos encenados nessa trajetória etnográfica vivida e aqui apresentada, os resultados dessa pesquisa nos mostraram que o gênero se mostrou o principal regulador dos modos de vida dessa população. Ao defendermos que o gênero não é dado naturalmente, mas sim fruto da construção social, dizemos, assim como Butler (2003), que ele é performativo.

Nesse cenário, identificamos que as performances de gênero estilizadas pelos moradores e moradoras da Casa das Madrinhas e dos demais sujeitos que com esta população se encontra envolvida - “bicha” ou “homem” / “da casa” ou “do pavilhão”- vão construir as hierarquias de gênero e quanto mais próximo à figura “masculina” mais no topo da hierarquia o sujeito está, mais poder lhe é conferido, mais autonomia lhe é dada. Por sua vez, quanto mais próximo à figura do feminino menos poder a pessoa possui e conseqüentemente, menos direitos também.

Assim, é o gênero que vai dizer quem pode ou não morar na ala e como esses indivíduos devem “se portar” para poder lá permanecerem. É ele que vai definir a quem é conferido o papel de mandar e de ser mandada(o), seguindo os padrões hegemônicos de uma sociedade machista e patriarcal. Também é por meio deste que os indivíduos constroem as suas sexualidades e realizam as suas práticas sexuais dentro da prisão. Ele também vai definir quem pode transitar, acessar serviços e trabalhar na unidade prisional. Vai diferenciar “preso gay” de “preso hetero”, criando assimetrias que vão implicar nos direitos que todos os presos, independente de gênero, raça, crença, sexualidade, ideologia deveriam gozar em caráter de igualdade.

Embora esse trabalho não tenha sido sobre a ala, mas sobre os corpos dissidentes (BUTLER, 2003) que figuram dentro desse espaço, não podemos deixar de salientar que essa política, que é pano de fundo das cenas relatadas, precisa ser questionada. É certo que ala LGBT

surgiu pela necessidade de se diminuir as violências sofridas por pela *população LGBT em situação de privação de liberdade*, entretanto, essa estratégia vem se mostrando insuficiente para alcançar seus objetivos, visto que não adianta criar uma política pública para “tapar um buraco” e não agir nas “feridas” que fizeram o “buraco se abrir” e que o “arregaça” cada dia mais. Outrossim, quando falo das “feridas” que fizeram “o buraco se abrir”, estou falando das questões que antecedem e justificam a implementação da ala, que atravessam a sua construção na prática.

Nesse sentido, me refiro aos discursos normatizadores, pautados pelas relações de poder, que visam controlar/padronizar os nossos corpos, vigiar/corrigir as nossas ações e dominar as nossas vidas. Além disso, falo das violências e das discriminações- fruto desses discursos- que surgem pela não aceitação das diferenças e ameaçam a existência dos corpos LGBTs dentro da na nossa sociedade e, mais ainda, dentro da prisão. Ora pois, nascemos, crescemos e somos formados dentro de uma cultura altamente machista, racista, sexista, homofóbica, transfóbica, segregadora e excludente que formam nossos discursos e as nossas ações. Vivemos numa sociedade em que muitos fecham os olhos para os Direitos Humanos dessa *população* e abraçam o discurso ignorante de que “*Direitos Humanos é para humanos direitos*”. Ignorante porque ignora a realidade de uma minoria que tá sendo massacrada e exterminada da sociedade e porque nos leva a aceitar o discurso social sobre quem são esses “*humanos direitos*” como legítimo, sem minimamente questionar e refletir. Norma essa que foi/é constituída nos pressupostos de uma sociedade que é dicotômica, hierárquica, essencialista e reducionista.

Assim, acreditamos que precisamos desconstruir essa lógica normatizadora nos *microcontextos* das relações, visando promover mudanças mais estruturais. Por essa razão é importante que mais estudos como esse sejam feitos, que mais debates sobre a temática de gênero e sexualidade sejam suscitados, principalmente, que essa discussão não fique só na academia, mas que se traduza em ações mais efetivas alcançando o maior número de pessoas que conseguirmos, levando-as a refletir (e a nós também) sobre estes assuntos e dessa forma tentar repensar essa norma afim de ao menos diminuir as violências que surgem da não aceitação das diversidades.

Dito isto, proponho que novos estudos sobre a saúde sexual dessa *população* dentro das alas LGBTs existentes nas instituições prisionais do país, com o intuito de pensarmos estratégias de promoção à saúde sexual desses sujeitos e de prevenção ao HIV/Aids e outras ISTs que surgem dentro desses locais, nos quais as práticas sexuais de Homens que fazem sexo com outros homens (HSH) se mostraram frequentes e acontecem de forma “desprotegida”.

No mais, gostaria de enfatizar que mesmo criticando a política de implementação das alas, ao considerarmos que precisamos enfrentar as questões estruturais que atravessam a sua implementação e funcionamento na prática (os discursos da cultura, da religião, da política, etc.), ainda assim, acreditamos ser a melhor alternativa (atual) para possibilitar, mesmo que de forma regulada, limitante e cheia de entraves, que as “bichas” e os “homens” encenem suas trajetórias de vida no ambiente prisional.

Pois sabemos também que é esse espaço que possibilita que essas personagens estilizem suas performances corporais dentro de um ambiente altamente “masculinizado”. É dentro dele que novos enredos da dinâmica prisional surgem, fazendo emergir outras categorias simbólicas, além das citadas ao longo desse estudo científico. Além disso, é nesse lugar que esses sujeitos inventam e constroem suas formas de se relacionar proporcionando o surgimento de novos laços de afetividade. É nele também que os indivíduos realizam suas práticas sexuais para garantir, além do prazer, às suas sobrevivências dentro da prisão. É nesse espaço também que se produzirão muitas outras cenas dessa novela que não fui capaz de registrar aqui, ou por falta de fôlego ou pela necessidade de se “objetivar” o estudo científico. Por último deixo registrada aqui a minha certeza de que essa “novela” do cotidiano da *Casa das Madrinhas* não se encerra nesse capítulo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mariana Dionísio de; CARTAXO, Marina Andrade; CORREIA, Daniel Camurça. Representações Sociais no Sistema de Justiça Criminal: proteção, normativa e políticas públicas para o apenado LGBT. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 8, n. 1, 2018.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. Trad. Édina de Marco. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, pp. 229-236, 2000.
- ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Brasília-DF; em 19 de fevereiro de 2020.
- BAPTISTA-SILVA, Gabriela; HAMANN, Cristiano; PIZZINATO, Adolfo. **Casamento no Cárcere: Agenciamentos Identitários e Conjugais em uma Galeria LGBT**. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 27, supl. 1, p. 376-385, 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2017000400376&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-432727s1201702>.
- BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal**. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1994
- BÍBLIA, N. T. LUCAS 15. *In*: **Parábola da ovelha perdida**: Antigo e Novo Testamentos. 79º ed.: Ave Maria. São Paulo:, , 2009. p. 1369-1370.
- BOLDRIN, Guilherme. **Monas, envolvidos e o crime: etnografia com travestis e homossexuais em uma prisão paulista**. Monografia: UFSCAR, 2015
- BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 441-474, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200441&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Feb. 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430441>..
- BORGES, L. O. BARROS, S. C. LEITE, C. P. Ética na Pesquisa em Psicologia: Princípios, Aplicações e Contradições Normativas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2013, 33 (1), 146-161.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, June 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>.

BRASIL. Presidência da República Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Resolução Conjunta Nº 1 de 15 de abril de 2014**, Brasília, 2014.

BRASIL (2015). Comissão Nacional de Combate à discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas Gays e Transexuais. **Resolução 12 de 16 de janeiro de 2015**, Brasília-DF.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal.** Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L7210.htm). Acesso em jan de 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília: Ministério da Justiça, 201. Acesso em jan.2019.

BRASIL. Presidência da República, Secretaria Geral- subchefia para assuntos jurídicos. **Medida Provisória Nº 870 de Janeiro de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019_2022/2019/Mpv/mpv870.htm . Acesso em 20 de jan de 2020

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998

CARVALHO, FL. **A Prisão**. Publifolha. São Paulo, 2002.

CARVALHO, Mário; CARRARA, Sérgio Luís. (2013). Em direção a um futuro Trans: Contribuições para história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidade, Salud y Sociedad*. **Revista Latinoamericana**, n14, p. 319- 351.

COSTA, Angelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. O casamento "homoafetivo" e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 23, n. 1, p. 137-150, Apr. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000100137&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p/137>.

COSTA, C. L. Identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinariedade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 57-90.

COSTA II, C. R. M. . Juventude, masculinidades e violência: notas reflexivas sobre o fenômeno da violência juvenil no Brasil contemporâneo.. In: COSTA, Silvana Rosário Menino da; MENEZES, Waldrido Nunes de.. (Org.). **Gênero: a diversidade além da gaveta**. 1ªed.Recife: Libertas, 2016, v. 1, p. 134-146.

CORREA, S and PETCHESKY; R. **Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista**. Physis [online]. 1996, vol.6, n.1-2, pp.147-177.

D'ANGELO, LUISA BERTRAMI et al. Performatividades de Gênero em Unidades Prisionais Femininas do Rio de Janeiro. **Psicol. cienc. prof.**, 2018, vol.38, no.spe2, p.44-59. ISSN 1414-9893

DINIZ, D. **Cadeia: relatos sobre mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2015.

DOBINSON, C; MACDONNELL, J; HAMPSON, E; CLIPSHAM, J & CHOW, K. (2005) **Improving the access and quality of public health services for bisexuals**, Journal of Bisexuality, 5: 1, 39-77, DOI: [10.1300/J159v05n01_05](https://doi.org/10.1300/J159v05n01_05)

EUSTAQUIO JR, Cicero P.; BREGALDA, Marília M.; SILVA, Bianca Rodrigues. Qualidade de vida de detentos(as) da “Primeira Ala LGBT do Brasil”. In: **Bagoas: revista de estudos gays**. Natal: EDUFRN, 2015.

FALKEMBACH, Elza M. F. **Diário de Campo: um instrumento de reflexão. Contexto e Educação**. Universidade de Ijuí. ano 2. nº 7, julho /set 1987.p. 19-24.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e Prisões: Experiência social e mecanismos particulares de encarceramento**. Curitiba: Multidéia, 2015.

FERREIRA NETO, João Leite. Intervenção psicossocial em saúde e formação do psicólogo. **Psicol. Soc. [online]**. 2008, vol.20, n.1, pp.62-69.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro. 7 ed. Forense- Universitária, 2008

FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva: Curso no Collège de France**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 1972-1973.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: Vontade de saber**. (16º ed.) Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. (3ªed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**, São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. (42ª ed.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FRY, Petter & MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. Abril Cultural (3ª ed.). São Paulo: Brasiliense, 1985.

FRÓIS, Frederico de Freitas; VALENTIM Silvani dos Santos. A ala LGBT em presídios brasileiros: Possibilidades ou controvérsias? **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GERGEN, Kenneth J. The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. *American Psychologist*. Vol. 40. n. 3, março de 1985, pp. 266-275. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.6, n.1, p. 299-325, jan./jul. 2009

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas / EAESP/ FVG**, São Paulo, Brasil, v. 35 • n. 2 • Mar./Abr. 1995.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. (7ª ed.). São Paulo: Perspectiva, 2007

GUEDES, Débora do Carmo Martins; DE OLIVEIRA, Karina Rosalina; OLIVEIRA, Roberta Gonçalves. O Trabalho nas Alas LGBT das Unidades Prisionais Masculinas na Região Metropolitana de Belo Horizonte–Minas Gerais. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, v. 21, n. 2, 2015.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2003.

HARAWAAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 5, n. 5, p. 41. 24, 1995.

LAGO & ZAMBONI. Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em contextos de privação de liberdade. **Caxambu: 40º Encontro da ANPOCS**, 2016.

LAMOUNIER, Gabriela Almeida Moreira. **Gêneros encarcerados: uma análise transviada da política de alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais**. Dissertação Mestrado, 2018.

LAMOUNIER, G.; MONTEIRO, I.; CARNEIRO, J.: Gêneros dissidentes e seletividade penal: reflexões sobre regimes normativos de gênero e criminalização das experiências travestis. *V ENADIR. GT. 07 – Mulheres, criminalização e violência*. 2017 p. 14

LIMA, Vanessa Pereira de. **“O que papai do céu não deu, a ciência vende”:** feminilidades de mulheres trans e travestis em privação de liberdade. 121f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LOURO, Guacira. Lopes (org). **O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade**. (2ªed). Tradução: Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira. Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, Aug. 2008 Acesso em 20 jan. 2020.

LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACCARTHY, J.; GALVÃO, K. **Manual artpad. Um recurso para teatro, participação e desenvolvimento**. Recife e Reino Unido, 2001.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. (2ª ed.). São Paulo: Abril Cultural, 1978

- MESQUITA, M. L. . **The Haddukan Family In Concert: uma análise do amadrinamento entre transformistas e drag queens.** Dissertação de Mestrado: UFPE, 2013
- MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e saúde coletiva.** Rio de Janeiro, v. 17, n.3, p. 621-626, Mar. 2012
- MONTEIRO, F.M.; CARDOSO, G.R.. **A seletividade do sistema prisional Brasileiro e o perfil da população carcerária- Um debate oportuno.** Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, jan.-abr. 2013
- MOUFFE, C. **Feminismo, cidadania e política democrática radical.** Debate Feminista. São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 29-47, 1999
- MUNIZ, M. P. Gêneros encarcerados: os LGBTs no sistema prisional brasileiro. **Revista eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas**, v. 4, p. 91-112, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/13722/9135>. Acesso em 20 jan de 2020
- OLIVEIRA, D. C. de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem - UERJ**, Rio de Janeiro, n. 16, v. 4, pp. 569-576, out/dez, 2008
- PAIVA, V. A psicologia redescobrirá a sexualidade?. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 13, n. 4, p. 641-651, Dec. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000400002&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400002>.
- PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Editora Best Seller, 1991.
- PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. **Uma Ala Para Travestis, Gays e Seus Maridos: Pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre.** Dissertação de Mestrado: UFRGS, 2014.
- PRECIADO, B. **Manifiesto contra-sexual.** Madrid:Opera Prima,2011.
- PRECIADO, B. Multidões *Queer* – Notas para uma política dos 'anormais'. **Estudos Feministas**, 2011, p. 11-20
- PRECIADO, B. **Testo Yonqui.** Madri: Espanha Calp, 2008
- ROSA, V. C. **Mulheres transexuais e travestis no sistema penitenciário: a perda da decência humana e do respeito aos Direitos Humanos.** Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. *Boletim 280*, mar 2016. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5730-Mulheres-transexuais-e-travestis-no-sistema-penitenciario-a-perda-da-decencia-humana-e-do-respeito-aos-Direitos-Humanos Acesso em 20 jan de 2020.
- RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?.** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIOS, L. F. Fara Logun: A Pesquisa Formativa e a Implementação de um Projeto de Prevenção para Homens Jovens com Práticas Homossexuais no Candomblé. In: PUPPO, L. SEFFNER F. PAIVA, V(org). **Vulnerabilidade e Direitos Humanos**. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

RIOS, L. F. Corpos e prazeres nos circuitos de homosociabilidade masculina do Centro do Rio de Janeiro. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 465-475, abr. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200022&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000200022>.

RIOS, L. F. ; ALBUQUERQUE, A. P. ; SANTANA, W. J. ; PEREIRA, A. F. ; OLIVEIRA JUNIOR, C. J. . Posições sexuais, estilos corporais e risco para o HIV entre homens que fazem sexo com homens no Recife (Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 973-982, 2019.

RUBIN, G. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, n. 11, pp. 1-54, 2003.

SALLIN, Vinicius Ricardo. **As facções e os grupos de segurança do Presídio Central de Porto Alegre: relações em um sistema social complexo**. Dissertação de Mestrado: PUCRS, Porto Alegre, 2008.

SEFFNER, Fernando; PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. **Uma galeria para travestis, gays e seus maridos: Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional**. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 140-161, Aug. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872016000200140&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.23.06.a>.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação e Realidade**. 20 (2), p.71-99, 1995.

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 8-15, Sept. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Feb. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932000000300003>.

SILVEIRA, Denise Tolfo; GERHARDT, Tatiana Engel (eds.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SOUZA, M.B.; VIEIRA, O.J.Z. Identidade de gênero no sistema prisional brasileiro. **XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea**. UNISC, 2015.

SHAUGHNESSY, J. J.; ZECHMEISTER, E B; ZECHMEISTER, J. S. **Questões éticas na pesquisa psicológica**. In: __Metodologia de Pesquisa em Psicologia. McGrahill, 2012. p. 75.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 65, n. 3, p. 376-391, 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 jan. 2020

VANCE, C. (1991/1995). A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 5(1), 7-31.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WARNER, M. (Ed.) (1993). **Fear of a queer planet**. Minneapolis: University of Minnesota.

WEEKS, J. (2001). O corpo e a sexualidade. In G. O. Louro. **Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. (pp. 37-82). Belo Horizonte: Autêntica.

WESTON, Kath. 1991. **Families we choose: lesbians, gays, kinship**. New York: Columbia University Press.

ZAMBONI, Marcio. Travestis e Transexuais Privadas de Liberdade: a (des)construção de um Sujeito de Direitos. In: **Revista Euroamericana de Antropologia (REA)**, Nº 2, 2016.

ZAMBONI, Marcio. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. **ARACÊ–Direitos Humanos em Revista**, v. 4, n. 5, p. 93-115, 2017.

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa: **A experiência de encarceramento sob a ótica da população LGBT: Uma análise a partir da criação de alas LGBTs em unidades prisionais masculinas**, que está sob a responsabilidade da mestrandia Priscila Carla Gonzaga da Silva, com endereço na Rua Amazonita nº 11, Rosina Labanca, CEP: 54735-065, São Lourenço da Mata-Pe Telefones: 81.997698966 | 81.983728391, e-mail: priscilacarla.psi@gmail.com. Sob orientação do Profº Drº Luis Felipe Rios do Nascimento, Telefone: (81) 2126-8000, e-mail lfelipe.rios@gmail.com.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

O objetivo central do estudo é: Investigar os efeitos da implementação de alas específicas para a população LGBT privada de liberdade em sua experiência de cárcere. O convite a sua participação se deve ao fato de ter mais de 18 anos, se autodeclarar pessoa LGBT e estar em situação de privação de liberdade em uma ala LGBT do Presídio Asp Marcelo Francisco Araújo (PAMFA). Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória. Você poderá interromper ou não participar mais da pesquisa, se assim quiser, e sem ônus, ou seja, não haverá penalização de nenhuma maneira caso decida não consentir sua

participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto. A entrevista somente será gravada se você assim autorizar. O tempo de duração é de aproximadamente trinta minutos. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às essas informações a pesquisadora e o orientador da pesquisa.

Os benefícios (direto ou indireto) relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa são participar de discussões a respeito das experiências de encarceramento na condição de pessoa LGBT e, assim, possibilitar o desenvolvimento de novas compreensões sobre este fenômeno, onde os aspectos sociais e culturais dos sujeitos sejam considerados, bem como propiciar o desenvolvimento de ações de promoção à saúde condizentes com a realidade local.

Os riscos da sua participação são mínimos, podendo haver algum cansaço ou desconforto durante as entrevistas. Pretendemos realizar a entrevista da forma menos invasiva possível, desta forma, você estará livre para manifestar-se e interromper o procedimento quando a qualquer momento, se necessário. Os devidos cuidados serão tomados, inclusive, disponibilizando atenção/escuta para minimizar possíveis inconvenientes, deixando explícito que o encerramento ou suspensão da pesquisa se dá inteiramente por sua vontade.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em pastas de arquivo, sob a responsabilidade do pesquisador responsável, no endereço acima informado pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da**

Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

(Assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **A experiência de encarceramento sob a ótica da população LGBT: Uma análise a partir da criação de alas LGBTs em unidades prisionais masculinas** como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Impressão digital

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE**

NOME	
IDADE	
SEXO E ORIENTAÇÃO SEXUAL	
IDENTIDADE DE GÊNERO	
RAÇA	
ESTADO CIVIL	
ESCOLARIDADE	
RENDA	
PROFISSÃO	
OCUPAÇÃO	
RELIGIÃO:	
LOCALIDADE DE ORIGEM	

INÍCIO

Nós estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre a experiência de encarceramento em alas LGBTs, dentro de um presídio masculino. Acreditamos que você pode nos ajudar nisso. Sei que o que eu estou pedindo exige um certo esforço de memória; para facilitar eu organizei um pequeno roteiro, pensando em alguns campos sobre os quais a gente pudesse conversar a respeito da sua história de vida. Bom, pra começar, nada melhor que voltar ao início de tudo, não é mesmo?

Sugestão para introduzir a discussão em torno do ingresso ao cárcere:

Eu gostaria de tentar recuperar contigo a tua história de vida. Se você se sentir à vontade, poderíamos começar falando um pouco dos motivos que te trouxeram até aqui, como tem sido esse momento, as principais dificuldades, quais são os principais pontos de apoio aqui dentro.

PRIMEIRA PARTE: INGRESSO NA PENITENCIÁRIA

- *A quanto tempo você está aqui nessa unidade?*
- *Você já esteve em alguma outra unidade penitenciária ou sócio-educativa antes de vir para esse presídio? Como foi essa experiência?*

Pedir para que a entrevistada ou entrevistado relate cenas (acontecimentos importantes, que guarda na lembrança) da experiência de cárcere anterior e/ou anterior à implementação da ala. Recebia visitas? Como era esse processo. Tinha alguma atividade lá dentro? Como era o acesso aos serviços (educação, saúde, assistência social, psicológica, jurídica e de lazer) oferecidos pela unidade.

Tentar explorar quando aparecer:

- Família e amigos
- Comunidade
- Escola
- Trabalho
- Violências

SEGUNDA PARTE: VIDA NA ALA LGBT

Agora eu queria que a gente conversasse um pouco da sua vida aqui na casa das Madrinhas

Introduzir a temática da vivência na ala propriamente dita:

- *A quanto tempo você mora nessa ala?*
- *Como foi o processo pra você entrar aqui?*
- *Como é teu dia-a-dia aqui dentro da ala?*

Explorar as relações dentro das alas; os roteiros, cenários e pessoas envolvidas; saber se existe alguém que assume um papel de liderança dentro da ala, como é a relação com as/os demais moradoras e moradores da ala. Se recebe ou já recebeu visita conjugal e se exerce alguma atividade dentro da ala, como é o acesso aos serviços (educação, saúde, assistência social, psicológica, jurídica e de lazer) oferecidos pela unidade.

- Tentar conseguir descrições detalhadas de como se dão tais relações.

Tentar explorar se/quando aparecer:

- Correspondência com as questões de gênero e sexualidade
- Aproximações com o tráfico de drogas;
- Relação com equipe profissional e demais detentos da unidade.
- Violências.

Observações gerais

Para cada Cena investigar (pode sugerir a metáfora da novela/roteirista)

- Onde aconteceu;
- Como se deu;
- Quem participou e como eram (tipo físico, sexo-gênero, idade, altura, peso, etc.); grau de parentesco, amizade, afinidade.
- Permitir pequenas fugas (talvez até estimular) no sentido de localizar a cena em relação ao que mais acontecia na vida da entrevistada ou entrevistado naquele momento;
- Tentar conservar uma perspectiva temporal;
- Tentar apreender a lógica dos acontecimentos.

TERCEIRA PARTE: FINALIZAÇÃO

Agradecer a contribuição. Perguntar se tem mais algumas coisas que gostaria de dizer, que eu não tenha perguntado; ou algo que não soube responder no momento, mas que tenha se lembrado no final.